



ANALIS

SEMANA DE ENFERMAGEM DE ARAPIRACA



ANais

17ª SEMANA DE ENFERMAGEM DE ARAPIRACA

UFAL | Arapiraca, AL

Volume 7

ISSN: 2595-2447

EQUIPE EDITORIAL

Sóstenes Ericson
Renise Bastos Farias Dias
Meirielly Kellya Holanda da Silva

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Sóstenes Ericson

COMISSÃO ORGANIZADORA

Comissão Científica

Bruna Beatriz Alcantara Ramos Silva
Letícia Beatriz de Oliveira Silva
Jamerson Harlon
José Diego Cavalcante Sampaio
Hexcelany Albuquerque da Silva
Gisely Lavínia Lourenço de Paula
Bruna Rykelly Ramos dos Santos
Pedro Henrique Ferreira dos Santos
Ian Lucas Bezerra Duarte
Heloysa Khetlyn Gonçalves Costa

Comissão de Infraestrutura

Luzia Karoline Teixeira Leite
Daniele Luiz Soares Pereira Santos
Marcela Rodrigues Silva
José Nazário Viana Neto
Maria Valteisa Firmino Araújo
Natalia Silva Oliveira
Maria Vitória Ferreira de Lima
Mayara Kelviane Brito Murici
Lucas Emanuel dos Santos

Comissão de divulgação, apoio, credenciamento e coffee break

Keilly Bianca Barbosa da Silva
Nathali da Silva Araújo
Maria Alice dos Santos Silva
Thalia Barbosa Caetano
Emily Cristina Brandão Rêgo
Irys Natálhia Maia de Sousa
Maria Flávia Oliveira de Santana
Julyana Karla Rodrigues Santos
José Paulo da Silva
Illana Flávia
Letícia Guedes Canuto da Silva
Erika Salgueiro da Cruz
Júlia Espedita de Melo Nascimento

COMISSÃO AVALIADORA DE TRABALHOS

Dra. Renise Bastos Farias Dias
Mestranda Carla Souza dos Anjos
Mestranda Julye Larisse Lemos Melo
Doutoranda Sandra Taveiros de Araújo
Dra. Nirliane Ribeiro Barbosa
Dra. Larissa Tenório Andrade Correia
Dra. Cristiane Araújo Nascimento
Esp. Ingrid Louise Vieira Vera Cruz
Dra. Francisca Maria Nunes da Silva
Dra. Danielly Cantarelli
Dra. Thayse Gomes de Almeida
Dr. Andrey Ferreira da Silva
Dra. Ana Caroline Melo dos Santos
Dra. Elaine Virginia Martins de Souza Figueiredo
Doutoranda Josineide Soares da Silva
Dr. Jarbas Ribeiro de Oliveira
Dra. Cintia Bastos Ferreira
Dra. Karol Fireman de Farias
Dr. Sóstenes Ericson
Dra. Sabrina Angela França Silva Cruz
Dra. Ana Paula Nogueira de Magalhães
Esp. Paulo Pedro de Freitas
Dr. Marcio Bezerra Santos
Me. Joelma Alves da Silva Araújo



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Setorial Campus Arapiraca - BSCA

S471

Semana de Enfermagem de Arapiraca (17.: 2025: Arapiraca, AL)

Anais da XVII Semana de Enfermagem de Arapiraca; II Simpósio de Saúde da Mulher, 14 a 16 de maio de 2025, Arapiraca, AL [recurso eletrônico] / coordenação geral Sóstenes Ericson Vicente da Silva; equipe editorial Sóstenes Ericson Vicente da Silva, Renise Bastos Farias Dias, Meirielly Kellya Holanda da Silva. - Arapiraca, AL: UFAL, *Campus* Arapiraca, 2025.

175 p.

Disponível em: <https://arapiraca.ufal.br/graduacao/enfermagem/institucional/eventos>

Realização: Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Curso de Enfermagem, UFAL, *Campus* Arapiraca, Centro Acadêmico A Voz da Enfermagem (CAVEN), Liga Acadêmica de Saúde da Mulher (LASMU-UFAL).

Contém resumos.

Inclui bibliografias.

ISSN 2595-2447

1. Enfermagem. 2. Saúde planetária. 3. Saúde da mulher. I. Silva, Sóstenes Ericson Vicente da, coord. e edit. II. Dias, Renise Bastos Farias, edit. III. Silva, Meirielly Kellya Holanda da, edit. IV. Título. V. Título: [Anais do] II Simpósio de Saúde da Muher.

CDU 616-083

Bibliotecário responsável: Nestor Antonio Alves Junior
CRB-4 / 1557

17ª SEMANA DE ENFERMAGEM DE ARAPIRACA

Carga horária do evento integrado: 30 horas

EVENTO HÍBRIDO (presencial e transmissão *on line*)

Organização:

Curso de Enfermagem, da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca
Centro Acadêmico A Voz da Enfermagem (CAVEN)

Data: 14 a 16 de maio de 2025.

Local: UFAL Campus Arapiraca - Arapiraca/AL e transmissão *on line*

APOIO:



REALIZAÇÃO:



Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca - Avenida Manoel Severino Barbosa,
Rodovia AL-115, Bom Sucesso, Arapiraca/ Alagoas.

APRESENTAÇÃO

A **17ª Semana de Enfermagem de Arapiraca (SEnAr)** foi realizada nos dias **14, 15 e 16 de maio de 2025**, de forma **híbrida** (presencial + online) sendo a parte presencial na sede da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca.

Este ano, a SEnAr integrou à sua programação o **II Simpósio da Saúde da Mulher (II SSM)**, com o tema "Saúde da Mulher e suas Implicações Sociais", um evento proporcionado pela Liga Acadêmica de Saúde da Mulher da Universidade Federal de Alagoas (LASMU - UFAL).

O tema central da SEnAr deste ano foi: "**Saúde Planetária**". A proposta se ancorou no entendimento de que a Saúde Planetária identifica soluções que ajudarão as populações, tanto humanas quanto animais, a promover a resiliência diante de ambientes em mudança.

A programação englobou palestras com especialistas, mesas-redondas interdisciplinares, apresentações culturais, minicursos temáticos, submissão de resumos simples e expandidos, publicação em Anais com ISSN e premiação dos melhores trabalhos.

Agradecemos, desde já, a todos que estiveram conosco nesta semana do conhecimento.

PROGRAMAÇÃO

QUARTA-FEIRA, 14/05/24

Manhã

- ❖ [SSM] Credenciamento
- ❖ [SEnAr] Minicurso - Análise do Discurso e pesquisa em Enfermagem: método, procedimentos e exposição
- ❖ [SEnAr] Minicurso - Maternagem, Trabalho e Cuidado: Intersecções de Raça e Gênero na Enfermagem
- ❖ [SEnAr] Minicurso - Noções Básicas de Reanimação Neonatal
- ❖ [SEnAr] Minicurso - Prática baseada em evidências: ciência no dia a dia da enfermagem
- ❖ [SEnAr] Minicurso - Yoga, Óleos essenciais e Florais de Bach como práticas integrativas para enfermagem no cuidado à saúde mental
- ❖ [SSM] Conferência de abertura - Saúde da mulher e suas implicações sociais
- ❖ [SSM] Palestra - Abordagem da comunidade LGBTQIA+ nas consultas de enfermagem em saúde sexual e reprodutiva

Tarde

- ❖ [SEnAr] - Credenciamento
- ❖ [SEnAr] - Cerimônia de Abertura
- ❖ [SEnAr] Conferência - Saúde planetária: desafios e a atuação crítica da Enfermagem

QUINTA-FEIRA, 15/05/24

Manhã

- ❖ [SSM] Mesa redonda - Imunização na mulher durante o ciclo gravídico-puerperal
- ❖ [SSM] Palestra - Atualização sobre o manejo da amamentação
- ❖ [SSM] Mesa redonda - Cuidados com a saúde mental no puerpério: autoestima, empoderamento e apoio familiar.

Tarde

- ❖ [SEnAr] Mesa redonda - Trabalho e saúde: uma abordagem integral na perspectiva da saúde planetária
- ❖ Coffee Break + Atração cultural e espaços de cuidado

Noite

- ❖ III Encontro de Grupos de Pesquisa

SEXTA-FEIRA, 16/05/24

Manhã

- ❖ [SEnAr] Apresentação de trabalhos
- ❖ [SSM] Mesa redonda - Atenção à mulher em situação de vulnerabilidade social/ situação de rua, violência.
- ❖ [SSM] Palestra - Assistência às mulheres em situação de luto gestacional

Tarde

- ❖ Mostra Enfermagem em Extensão
- ❖ Cerimônia de encerramento e premiação de trabalhos

SUMÁRIO

VISITA TÉCNICA A UMA UNIDADE NEONATAL EM UM HOSPITAL DO AGRESTE ALAGOANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	13
USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RESISTÊNCIA MICROBIANA EM STAPHYLOCOCCUS AUREUS	15
A SAÚDE MENTAL DE SUJEITOS QUILOMBOLAS NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	20
A ESTRATÉGIA DO SEMÁFORO DO TOQUE NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: COLORINDO LIMITES E PROTEÇÃO EM UMA CRECHE PÚBLICA DE ARAPIRACA-AL	22
A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA NO CUIDADO MATERNO-INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	25
A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E TRABALHO NA ENFERMAGEM: A ÓTICA DAS ENFERMEIRAS	27
A SAÚDE DA POPULAÇÃO COM ALBINISMO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA EM ALAGOAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	31
ABORDAGEM DO ENFERMEIRO NA CONSULTA DE PUERICULTURA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A SÍNDROME RUBINSTEINS-TAYBI	37
AÇÃO EDUCATIVA SOBRE SAÚDE DA MULHER EM COMUNIDADE DO INTERIOR DE ALAGOAS DURANTE O OUTUBRO ROSA	40
ADOCIMENTO PSÍQUICO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: INTERFACES COM A SAÚDE DO TRABALHADOR E IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM	42
AGENTES SOCORRISTAS: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA NO SUS DE ARAPIRACA-AL	46
ANÁLISE DO CONCEITO “SINTOMAS DEPRESSIVOS” COM BASE EM ARTIGOS CIENTÍFICOS: REVISÃO INTEGRATIVA	50
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DO AR SOBRE A SAÚDE DOS TRABALHADORES URBANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	52
ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Notas prévias de um estudo	56
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DA DENGUE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	58
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR DE ENFERMAGEM À PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA AMBIENTALISTA DE FLORENCE NIGHTINGALE	60
AVALIAÇÃO DOS HÁBITOS, QUALIDADE DE VIDA E SINTOMAS DEPRESSIVOS EM HOMENS IDOSOS: REVISÃO DE LITERATURA	62
BOAS PRÁTICAS EM AÇÕES DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA	64
CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO REPRODUTIVO INFORMADO	66
CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO AO AMBIENTE NA EVOLUÇÃO DO PROCESSO CICATRICIAL	71
CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR ACERCA DA FRAGILIDADE PSICOLÓGICA DURANTE A GRAVIDEZ E PUERPÉRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	74
CORRELAÇÃO ENTRE ALTERAÇÕES MORFOFUNCIONAIS QUE REPERCUTEM EM ALTERAÇÃO DO PADRÃO RESPIRATÓRIO E A QUALIDADE DO SONO EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	76
CUIDADO HUMANIZADO DE ENFERMAGEM À PESSOA IDOSA COM COMORBIDADES EM ATENÇÃO DOMICILIAR: DESAFIOS E REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO	79

DEMANDA ESPONTÂNEA EXCESSIVA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	83
DESAFIOS PARA REALIZAÇÃO DO TESTE DO REFLEXO VERMELHO NA TRIAGEM OFTALMOLÓGICA NEONATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	88
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE HANSENÍASE: CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO ESTIGMA	90
EDUCAÇÃO PERMANENTE COM AGENTES DE SAÚDE SOBRE HIV/AIDS E ISTS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL	92
EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE DENGUE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	95
EFEITOS DO HOME OFFICE SOBRE A QUALIDADE DO SONO DE ADULTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	97
ENDOMETRIOSE COMO FATOR DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES: Uma revisão integrativa da literatura	103
EPIDEMIOLOGIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NO ESTADO DE ALAGOAS (2019-2023)	105
FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DE VIDA EM HOMENS IDOSOS: REVISÃO INTEGRATIVA	107
FORMAÇÃO, DIVERSIDADES E HUMANIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EQUIDADES	109
HANSENÍASE EM ALAGOAS ENTRE 2020-2024: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA	113
IMPACTOS DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE MONITORES DO EIXO DE SAÚDE COLETIVA	115
INTOXICAÇÕES POR AGROTÓXICOS DE USO EM SAÚDE PÚBLICA ENTRE AGENTES DE SAÚDE PÚBLICA NO NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 2020 E 2023	117
ISOLADOS PELO VÍRUS, CONECTADOS NO TRABALHO: O ENSINO REMOTO SUPERIOR E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE E NO TRABALHO DOS DOCENTES DA UFAL/CAMPUS ARAPIRACA	119
MANEJO DE PACIENTE VASCULAR COM LESÃO VENOSA EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	123
MANEJO DE PACIENTE COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO ISQUÊMICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	125
MATERIAIS RECICLÁVEIS NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	127
MATERNAGEM EM CRISE: ADAPTAÇÕES DE MÃES ENFERMEIRAS NA PANDEMIA DE COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DE ROY	130
MEMÓRIA E ARQUIVO: EFEITOS DE SENTIDO NA HISTÓRIA DE UM CURSO DE ENFERMAGEM	132
MULTIMORBIDADES EM PACIENTE IDOSA À LUZ DA TEORIA DO CONFORTO DE KATHARINE KOLCABA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	137
O CUIDAR DE ENFERMAGEM À PESSOA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA, DIABETES MELLITUS E DEPRESSÃO A LUZ DA TEORIA DE TIDAL MODEL	139
O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO CONTROLE DE INFECÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA BACTERIANA	142
ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	145
PERCEPÇÃO DA ENFERMAGEM QUANTO AO PAPEL DO PARCEIRO NA CONDUÇÃO DO PRÉ-NATAL DE MULHERES VIVENDO COM HIV: RELATO DE EXPERIÊNCIA	146
PERFIL DE USUÁRIOS ATENDIDOS EM UM SERVIÇO DE REFERÊNCIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE	148

PERFIL DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL EM 2020	153
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TOXOPLASMOSE GESTACIONAL E CONGÊNITA EM ARAPIRACA/ALAGOAS	155
PREVALÊNCIA DOS CASOS DE AIDS NA 7ª REGIÃO DE SAÚDE DE ALAGOAS NOS ANOS DE 2018 A 2023	160
PROMOVENDO CONHECIMENTO E PREVENÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA - O USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS PARA REDUÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E DAS ISTS	162
PROSATEH: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	164
SAÚDE DA MULHER: CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS NO CONTATO COM AS DIMENSÕES DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	165
TRABALHO, SAÚDE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO: A DEGRADAÇÃO DA VIDA SOBRE A LÓGICA DO LUCRO	169
OS DESAFIOS DO ENFERMEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	172

RESUMOS

Categoria: Relato de experiência ou reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

VISITA TÉCNICA A UMA UNIDADE NEONATAL EM UM HOSPITAL DO AGRESTE ALAGOANO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTOS, Adriele Maria Adrião dos¹
CORREIA, Larissa Tenório Andrade²

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de
eliadriao@gmail.com;

² Docente em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A assistência neonatal, especialmente em setores de alta complexidade, desempenha um papel essencial no cuidado aos recém-nascidos (RNs) em condições clínicas críticas. Esses ambientes exigem intervenções específicas e humanizadas, com destaque para o papel da equipe de enfermagem. **Objetivo:** Relatar a experiência vivenciada durante uma visita técnica à unidade neonatal de um hospital localizado no agreste alagoano. **Metodologia:** Relato de experiência, de natureza descritiva, realizado no módulo Saúde da Criança e do Adolescente e Cuidados de Enfermagem 2 da Universidade Federal de Alagoas. Ocorrendo no dia 07 de abril, em uma Unidade hospitalar localizada no Município de Arapiraca, Alagoas abrangendo os setores de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo) e Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa). **Resultados:** Durante a visita, foi possível compreender a complexidade do manejo clínico em neonatologia, desde o uso de tecnologias avançadas, como a fototerapia para tratamento de icterícia até a valorização do contato pele a pele do binômio. A UCINCa encontrava-se temporariamente inativa devido à indisponibilidade de mães, ainda que elegíveis, para aderirem ao método canguru. Antes da admissão nesse setor, é realizada uma entrevista de acolhimento com critérios específicos, incluindo disponibilidade emocional da puérpera de permanecer junto ao RN até sua alta hospitalar. Observou-se a relevância do trabalho em equipe e da comunicação eficaz para a melhoria dos desfechos clínicos. Foi evidente o impacto positivo das práticas de humanização, acolhimento às famílias e os momentos específicos destinados à visita dos irmãos aos RNs internados, reforçando o vínculo familiar e contribuindo para bem-estar geral dos pacientes. **Conclusão:** A visita técnica contribuiu de forma significativa para a formação acadêmica dos discentes, evidenciando a importância de aliar competências técnicas à sensibilidade no cuidado neonatal. Reforçando o papel da enfermagem na promoção de práticas humanizadas e centradas na família.

Palavras-chave: Humanização da Assistência. Enfermagem. Neonato.

REFERÊNCIAS

KOLACHI, Sara Helen; BECKER, Ana Paula Sesti; CREPALDI, Maria Aparecida. **Humanizando sentidos entre a psicologia e a enfermagem: relato de intervenção em uma U.T.I neonatal.**

Aletheia, n. 53, v. 2, 2020. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1278251>.

LIMA FILHO, Carlos Antonio de; et al. **Método Canguru: percepção da equipe de enfermagem em uma maternidade de alto risco.** Revista de Pesquisa UFRJ [online], 2024. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1531931>.

Portaria Nº 930, DE 10 DE MAIO DE 2012. Define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da saúde, 2012.

Categoria: Revisão integrativa da literatura.
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA RESISTÊNCIA MICROBIANA EM STAPHYLOCOCCUS AUREUS

SILVA, Weverson Timóteo da¹
LIMA, Erick Williams Lopes de²
MESSIAS, Marylia Gabriella da Silva²
OLIVEIRA, Danielly Cantarelli de³

¹Discente do curso de enfermagem. Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca. E-mail: weverson.silva@arapiraca.ufal.br

²Discente do curso de enfermagem. Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca.

³Docente de Enfermagem. Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A resistência dos microrganismos às diversas classes de antimicrobianos tem se intensificado nas últimas décadas, tornando-se uma preocupação crescente para a saúde pública mundial. A propagação acelerada de bactérias resistentes é especialmente alarmante, uma vez que essas infecções não respondem aos tratamentos antimicrobianos atualmente disponíveis. Esse processo dificulta o tratamento, tornando as infecções mais complexas de manejar, o que aumenta significativamente o risco de complicações graves e óbitos (WHO, 2023). Essa realidade representa um grande desafio para os profissionais de saúde, especialmente na prática da enfermagem, onde a prevenção e o manejo adequado das infecções são fundamentais para a recuperação dos pacientes.

A Resistência Microbiana (RM) ocorre quando microrganismos, como bactérias, vírus, fungos e parasitas, desenvolvem mecanismos que reduzem a eficácia dos medicamentos utilizados para tratar as infecções. Esse fenômeno é resultado de uma combinação de fatores, incluindo mutações genéticas e a transferência de genes de resistência por meio de elementos genéticos móveis, como plasmídeos, transposons e integrons. Além disso, o uso inadequado de antimicrobianos, tanto na medicina humana quanto na veterinária e em setores industriais, contribui significativamente para o agravamento do problema (BRASIL, ANVISA, 2023).

Avaliações realizadas em programas de educação e controle na prescrição de antibióticos, constataam que o uso indiscriminado dos fármacos corrobora para as crescentes taxas de RM entre patógenos adquiridos na comunidade (Wig, Naveet, 2018). Esse uso indiscriminado pode ocorrer por diversos fatores, entre eles a prescrição de maneira empírica, sem uma avaliação laboratorial; o acesso da população a alguns antibióticos sem recomendação médica; instruções de tratamento

incompletas, levando ao abandono do tratamento antes da duração prescrita; e a deficiência na qualificação dos profissionais no avanço da antibioticoterapia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a RM como uma das principais ameaças à saúde humana, repercutindo em uma alta morbidade e mortalidade dos pacientes atendidos pelos serviços de saúde, prolongando o tempo de internação hospitalar e aumentando a necessidade de um nível mais alto de assistência, com consequente elevação dos custos para os pacientes e instituições de saúde, além de causar estresse nos sistemas de saúde (ANVISA, 2017).

O *Staphylococcus aureus* é um dos exemplos mais representativos da adaptação bacteriana frente ao uso de antibióticos, destacando-se por sua habilidade de desenvolver rapidamente mecanismos de resistência a cada nova droga introduzida, desde a penicilina e a meticilina até antimicrobianos mais recentes, como a vancomicina. O *S. aureus* destaca-se entre os causadores de infecção tanto no nível hospitalar como no comunitário, sendo reconhecido como um dos principais agentes virulentos, geralmente encontrado na pele e mucosa de humanos (principalmente na região anterior das narinas), relacionado a importantes processos infecciosos (MOURA et al., 2011; SILVA et al., 2012).

Diante do crescente aumento na prevalência de *S. aureus* resistentes, e considerando a necessidade de mais pesquisas e informações sobre o tema, o estudo se propõe a discutir o uso indiscriminado de antibióticos e a sua contribuição para o desenvolvimento de mecanismos de resistência em *S. aureus*.

Objetivo

Discutir o uso indiscriminado de antibióticos e sua influência no desenvolvimento de mecanismos de resistência em *Staphylococcus aureus*.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, que teve como base a integração de dados provenientes das seguintes plataformas: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud (IBECS) e Institutional Repository for Information Sharing (IRIS-PAHO), todas acessadas por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Foram estabelecidos, como critérios de inclusão, artigos com texto completo, publicados entre os anos de 2018 e 2023, nos idiomas português e inglês. Foram excluídos estudos duplicados, publicações com acesso restrito, revisões da literatura, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e aqueles que não apresentaram aderência ao objetivo da pesquisa. A estratégia de busca utilizou os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): *Staphylococcus aureus*, Farmacorresistência Bacteriana e Gestão de Antimicrobianos, combinados pelo operador booleano AND.

A questão norteadora que orientou o desenvolvimento da revisão foi: “Como o uso indiscriminado de antibióticos contribui para o desenvolvimento de mecanismos de resistência em *Staphylococcus aureus*?”

Resultados e Discussão

A partir dos critérios de busca, inicialmente foram selecionados 53 artigos, sendo estes submetidos a uma triagem preliminar, com leitura dos títulos e resumos, no intuito de verificar a

pertinência em relação ao escopo da pesquisa. Após essa etapa, foram considerados elegíveis 15 artigos da base MEDLINE, 1 artigo da LILACS e 1 da IBECs, os quais passaram por leitura na íntegra.

De modo geral, observou-se que o uso inadequado e excessivo de antibióticos configura-se como um dos principais fatores responsáveis pelo surgimento e propagação da resistência microbiana (RM). Nesse contexto, infecções causadas por microrganismos multirresistentes, como o *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina (MRSA), têm contribuído significativamente para o aumento das taxas de mortalidade em âmbito global, além de impactarem diretamente nos custos assistenciais e na sobrecarga dos sistemas de saúde.

A análise dos estudos revelou que, historicamente, o surgimento da resistência bacteriana tem sido associado principalmente ao ambiente hospitalar, em razão do uso intensivo de antimicrobianos, da permanência prolongada de pacientes e da utilização frequente de dispositivos invasivos, fatores que favorecem o desenvolvimento da resistência aos antimicrobianos (FERREIRA, 2011). No entanto, evidências recentes apontam para a crescente contribuição da comunidade no avanço da RM, considerando que aproximadamente 93% do consumo de antibióticos ocorre fora do ambiente hospitalar. Esse padrão de uso é ainda mais acentuado em países de baixa e média renda, nos quais o controle sobre a prescrição e a dispensação desses medicamentos é frequentemente limitado (BONI, 2021).

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se ao impacto da pandemia de COVID-19 na intensificação da resistência microbiana em escala global. Durante esse período, observou-se um aumento expressivo no uso de agentes antimicrobianos em comparação com anos anteriores. A semelhança entre os sintomas da COVID-19 e de infecções bacterianas levou, em muitos casos, à prescrição empírica de antibióticos de amplo espectro. Além disso, a ausência de terapias específicas no início da pandemia contribuiu para o uso indiscriminado desses medicamentos, agravando o cenário da resistência bacteriana (LAI, 2021).

A resistência microbiana (RM) emerge como um desafio cada vez mais presente em escala global, com aumento expressivo nos últimos anos. Fatores como a organização dos sistemas de saúde, além dos contextos socioculturais e econômicos, influenciam significativamente as estratégias adotadas no enfrentamento desse problema (BIRGAND, 2020). Esse cenário tem favorecido o surgimento de cepas bacterianas multirresistentes e, em casos mais extremos, pan-resistentes, comprometendo a eficácia dos antimicrobianos disponíveis e configurando um grave impasse em saúde pública. Os impactos dessa realidade são amplos, incluindo prolongamento das internações hospitalares, elevação substancial dos custos com tratamento e assistência, além do aumento das taxas de morbidade e mortalidade associadas a infecções por microrganismos resistentes.

Diante da complexidade e da magnitude da RM, torna-se imprescindível que esforços coordenados entre gestores, profissionais da saúde e instituições de pesquisa sejam intensificados. A implementação de ações voltadas para a promoção do uso responsável de antibióticos, aliada a investimentos em educação em saúde e inovação tecnológica, é fundamental para conter o avanço desse fenômeno e preservar a eficácia terapêutica dos antimicrobianos atualmente disponíveis.

Conclusão

O estudo permitiu evidenciar que o uso inadequado e excessivo de antibióticos permanece como um dos principais fatores que impulsionam o avanço da resistência microbiana, especialmente no que se refere ao *Staphylococcus aureus* resistente à meticilina (MRSA). Os dados analisados indicam que tanto o ambiente hospitalar quanto a comunidade exercem papel significativo nesse

processo, com destaque para o consumo desregulado de antimicrobianos, muitas vezes sem respaldo clínico ou laboratorial.

A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais esse cenário, ao fomentar o uso empírico de antibióticos de amplo espectro diante da ausência de tratamentos específicos nos estágios iniciais da crise sanitária. Tal comportamento contribuiu para acelerar a seleção de microrganismos multirresistentes, elevando as taxas de morbidade, mortalidade e os custos relacionados à assistência à saúde.

Ademais, as disparidades estruturais e econômicas entre os países influenciam diretamente a forma como a resistência é enfrentada, revelando a necessidade urgente de políticas públicas globais mais eficazes. Dentre as estratégias recomendadas pelos estudos analisados, destacam-se o fortalecimento dos programas de uso racional de antimicrobianos, a ampliação da vigilância microbiológica, a educação continuada de profissionais de saúde e a regulação rigorosa da dispensação de antibióticos.

Palavras-chave: 1. Resistência Microbiana 2. *Staphylococcus aureus* 3. Uso Indevido de Antibióticos.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde. Série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília – DF. 2017.

BIRGAND, G. et al. Risk perception of the antimicrobial resistance by infection control specialists in Europe: a case-vignette study. *Antimicrob Resist Infect Control*, p. 33–33, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1186/s13756-020-0695-z>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BONI, Silvia, et al. Disparities in Antimicrobial Consumption and Resistance within a Country: The Case of Beta-Lactams in Argentina. *Pan American Journal of Public Health*, vol. 45, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.76>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL, ANVISA. Plano Nacional para a Prevenção e o Controle da Resistência aos Antimicrobianos nos Serviços de Saúde (2023 - 2027). Dezembro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/pnpciras-e-pan-servicos-de-saude/pan-servicos-de-saude-2023-2027-final-15-12-2023.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2025.

FERREIRA, Adriano Menis, et al. “*Staphylococcus aureus* resistente à meticilina em superfícies de uma Unidade de Terapia Intensiva”. *Acta Paulista de Enfermagem*, vol. 24, 2011, p. 453–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000400002>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LAI, Chih-Cheng, et al. “Increased Antimicrobial Resistance during the COVID-19 Pandemic.” *International Journal of Antimicrob Agents*, vol. 57, 2021, Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7972869/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MOURA, J.P.; PIMENTA, F.C.; HAYASHIDA, M.; CRUZ, E.D.A.; CANINI, S.R.M.S.; GIR, E. A colonização dos profissionais de enfermagem por *Staphylococcus aureus*. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* marabr 19(2). 2011.

MÚÑEZ RUBIO, E. et al. Fosfomicina em programas de manejo antimicrobiano. *Rev Esp Quimioter. EUA*, v. 32, n. 1, pág. 62-66, maio de 2019. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6555160/>. Acessado em: 20 ago. 23.

PALLARES, Christian, et al. “Impact of Antimicrobial Stewardship Programs on Antibiotic Consumption and Antimicrobial Resistance in Four Colombian Healthcare Institutions.” *BMC Infectious Diseases*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12879-022-07410-6>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PANTOSTI A, SANCHINI A, MONACO M. Mechanisms of antibiotic resistance in *Staphylococcus aureus*. *Future Microbiol.* 2007 Jun;2(3):323-34. doi: 10.2217/17460913.2.3.323. PMID: 17661706.

SHIN, J.-H. et al. “Nationwide multicenter questionnaire surveys on countermeasures against antimicrobial resistance and infections in hospitals”. *BMC Infectious Diseases*, p. 234–234, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1186/s12879-021-05921-2>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, C.B.F. et al . Colonização pelo *Staphylococcus aureus* em profissionais de enfermagem de um hospital escola de Pernambuco. *Rev. esc. enferm. USP, São Paulo*: v. 46, n. 1, p. 132-137. 2012.

WHO. World Health Organization. Antimicrobial Resistance (AMR) - Key facts, Novembro, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/factsheets/detail/antimicrobial-resistance>.

WIG, N. et al. Effectiveness of education and antibiotic control programme at All India Institute of Medical Sciences, New Delhi. *Natl Med J India*. Índia, v. 35, n. 5, pag. 262-267, 2018. Disponível em: <https://nmji.in/effectiveness-of-education-and-antibiotic-control-programme-at-all-india-institut-e-of-medical-sciences-new-delhi/>. Acessado em: 20 ago. 23.

Categoria: Pesquisa de dados secundários
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

A SAÚDE MENTAL DE SUJEITOS QUILOMBOLAS NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

LAURINDO, Maria Clara Da Silva¹
SOUSA, Déborah Luiz de²
PEREIRA, Leticia Alves³
LEITE, Luzia Karoline Teixeira⁴
DANTAS, José Eduardo Ferreira⁵
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de⁶

¹ Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, maria.laurindo@arapiraca.ufal.br ;

² Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

³ Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

⁴ Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

⁵ Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

⁶ Doutor em Saúde Pública, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A saúde mental é um direito humano fundamental, embora seu acesso ainda seja desigual, principalmente entre sujeitos em vulnerabilidade. Sob esse contexto, destacam-se os sujeitos quilombolas, que enfrentam barreiras como racismo estrutural e ausência de políticas públicas que respeitem sua cultura e modo de vida. Nessa conjuntura, as Conferências Nacionais de Saúde Mental são espaços importantes de participação social que podem colaborar com a implementação de políticas sobre saúde mental para sujeitos quilombolas. **Objetivo:** Identificar a presença, visibilidade e avanços nas propostas voltadas à população quilombola. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa do tipo documental, cujo *corpus* para análise foi constituído pelos relatórios finais das Conferências Nacionais de Saúde Mental realizadas no período de 1987 a 2023. **Resultados:** Nas duas primeiras conferências, não houve menções aos quilombolas, evidenciando sua invisibilidade. Na 3ª Conferência, houve uma citação genérica aos povos tradicionais, todavia não houve menções específicas aos quilombolas, marcando um início de reconhecimento, ainda que sem muita especificidade. A 4ª Conferência apresentou propostas mais amplas relacionadas à equidade e ao enfrentamento do racismo institucional, contemplando povos tradicionais, ainda que sem nomear os quilombolas diretamente. A 5ª Conferência representou um marco, com mais de dez propostas citando diretamente os quilombolas. Foram abordadas ações como inclusão nas políticas sobre álcool e outras drogas, reconhecimento de saberes tradicionais, financiamento das Redes de Atenção Psicossociais nos territórios, formação com letramento racial e valorização de práticas de matriz africana no cuidado. Reconheceu-se, ainda, os impactos da pandemia nas comunidades quilombolas e a necessidade de fortalecimento da rede de atenção. **Conclusão:** Observou-se um avanço na visibilidade dessa população, indicando maior inserção – principalmente na 5ª Conferência - das pautas étnico-raciais nas políticas públicas de saúde mental, evidenciando a importância de políticas públicas inclusivas que considerem o

contexto de diferentes povos, incluindo os quilombolas. Contudo, é fundamental garantir a continuidade dessas propostas através da participação social e institucionalização de ações que promovam equidade, respeito à diversidade cultural e acesso universal à saúde mental.

Palavras-chave: Quilombolas. Saúde Mental. Controle Social.

Protocolo Comitê de Ética: Não foi necessário.

Apoio Financeiro: Não houve.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **I Conferência Nacional de Saúde Mental:** relatório final. Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988, 43 p.

BRASIL. **Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental.** Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação de Saúde Mental, 1994. 63 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental.** Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002, 213 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial.** Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010, 210 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão de Formulação e Relatoria. **Relatório Nacional Consolidado da V Conferência Nacional de Saúde Mental Domingos Sávio.** Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2023, 205 p.

Categoria: Relato de experiência ou reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

A ESTRATÉGIA DO SEMÁFORO DO TOQUE NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: COLORINDO LIMITES E PROTEÇÃO EM UMA CRECHE PÚBLICA DE ARAPIRACA-AL

DA SILVA, Maria Eduarda Floriano¹
CAVALVANTE, Shellsley Aline Alencar²
DA SILVA, Maria Laine Santos³
LIMA, Denyse Emilly de Araujo⁴
DIAS, Renise Bastos Farias⁵

¹ Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal De Alagoas e-mail: maria.floriano@arapiraca.ufal.br;

²⁻⁴ Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal De Alagoas;

⁵ Docente, Universidade Federal De Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A violência é um fenômeno complexo, com raízes estruturais e sociais profundas, exigindo intervenções intersetoriais e multiprofissionais nos campos da assistência social, da educação e da saúde pública. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se do uso intencional da força física ou do poder, contra si, outra pessoa ou grupo, com consequências reais ou potenciais como sofrimento, morte, dano psicológico ou prejuízo no desenvolvimento (OMS, 2015). Quando direcionada às crianças, a violência adquire contornos ainda mais preocupantes, dada sua condição de fragilidade emocional e física, dependência dos adultos e vulnerabilidade estrutural (BATISTA; GOMES; VILLACORTA, 2022).

Entre as formas mais comuns de violência infantil estão a física, a psicológica, a sexual e a negligencial. A violência física envolve o uso da força ou objetos que causam lesões; a psicológica, ações que ferem a autoestima ou o desenvolvimento; a negligencial, a omissão de cuidados; e a sexual, caracteriza-se por práticas impostas mediante poder ou manipulação, como o abuso sexual infantil – forma particularmente grave, pois frequentemente ocorre no ambiente familiar (BRASIL, 1990).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, representou um avanço significativo na garantia de direitos, instituindo a proteção integral como princípio norteador. O ECA estabelece que as crianças devem ser vistas sempre como vítimas, mesmo diante de atos infracionais, atribuindo a responsabilidade aos adultos. Determina, ainda, que os setores da saúde e

da educação têm papel ativo na identificação, notificação e proteção das vítimas, bem como no acolhimento e apoio às famílias (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, a Atenção Primária à Saúde (APS) destaca-se como a principal porta de entrada para os casos de violência, atuando de forma contínua e territorializada, especialmente por meio das Unidades de Saúde da Família (USF), no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF). Essa estrutura favorece o estabelecimento de vínculos entre equipe e comunidade, possibilitando a detecção precoce e a intervenção oportuna diante de situações de abuso sexual infantil (apud GUTMANN et al., 2020; apud SILVA; CERIBELLI, 2021).

No campo da prevenção, a literatura aponta que uma das estratégias mais eficazes é a educação sexual infantil, entendida como um direito da criança de conhecer seu corpo, desenvolver uma visão positiva da sexualidade e compreender os limites do toque. Essa educação deve ocorrer de forma contínua, lúdica e emancipatória, rompendo com tabus que historicamente dificultam o diálogo sobre sexualidade (apud DELL'AGLIO; GARCIA, 2002; apud FERNANDES; BACKES, 2010).

Nesse contexto, destaca-se a utilização do “Semáforo do Toque”, ferramenta educativa que associa cores a zonas do corpo e aos diferentes tipos de toque – vermelho (proibido), amarelo (atenção) e verde (permitido). Essa estratégia, aplicada de forma lúdica com crianças em idade pré-escolar, facilita a compreensão sobre os limites corporais e contribui para o fortalecimento da autonomia e da rede de proteção infantil (SANTOS, 2020; RODRIGUES et al., 2024).

Objetivo

Relatar a experiência de uma ação educativa sobre educação sexual na infância, realizada pela Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Criança (LAESC/UFAL) com crianças de 3 a 4 anos, destacando a metodologia utilizada, a receptividade do público infantil e a importância da abordagem lúdica na prevenção de abusos e na promoção do autocuidado.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um resumo expandido, do tipo relato de experiência, desenvolvido no contexto de uma ação educativa voltada à promoção da educação sexual na infância, realizada no dia 4 de abril de 2025. A atividade foi promovida pelos discentes integrantes da LAESC, liga acadêmica vinculada ao curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A ação ocorreu na Creche Municipal Maria Olga Tavares Barbosa, situada no município de Arapiraca – AL, e foi direcionada a crianças com idades entre 3 e 4 anos. A metodologia adotada incluiu o uso de uma ferramenta lúdica denominada “semáforo do toque”, representada por um cartaz ilustrativo que utilizava as cores verde, amarela e vermelha para ensinar, de forma acessível, os limites do toque no corpo infantil. Além disso, foi realizada uma roda de conversa com linguagem adaptada à faixa etária, com o objetivo de estimular a participação ativa das crianças e promover reflexões sobre o autocuidado, o respeito ao corpo e a importância de buscar ajuda de adultos de confiança em situações de desconforto. A atividade foi conduzida em um ambiente acolhedor e seguro, respeitando as particularidades do desenvolvimento infantil. Além disso, contou-se com a colaboração dos profissionais da creche que se mostraram empenhados e envolvidos com a abordagem trazida.

Resultados e Discussão

A ação educativa obteve resultados positivos tanto em relação à participação das crianças quanto à efetividade da metodologia adotada. Observou-se que a utilização do “semáforo do toque” como recurso lúdico facilitou a compreensão, por parte das crianças, sobre os limites do corpo e

sobre a importância de respeitar e comunicar situações de desconforto. Durante a roda de conversa, os participantes demonstraram curiosidade e responderam com assertividade às perguntas feitas pelos facilitadores, revelando conhecimento prévio limitado, mas capacidade de assimilação rápida diante da abordagem adaptada à sua faixa etária.

A simbologia das cores foi compreendida com clareza e associada ao cotidiano das crianças, o que favoreceu o vínculo com a temática abordada. A cor vermelha, por exemplo, foi prontamente reconhecida como um sinal de “parar” ou “não pode”, reforçando a ideia de proteção corporal. Essa apropriação conceitual demonstra o potencial da ferramenta como instrumento de educação em saúde para a infância, conforme discutido por Rodrigues et al. (2024), que destaca a importância de abordagens lúdicas na prevenção de abusos.

A experiência também evidenciou o papel dos profissionais e acadêmicos de saúde, como agentes facilitadores da promoção da saúde e da proteção infantil. A ação permitiu, ainda, a reflexão crítica dos discentes da LAESC sobre a importância da atuação interdisciplinar e intersetorial na prevenção da violência contra crianças, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Conclusão

Com base na experiência relatada, a estratégia do semáforo do toque está relacionada a uma estratégia lúdica simples, de baixo custo e de relevância na educação sexual de crianças. Por meio da associação de partes do corpo com as cores do semáforo foi possível que crianças, em idade pré-escolar, fossem orientadas e educadas sobre um tema sensível: o abuso sexual infantil.

Concluiu-se, portanto, que a educação sexual deve ser iniciada precocemente, sendo adaptada a cada faixa etária, pois constitui-se como uma forma de promoção de saúde e prevenção de agravos.

Palavras-chave: Prevenção. Abuso sexual. Infância.

REFERÊNCIAS

BATISTA, MKB; GOMES WS, VILLACORTA JAM. **Abuso sexual contra crianças: construindo estratégias de enfrentamento na Atenção Primária à Saúde em um município da região metropolitana do Recife.** RIO DE JANEIRO, V. 46, N. Especial 5, P. 208-220, Dez 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

RODRIGUES, Débora dos Santos, et.al. **Prevenção do abuso infantil e o Semáforo do toque: Projeto de Extensão.** Revista Diversidade e Educação, v. 12, n. 2, p. 1123-1137, 2024. E-ISSN: 2358-8853.

Categoria: Relato de experiência ou reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

A PRÁTICA PROFISSIONAL INTEGRADA NO CUIDADO MATERNO-INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTOS, Steffany Camilly de Oliveira¹

SILVA, Renysson Kauan Oliveira²

SILVA, Maria Sheyla Pereira da³

BARBOSA, Nirliane Ribeiro⁴

DIAS, Renise Bastos Farias⁵

¹Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. Email: steffany.santos@arapiraca.ufal.br

²Graduando em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

³Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

⁴Enfermeira Obstetra. Profa Adjunta no Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

⁵Enfermeira Pediatra. Profa Associada no Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

RESUMO SIMPLES

Introdução: A prática profissional integrada (PPI) exerce um papel essencial na formação acadêmica ao possibilitar a articulação entre teoria e prática. A inserção dos estudantes em ambientes reais de atenção à saúde, tais como unidades hospitalares e centros de saúde, favorece a consolidação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e contribui no desenvolvimento do raciocínio clínico. **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem durante a PPI na Maternidade. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência sobre uma PPI realizada ao longo do módulo de Saúde da Criança e do Adolescente e Cuidados de Enfermagem II, com discentes do 7º período do curso de enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca. A atividade foi desenvolvida na Maternidade do Hospital Regional Nossa Senhora do Bom Conselho, localizado no município de Arapiraca, em abril de 2025. **Resultados:** Na ocasião, no setor do alojamento conjunto, os discentes desenvolveram uma educação em saúde com temática relacionada à importância do aleitamento materno, voltada às puérperas e seus acompanhantes. Também foi possível acompanhar a realização do teste do olhinho, realizar a prática do exame físico nos neonatos, e posteriormente, elaborar as evoluções de enfermagem e os planos de cuidados destinados aos respectivos recém-nascidos. Tais atividades, proporcionadas pela PPI, mostraram-se essenciais para o fortalecimento dos conhecimentos teóricos e o aprimoramento das habilidades práticas. Ademais, com a PPI, os discentes foram capazes de aperfeiçoar a comunicação interpessoal, promover um cuidado humanizado e desenvolver aptidão para a gestão. **Conclusão:** Dessa forma, a experiência evidenciou que a PPI contribui efetivamente para a formação dos

discentes, ao estimular o senso crítico e a autonomia profissional, especialmente no cuidado neonatal, proporcionando uma vivência concreta com os recém-nascidos em contextos reais de atenção à saúde.

Palavras-chave: Ensino. Prática Profissional. Maternidades.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO I - “Prática em Enfermagem nos múltiplos cenários de atuação que promovem a saúde do planeta”.

A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E TRABALHO NA ENFERMAGEM: A ÓTICA DAS ENFERMEIRAS

SILVA, Letícia Beatriz de Oliveira¹
SOUZA, Diego de Oliveira²

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, leticia.beatriz@arapiraca.ufal

² Professor Doutor do curso de bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Até a década de 50, a enfermagem era vista como não-científica, com ações de cuidado baseadas em tradições e na intuição. Entretanto, passa-se a se preocupar com a definição de princípios científicos que possam nortear a prática da profissão. Assim, em 1959, ocorre a primeira edição dos *Princípios científicos aplicados na enfermagem*, fruto de um estudo de 5 anos realizado por educadores de enfermagem norte-americanos da Escola de Enfermagem da Universidade de Washington. O estudo buscou definir cuidados prescritos para satisfazer as necessidades biopsicossociais dos pacientes com princípios científicos servindo de base (Almeida; Rocha, 1986).

Para Virgínia Henderson - autora da quinta edição do livro *Textbook of the principles and practice of nursing*, de 1955 -, a enfermeira é a autoridade do cuidado básico de enfermagem com atividades voltadas às funções da vida física, psíquica e social. Para realizar suas ações, ela deve buscar os conhecimentos nas ciências biológicas e sociais. Dessa forma, o saber da enfermagem na década de 50 busca uma fundamentação para suas técnicas com bases principalmente nas ciências naturais como a anatomia, microbiologia, fisiologia e patologia, além das ciências sociais. É evidente que o saber da enfermagem, buscando se tornar científico, procura essa cientificidade na aproximação com o saber da medicina e, consequentemente, com sua autoridade (Almeida; Rocha, 1986).

Ainda hoje, a enfermagem constitui uma ciência em construção, fundamentando-se em concepções teóricas, princípios básicos, métodos de trabalho específicos e conhecimentos de uma prática legalmente reconhecida, que atualmente tem se preocupado com o alcance epistemológico dos resultados de suas investigações. Mesmo diante da persistência de um debate sobre a cientificidade da Enfermagem, há um consenso sobre a importância do pensamento crítico da enfermeira, seja na prática assistencial ou no aprofundamento teórico (Sousa et al, 2019).

Dessa forma, este trabalho busca destacar qual a concepção de enfermeiras da Estratégia Saúde da Família (ESF) sobre a cientificidade da profissão e sua repercussão no seu processo de trabalho.

Objetivo

Evidenciar a perspectiva das enfermeiras sobre o caráter científico da profissão.

Metodologia

Este é um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. O território de pesquisa situa-se na cidade de Arapiraca, localizada no Agreste alagoano, que ocupa cerca de 351.475 km² do território estadual e dispõe de um número de habitantes estimado em 234 mil. A atenção básica à saúde em Arapiraca está organizada, preferencialmente, por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). São 67 Equipes de Saúde da Família, o que equivale a uma cobertura de 97,86% da população (Arapiraca, 2017).

Assim, foram selecionados para esse estudo enfermeiras e enfermeiros atuantes na ESF na cidade de Arapiraca há pelo menos 6 meses. Além disso, não participaram da pesquisa os profissionais que estavam de férias, de licença ou que se recusaram a ser entrevistados. Em relação à quantidade de entrevistas, foi seguido o critério de saturação das informações. Os convites foram feitos diretamente aos profissionais, via WhatsApp, após a liberação da Secretaria Municipal de Saúde.

O processo de coleta de dados seguiu a estratégia de entrevista individual semiestruturada, de acordo com o modelo elaborado pelos pesquisadores. As oito entrevistas ocorreram entre os meses de junho e dezembro do ano de 2022 mediante agendamento prévio com dia e horário mais conveniente para os voluntários.

O roteiro de entrevista contemplou 10 questões sobre a opinião dos profissionais a respeito do trabalho e processo de trabalho em enfermagem; sua satisfação com a profissão e com o reconhecimento profissional que possui quanto enfermeira(o), além da sua percepção acerca das dificuldades enfrentadas pela enfermagem.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, respeitando a forma como foram expressas. A identidade dos entrevistados foi preservada e eles foram identificados por códigos: a letra “E” acompanhada de um número, de acordo com a ordem das entrevistas. As informações coletadas foram submetidas a uma análise temática do conteúdo, extraindo as unidade de contexto e unidade de registro para formar categorias temáticas.

Seguimos as normas éticas da Resolução n. 466/2012 (Brasil, 2012) e Resolução n. 510/2016 (Brasil, 2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). As entrevistas foram realizadas com o esclarecimento da natureza da pesquisa, seus objetivos, riscos e possíveis inconvenientes aos sujeitos participantes. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura do participante da pesquisa, em duas vias. Ademais, o estudo foi previamente submetido (em formato de projeto de pesquisa) à apreciação do Conselho de Ética e Pesquisa - CEP, via Plataforma Brasil, quando obteve a aprovação para a realização no parecer consubstanciado de n. 56887822.0.0000.5013.

Resultados e Discussão

Participaram desta pesquisa 8 enfermeiras e enfermeiros com faixa etária de 33 a 50 anos, sendo seis mulheres e dois homens. Todos os participantes possuíam no mínimo 9 anos de formação na Enfermagem e 8 anos de atuação na ESF de Arapiraca. Em relação às titulações máximas, seis dos entrevistados eram especialistas, um era mestre e um não possuía nenhum nível de especialização.

Através dos depoimentos, foi possível conceber que para os participantes o conhecimento científico e o registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) são diferenciadores no exercício da assistência prestada pela enfermeira:

O registro com o COREN e também a base científica que a gente acaba tendo. [...] A gente

tem preparo teórico e prático também, e além do amparo legal para exercer essa atividade (E2).

Apesar do caráter científico ser destacado como o diferencial da prática da enfermeira, os relatos apontam para uma desvalorização desse aspecto. A ausência de reconhecimento das enfermeiras acerca da prática baseada em evidências científicas, demonstra ser uma das causas da precarização do trabalho, tornando necessária a luta de evidenciar que a Enfermagem é ciência:

O caráter científico da, do trabalho, porque infelizmente a própria classe é precarizada por não valorizar a, a ciência, né? A ciência envolvida nesse processo, mas existe muita ciência e a nossa luta no dia a dia é evidenciar isso, que a enfermagem também é ciência (E4).

Conforme Pires (2013), para convencer o Estado e a sociedade de que o trabalho da Enfermagem requer habilidades especializadas para ser exercido, é imprescindível que existam entidades que defendam o que pertencem à profissão e tenham um posicionamento contra o exercício ilegal, o que garante a autonomia profissional, além de que esses são parâmetros que devem ser fundamentados em pesquisas pelas próprias enfermeiras. O cuidado dos indivíduos com necessidades de atenção em saúde desenvolvido pela Enfermagem, é uma atividade essencial para a vida humana e deve ser prestado por trabalhadores qualificados e especializados (Pires, 2013).

Entretanto, a imagem da enfermeira para a população é frequentemente confundida com a de outros profissionais da equipe de saúde: ora é vista como médica, ao realizar uma consulta de enfermagem, ora como auxiliar ou técnica de enfermagem, quando verifica sinais vitais ou realiza outros procedimentos. Além disso, as imagens presentes no senso comum sobre a enfermeira, no passado ou no presente, são dúbias, associando-a a anjos, santas, prostitutas, bruxas ou símbolos sexuais. As heteroimagens profissionais da enfermeira fazem parte da construção da identidade profissional que possui raiz e sentido na história da profissão, com o exercício pela vocação e dedicação cristã, bem como o misticismo da Idade Média sobre mulheres com poder de cura (Gomes; Oliveira, 2005).

Assim, os profissionais de Enfermagem têm a responsabilidade de gerar conhecimento sobre a identidade e a importância de sua atuação no trabalho coletivo multiprofissional em saúde. Isso inclui compreender o significado do trabalho interdisciplinar e a posição da Enfermagem nesse contexto, além de destacar sua contribuição para a assistência em saúde (Pires, 2013).

Além disso, mesmo diante do caráter científico do trabalho exercido pelas enfermeiras, é importante saber lidar com as questões culturais e empíricas da população assistida:

A Enfermagem, ela é uma ciência, né? [...] Claro que quando a gente lida dentro da nossa comunidade, a gente lida com algumas situações, é, empíricas, né? Até porque isso faz parte da questão cultural também dos nossos pacientes (E8).

A valorização de saberes populares adquire um significado importante dentro do processo saúde-doença, pois oferece possibilidade de novas soluções e concepções àquilo que é inexplicável dentro do modelo biomédico de assistência à saúde. Considerar práticas de saúde existentes e identitárias das comunidades, nos territórios, é dar oportunidade aos indivíduos que se encontram em situação de fragilidade o conforto e a força para a reconstrução e enfrentamento de seu sofrimento (Hoffmeister, 2020).

Conclusão

Este estudo permitiu compreender o valor e a essencialidade do conhecimento científico no processo de trabalho da enfermeira. Quando elas afirmam que o seu trabalho se distingue pela base científica e um conselho que diga o que é próprio da categoria, revela-se a necessidade de legitimação de uma profissão que na construção de sua história foi minimizada e permeada por

estereótipos que não se relacionam verdadeiramente com a ocupação.

Além disso, as enfermeiras relatam a falha das próprias profissionais ao reconhecerem a cientificidade na enfermagem. Nas falas também foram identificadas as inferências de aspectos sociais e culturais no cuidado, dando oportunidade de diálogo com o usuário e permitindo sua participação no processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Enfermagem. Ciência. Cuidado de Enfermagem.

Protocolo Comitê de Ética: 56887822.0.0000.5013

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. P DE; ROCHA, J. S. Y. O saber de enfermagem e sua dimensão prática. São Paulo: Cortez, 1986.

ARAPIRACA. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**, Arapiraca, 2017. Disponível em: <https://arapiraca.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/06/PMS20182021.pdf>. Acesso em: 30 abr 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466/2012**. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 30 abr 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510/2016**. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 30 abr 2025.

GOMES, A. M. T.; OLIVEIRA, D. C. A auto e heteroimagem profissional do enfermeiro em saúde pública: um estudo de representações sociais. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 13, n. 6, p. 1011–1018, nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000600014>. Acesso em: 30 abr 2025.

HOFFMEISTER, A. **Saberes populares e cuidado em saúde: um estudo de caso no município de Araricá/RS**. 2020. 93f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SOUSA, N. D. et al. Enfermagem e ciência: uma reflexão sobre a sua consolidação. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 13, n. 3, p. 839–843, 2019. DOI: 10.5205/1981-8963-v13i3a238070p839-843-2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/238070>. Acesso em: 30 abr 2025.

PIRES, D. E. P. Transformações necessárias para o avanço da Enfermagem como ciência do cuidar. **Rev Bras Enferm**, Rio Grande do Norte, p. 39-44, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700005>. Acesso em: 30 abr 2025.

Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.
Categoria: Pesquisa

A SAÚDE DA POPULAÇÃO COM ALBINISMO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA EM ALAGOAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

VALERIANO, Irys Maria Pinheiro¹
SANTOS, Cristian Luan dos²
CALHEIROS, Raphaela Tereza Lira Alencar³
LEITE, Luzia Karoline Teixeira⁴
DANTAS, José Eduardo Ferreira⁵
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de⁶

¹ Discente de Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca irys.valeriano@arapiraca.ufal.br;

² Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

³ Discente de Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

⁴ Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

⁵ Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

⁶ Doutor em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O albinismo é um distúrbio genético, raro e não contagioso, caracterizado pela ausência ou redução significativa na produção de melanina, pigmento responsável pela coloração da pele, dos cabelos e dos olhos. Essa condição decorre de alterações genéticas que afetam a distribuição da pigmentação melânica, tornando os indivíduos afetados mais vulneráveis à exposição solar e às suas consequências. Por afetar pessoas de todas as etnias e apresentar manifestações variadas, conforme o tipo, o albinismo demanda cuidados de saúde específicos e individualizados (Brasil, 2022).

Além das alterações físicas evidentes, o albinismo pode desencadear importantes problemas de saúde, sobretudo relacionados à visão, uma vez que a melanina é fundamental para o desenvolvimento da retina e do nervo óptico. Também se observa uma maior sensibilidade da pele à radiação ultravioleta, o que eleva o risco de queimaduras solares e de câncer de pele (Mendes, 2024). Apesar do reconhecimento das limitações enfrentadas por essa população, persistem desigualdades significativas no acesso a cuidados de saúde, sobretudo pela oferta limitada de serviços especializados e falta de preparo dos profissionais para lidar com essas especificidades.

No Brasil, a escassez de dados e de políticas voltadas à população albina contribui para sua exclusão social, o que se reflete diretamente no cenário da saúde. Essa invisibilidade institucionalizada aprofunda as desigualdades e dificulta o atendimento adequado às suas

necessidades específicas (Rodrigues, 2021). Nessa perspectiva, também se observa a presença de lacunas significativas na formação dos profissionais da saúde quanto ao conhecimento e manejo adequado das necessidades desses indivíduos (Santos, 2017). Assim, torna-se essencial refletir sobre a presença, ou ausência, do ensino voltado ao cuidado integral da população com albinismo nos cursos de graduação em saúde que ocupam papéis centrais nos cuidados primários à saúde.

Dentro desse contexto, faz-se necessário analisar como os cursos de graduação em saúde, sobretudo Enfermagem e Medicina, abordam essa temática através dos Planos Pedagógicos de Curso (PPCs). A presença de conteúdos que tratam o cuidado à saúde da população com albinismo representa um avanço na formação profissional no que se refere à sensibilidade e preparação para atuação de modo integral e equitativo. Por outro lado, a ausência desses conteúdos pode reforçar práticas excludentes e contribuir para a manutenção da invisibilidade social e assistencial enfrentada por esse grupo (Santos, 2017).

Com isso, a realização da análise pretende contribuir de forma significativa para o fortalecimento de uma formação acadêmica mais humanizada e inclusiva, voltada não apenas para a excelência técnica, mas também para a sensibilidade social. Busca-se, assim, promover discussões críticas que reforcem o compromisso ético e político das instituições de ensino com a equidade, a justiça social e o enfrentamento das múltiplas desigualdades que persistem no campo da saúde.

Objetivo

Analisar a presença de conteúdos pertinentes à saúde da população com albinismo nos projetos pedagógicos dos cursos de enfermagem e medicina de instituições públicas de Alagoas.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, com natureza histórica, do tipo análise documental. Ademais utilizou-se a estratégia PICO, a qual permite a formulação de perguntas estruturadas e facilita a busca de evidências científicas. Assim, definiu-se: P (Paciente/Problema): Saúde da população albina; I (Intervenção): Inclusão de conteúdos sobre albinismo nos Planos Pedagógicos de Curso; C (Comparação): Não se aplica; O (Desfecho): Melhoria na formação dos profissionais. Com isso, levantou-se a seguinte questão: “Como os cursos de Enfermagem e Medicina de instituições públicas de Alagoas abordam os conteúdos relacionados ao albinismo e ao cuidado integral dessa população?”

Para a execução da pesquisa, os pesquisadores adaptaram o percurso metodológico do estudo de Souza *et al.* (2025), a saber: 1) Formulação da questão da pesquisa; 2) Busca dos documentos em formato digital através da internet; 3) Busca dos termos-chave “albinismo”, “albino(a)”, “pessoas com albinismo” e “PCAs” nos documentos digitais com o auxílio dos *softwares Adobe Acrobat Reader e Microsoft Edge*; 4) Organização e sistematização das informações obtidas; 5) Discussão dos dados pelos autores; e 6) Redação dos resultados no formato de resumo expandido.

Para a constituição do *corpus* para análise, foram consultados os projetos pedagógicos dos cursos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus A. C. Simões e Campus de Arapiraca, e dos cursos da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, conforme consta no quadro 1.

QUADRO 1 - Projetos Pedagógicos dos Cursos de Enfermagem e Medicina nas Universidades públicas de Alagoas

Curso	Ano de publicação	Disponível em:
-------	-------------------	----------------

Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca	2024	https://arapiraca.ufal.br/graduacao/medicina/documentos/projeto-pedagogico/novo-ppc-2023_v10.pdf/view
Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus A.C. Simões	2023	https://famed.ufal.br/pt-br/graduacao/medicina/matriz-curricular/projeto-pedagogico/ppc-medicina-2024/famed_2024.pdf/view
Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A.C. Simões	2024	https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/enfermagem-maceio-2024.pdf/view
Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca	2018	https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-arapiraca/enfermagem-bacharelado-arapiraca.pdf/view
Medicina, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	2016	https://novo.uncisal.edu.br/uploads/2020/2/PPC-MEDICINA-2016.pdf
Enfermagem, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	2016	https://uncisal.edu.br/uploads/2020/2/PPC-ENFERMAGEM-2016_compressed.pdf

Fonte: Elaborado pelos autores.

Resultados e Discussão

A análise dos PPCs evidenciou uma lacuna significativa na abordagem da temática do albinismo. Entre os documentos examinados, apenas um mencionou brevemente o tema, o projeto do curso de Medicina da UFAL, Campus A.C. Simões — de forma superficial, sem diretrizes pedagógicas, práticas específicas de cuidado ou aprofundamento teórico. Esse achado evidencia uma falha importante na formação em saúde e reflete a persistente invisibilização da população com albinismo no meio acadêmico.

Tal omissão compromete o desenvolvimento de competências essenciais para um cuidado integral, ético e equitativo. Conforme destaca Reimer-Kirkham *et al.* (2024), a escassez de políticas sociais e normativas específicas reforça essa invisibilidade e dificulta o acesso à saúde por parte das pessoas com albinismo. Essa população é caracterizada com uma condição genética, com repercussões dermatológicas, oftalmológicas e psicossociais, que exige acompanhamento multiprofissional contínuo, preparo técnico, empatia e sensibilidade por parte dos profissionais.

A ausência da temática do albinismo nas matrizes curriculares dos cursos de saúde torna-se ainda mais alarmante quando se considera a pouca aplicação das políticas públicas já existentes voltadas a essa população no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Resolução nº 725, de 9 de novembro de 2023, estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Albinismo, demonstrando que há um reconhecimento oficial da necessidade de cuidados específicos (BRASIL, 2023). No entanto, essa normativa ainda não se reflete na prática das instituições formadoras, que continuam a negligenciar o tema em seus PPCs. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2022), pessoas com albinismo enfrentam dificuldades relacionadas à saúde, à mobilidade, ao acesso ao trabalho e à inclusão social. Em um país como o Brasil, com níveis de radiação ultravioleta altos, a omissão dessa pauta na formação compromete o preparo para lidar com agravos como o câncer de pele e a mortalidade precoce dessa população.

Dessa forma, ao negligenciar o albinismo nos currículos, as instituições limitam a capacidade dos futuros profissionais de identificar e acolher adequadamente as demandas dessa população. De acordo com o Ero *et al.* (2021), o desconhecimento da realidade da população com albinismo, sobretudo no contexto da produção de saúde, pode favorecer a reprodução de preconceitos e estigmas, impactando negativamente tanto o convívio social quanto o acesso e a qualidade do cuidado oferecido nas comunidades.

Ademais, é notório que a falta de informação sobre o albinismo interfere diretamente no bem-estar das pessoas com essa condição, tornando-as mais suscetíveis à negligência quanto aos cuidados com a própria saúde e à exclusão por parte de políticas públicas que deveriam atendê-las de forma específica e eficaz (Kimura, 2021). Isso pode resultar em atrasos no diagnóstico, orientações insuficientes sobre fotoproteção e cuidados visuais, além da reprodução de estigmas no atendimento.

Nesse contexto, é imprescindível que os currículos contemplem temas como o albinismo. Durante a formação profissional, a constituição de ligas multiprofissionais com foco no cuidado às pessoas com albinismo, pode contribuir significativamente para suprir lacunas no atendimento a essa população, ao mesmo tempo em que capacita estudantes de diferentes áreas da saúde, como estudantes de medicina e enfermagem, para atuarem de forma integrada e sensível às demandas desse grupo vulnerabilizado (Soares; Guimarães, 2015). Dessa forma, é essencial que os currículos estabeleçam espaços de debate sobre essa temática, promovendo sensibilização e preparo técnico desde a graduação.

Além disso, a universidade deve assumir um papel mais ativo na construção de saberes comprometidos com a transformação social. Nesse contexto, entende-se que cabe aos produtores de ciência exercer também o papel de divulgadores, superando as barreiras institucionais da universidade para compartilhar com a sociedade os conhecimentos gerados no ambiente acadêmico (Kimura, 2021). A ausência do tema nos PPCs, portanto, não revela sua irrelevância, mas sim a urgência de uma revisão crítica das matrizes curriculares.

Conclusão

Nessa perspectiva, a ausência de discussões sobre albinismo nos PPCs de Enfermagem e Medicina em Alagoas evidencia a invisibilidade desses indivíduos no contexto da formação em saúde. A inexistência de conteúdos que abordem a saúde da população albina revela uma lacuna institucional que impacta diretamente a preparação de futuros profissionais no que se refere à assistência baseada em equidade, sensibilidade e competência diante das necessidades específicas.

Com isso, torna-se necessário que ocorra a atualização dos PPCs tendo o objetivo de incluir na grade curricular conteúdos que abordem sobre a saúde da população albina. A negligência dessa pauta na formação universitária contribui para a perpetuação de práticas excludentes, além de reforçar os estigmas e preconceitos que já marcam a vivência cotidiana das pessoas com albinismo. A incorporação é, portanto, um compromisso com a equidade em saúde, já que auxilia na formação humanizada, inclusiva e comprometida com os direitos de todas as pessoas.

Por fim, ao incluir o albinismo como conteúdo formativo, abre-se espaço para o desenvolvimento de competências técnicas e atitudes que são fundamentais à promoção do cuidado integral, conforme preconizado pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Desse modo, sendo possível realizar contribuições que auxiliem a superar as exclusões e a ampliar a construção de práticas de saúde mais justas e acolhedoras, respeitando os direitos de todos os indivíduos.

Palavras-chave: Albinismo. Projeto Pedagógico de Curso. Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Ações estratégicas de cuidado em saúde para pessoas com albinismo: orientações técnicas para gestores e trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_estrategicas_cuidado_saude_albinismo.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

Brasil. Ministério da Saúde. Resolução nº 725, de 9 de novembro de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Albinismo. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 9 nov. 2023. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2024/res0725_12_01_2024.html Acesso em: 02 mai 2025.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ERO, I. et al. Pessoas com albinismo no mundo: uma perspectiva de direitos humanos. *Assembleia Geral das Nações Unidas*. 13 jun. 2021. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Albinism/Albinism_Worldwide_Report_2021_PT.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

KIMURA, Lilian. Albinismo: raro, mas não invisível. *Genética na Escola*, v. 16, n. 1, p. 54-65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55838/1980-3540.ge.2021.356>. Acesso em: 01 mai. 2025.

MENDES, Daphne Sarah Gomes Jacob et al. Albinismo no Brasil: desafios à saúde e perspectivas de inclusão sob a ótica de uma política nacional de proteção de direitos. *Revista Brasileira de Direito*, Passo Fundo, v. 20, n. 2, p. e4984, dez. 2024. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/4984/0>. Acesso em: 30 abr. 2025.

REIMER-KIRKHAM, S.; ASTLE, B.; ERO, I.; et al. Mapping a research-advocacy-policy agenda on human rights and albinism: a mixed methods project. *International Journal for Equity in Health*, v. 23, n. 1, p. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12939-023-02064-5>. Acesso em: 2 maio 2025.

RODRIGUES, Luciana Rúbia Pereira. Direito à saúde da pessoa albina: perfil e itinerário terapêutico e busca por ações de ruptura das iniquidades em saúde em um município do agreste alagoano. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/9517> Acesso em: 01 mai. 2025.

SOARES, R. C. P.; GUIMARÃES, C. M. Albinismo: aspectos sociais e necessidades de políticas públicas. *Revista Estudos - Revista de Ciências Ambientais e Saúde (EVS)*, Goiânia, Brasil, v. 41, p. 125–137, 2015. DOI: 10.18224/est.v41i0.3813. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/est.v41i0.3813>. Acesso em: 01 mai. 2025.

SOUZA, Gilvana Suane Santos de et al. (Des)medicalização nas Conferências Nacionais de Saúde Mental: uma análise documental. *Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Alagoas/UFAL - (Maceió/AL)*. ISSN Eletrônico 2236-5842– QUALIS B1 – Ed. Reg. nº. 21. Vol. 14/2025. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/rexd.v12i14> Acesso em: 29 abr. 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem (2016). Maceió: UNCISAL, 2016. Disponível em: https://uncisal.edu.br/uploads/2020/2/PPC-ENFERMAGEM-2016_compressed.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina (2016). Maceió: UNCISAL, 2016. Disponível em: <https://novo.uncisal.edu.br/uploads/2020/2/PPC-MEDICINA-2016.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem – Campus Arapiraca. Arapiraca: UFAL, 2024. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-arapiraca/enfermagem-bacharelado-arapiraca.pdf/view>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem – Campus Maceió (2024). Maceió: UFAL, 2024. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/enfermagem-maceio-2024.pdf/view>. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina – Arapiraca (versão 2023). Arapiraca: UFAL, 2023. Disponível em: https://arapiraca.ufal.br/graduacao/medicina/documentos/projeto-pedagogico/novo-ppc-2023_v10.pdf/view. Acesso em: 29 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Pedagógico do Curso de Medicina – 2024. Maceió: UFAL, 2024. Disponível em: https://famed.ufal.br/pt-br/graduacao/medicina/matriz-curricular/projeto-pedagogico/ppc-medicina-2024/famed_2024.pdf/view. Acesso em: 29 abr. 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica.
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

ABORDAGEM DO ENFERMEIRO NA CONSULTA DE PUERICULTURA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A SÍNDROME RUBINSTEINS-TAYBI

SILVA, Bunna Maria Pereira Lima¹
SANTOS, Ítala Daniely Pereira dos²
ALMEIDA, Évelem Pinheiro de³

¹ Acadêmica em Bacharelado em enfermagem, UNINASSAU. (enferbrunnamaria@gmail.com)

² Bacharel em Enfermagem, UNINASSAU

³ Bacharel em Enfermagem, UNIRIO

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A Atenção Básica assume seu papel de coordenadora do cuidado e ordenadora das redes de atenção à saúde, qualificando, dentre outras, a vigilância do desenvolvimento infantil e cuidado em puericultura, medidas estratégicas para a redução da morbimortalidade que atinge o público infantil. Com a Consulta de Enfermagem em puericultura, o enfermeiro realiza a vigilância do crescimento e desenvolvimento da criança, prática essencial para promoção e prevenção da saúde (CARVALHO et al., 2024).

Nesse contexto, Pedraza (2023) defende que a consulta de puericultura constitui um instrumento de cuidado essencial para o acompanhamento da saúde infantil e a promoção do crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Dessa forma, a Síndrome de Rubinstein-Taybi é uma doença genética rara, com amplo espectro fenotípico. É conhecido classicamente por sua alteração nos genes CREBBP e EP300 e clinicamente, por atraso intelectual, microcefalia, fâcies típica, hálux alargado e alterações cognitivas. Entretanto, há uma variedade de quadros clínicos e genéticos muito amplos e pouco difundidos, o que dificulta o diagnóstico (CHUEIRE et al., 2022). O acompanhamento dessas crianças exige abordagem individualizada e trabalho em equipe multiprofissional.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo relatar a experiência da atuação do enfermeiro durante a consulta de puericultura no acompanhamento de uma criança com Síndrome de Rubinstein-Taybi, destacando a importância do cuidado integral, da escuta qualificada e da articulação com a rede de atenção à saúde para o desenvolvimento infantil em contextos de complexidade clínica.

Metodologia

Este estudo trata-se de um relato de experiência, com abordagem descritiva, elaborado a partir de um estágio supervisionado e vivência profissional de uma enfermeira atuando na Estratégia Saúde da Família (ESF), durante uma consulta de puericultura realizada em uma Unidade de Saúde da Família (USF), no interior do Nordeste brasileiro, no ano de 2024.

A experiência relatada refere-se ao acompanhamento de uma criança com diagnóstico confirmado de Síndrome de Rubinstein-Taybi, foi realizada intervenção durante a consulta, ao realizar a propedêutica do exame físico identificando necessidade de encaminhamento a especialistas e continuidade da assistência intersetorial, de forma que a unidade tivesse referência e contrarreferência do caso.

A construção do relato foi fundamentada em reflexões da prática profissional e amparada por revisão bibliográfica narrativa, com buscas realizadas nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online) e em periódicos como a Revista brasileira da Saúde e de enfermagem, no período de 2019 a 2024. Foram utilizados descritores como analisando as variáveis sobre puericultura, papel do enfermeiro na atenção básica e síndrome Rubinstein-Tayb. Os critérios de seleção incluíram artigos disponíveis gratuitamente, em português, com texto completo e aderência temática.

Conclui-se que, por se tratar de dados secundários de autoridade pública, não promovendo danos e riscos, não houve a necessidade da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Resultados e Discussão

Durante a consulta de puericultura realizada pela enfermeira em uma Unidade de Saúde da Família (USF), foi atendida uma criança de 2 anos e 5 meses, deu início a primeira consulta de puericultura em uma unidade básica de saúde, onde ao realizar a primeira consulta de enfermagem no acompanhamento periódico infantil, o profissional realizou exame físico e testes que avaliam o crescimento e desenvolvimento e foi identificadas alterações sobre em região da face, crânio, reflexos, atraso de desenvolvimento cognitivo e crescimento para idade, assimetria bilateral, respiração oral e outros aspectos. Dessa forma, sendo referenciada para unidade de alto risco de pediatria para avaliação e acompanhamento do caso. Onde passou por um processo de investigação clínica e recebeu o diagnóstico de síndrome de Rubinstein-Taybi (SRT).

A mãe relatava dificuldades na alimentação, atraso na fala, marcha instável e episódios frequentes de infecções respiratórias. A profissional conduziu avaliação do crescimento e desenvolvimento com base na Caderneta da Criança, identificando atraso significativo nos marcos motores e cognitivos para a faixa etária.

Esse tipo de abordagem é fundamental, pois a criança com SRT demanda cuidado contínuo, multidisciplinar e centrado na família. Segundo Santos et al. (2020), a consulta de puericultura realizada por enfermeiros na atenção primária é uma prática potente para detecção precoce de agravos e acompanhamento longitudinal da saúde infantil, especialmente em casos de vulnerabilidade clínica e social.

No caso relatado, a intervenção precoce e o apoio contínuo à família contribuíram para ampliar a compreensão materna sobre o quadro clínico da filha, fortalecendo o vínculo entre serviço de saúde e usuários.

Conclusão

O presente relato evidenciou que, diante do diagnóstico de Síndrome de Rubinstein-Taybi, a atuação do enfermeiro foi fundamental para o monitoramento do crescimento e desenvolvimento, orientação da família e articulação com a rede de cuidados especializados.

A escuta qualificada, a observação clínica e o vínculo estabelecido com a família permitiram um acompanhamento mais humanizado e resolutivo, reforçando o papel da puericultura como ferramenta de promoção da saúde e prevenção de agravos. Além disso, destaca-se a importância da formação continuada dos profissionais de enfermagem para lidar com situações clínicas atípicas, garantindo a equidade no acesso ao cuidado.

Dessa forma, conclui-se que o enfermeiro, ao atuar com sensibilidade, conhecimento técnico e foco na integralidade, fortalece a assistência à criança e sua família, contribuindo para um sistema de saúde mais inclusivo e efetivo.

Palavras-chave: Puericultura. Papel do enfermeiro na atenção básica. Síndrome Rubinstein-Tayb.

REFERÊNCIAS

CARVALHO et al., Matheus Fernandes. Ações do enfermeiro na consulta de enfermagem em puericultura na atenção básica. *Enferm.glob.* vol.23 no.73 Murcia ene. 2024.

CHUEIRE, AFW; GASPARINI, M.L.; TORRESAN, C. Síndrome de Rubinstein-Taybi, genética e clínica: uma revisão integrativa: Síndrome de Rubinstein-Taybi, genética e clínica: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Revisão de Saúde*, [S. l.], v. 5, pág. 21727–21742, 2022. DOI: 10.34119/bjhrv5n5-309. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/53664>. Acesso em: 9 maio. 2025.

PEDRAZA, D. F.. Consulta de puericultura na Estratégia Saúde da Família em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 8, p. 2291–2302, 2023.

SANTOS, D. S. dos et al. Consulta de puericultura na Estratégia Saúde da Família: uma análise da prática e satisfação dos usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 4, p. 1391–1400, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RND3CkFhQw839D6CQMwPnfx/>. Acesso em: 8 maio 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica.
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

AÇÃO EDUCATIVA SOBRE SAÚDE DA MULHER EM COMUNIDADE DO INTERIOR DE ALAGOAS DURANTE O OUTUBRO ROSA

NASCIMENTO, Mariana¹
RAMOS, Lyviah Beatriz Silva²
FARIAS, Karol Fireman de³

¹Graduanda, Universidade Federal de Alagoas, mariana.silva2@arapiraca.ufal.br

²Graduanda, Universidade Federal de Alagoas;

³Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: Este relato aborda uma ação educativa realizada pela Liga Acadêmica de Saúde da Mulher (LASMU) em colaboração entre a Universidade Federal de Alagoas, Instituto Federal de Alagoas e o município de Girau do Ponciano durante a campanha do Outubro Rosa. A atividade visa conscientizar mulheres adultas e idosas sobre saúde da mulher, sexualidade, identidade sexual, autocuidado e prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, temas centrais para a promoção da qualidade de vida. **Objetivo:** Promover o conhecimento sobre a saúde da mulher e incentivar o autocuidado, utilizando abordagens interativas que proporcionem aprendizado de forma leve e participativa. **Metodologia:** A atividade foi desenvolvida em um ambiente de sala, contando com a presença de um público predominantemente feminino, formado por mulheres de idades distintas. A ação foi dividida em três etapas: (1) uma apresentação expositiva abordando os temas referenciados; (2) um quiz interativo, no formato de "Mito ou Verdade", para desmistificar opiniões populares e estimular a reflexão crítica; e (3) a entrega de brindes minimalistas relacionados à temática abordada, como forma de engajamento e gravação do evento. **Resultados:** A intervenção demonstra eficácia ao estimular a participação ativa do público, que contribuiu com questionamentos e reflexões sobre os temas. As atividades interativas promoveram um ambiente acolhedor, facilitando a troca de experiências e o fortalecimento do conhecimento sobre a saúde da mulher. Os brindes entregues foram bem recebidos, úteis como um estímulo adicional ao autocuidado e à manutenção das práticas aprendidas. **Conclusão:** A atividade reforçou a importância de abordagens educativas externas para a saúde da mulher, especialmente em grupos formados por mulheres, destacando que ações interativas e humanizadas podem promover mudanças significativas na percepção do autocuidado. Essa vivência evidenciou o papel essencial da educação em saúde na promoção da qualidade de vida e prevenção de agravos à saúde feminina.

Palavras-chave: Saúde da mulher. Outubro Rosa. Autocuidado. Prevenção do câncer.

Protocolo Comitê de Ética: Não se aplica.

Apoio Financeiro: Próprio.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Outubro Rosa: ANS reforça a importância do autocuidado feminino. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. Ações educativas marcam Outubro Rosa no Campus Marechal. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. O cuidado com a saúde da mulher deve ser de outubro a outubro. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projetos Diálogos veste rosa e debate autocuidado na saúde da mulher. Disponível em: <https://noticias.ufal.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

ADOECIMENTO PSÍQUICO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: INTERFACES COM A SAÚDE DO TRABALHADOR E IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM

SILVA, Willian José¹
CRUZ, Sabrina Ângela França da Silva²

¹Mestrando em Administração Pública, Universidade Federal de Alagoas, willian.silva@arapiraca.ufal.br

²Professora Doutora, Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Entre 2013 e 2023, os afastamentos de servidores públicos federais por transtornos mentais tornaram-se recorrentes no Brasil, configurando-se como um importante indicador de sofrimento psíquico relacionado às condições laborais. Dados do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), obtidos via Lei de Acesso à Informação, revelam uma média anual de 215 servidores afastados para tratamento de saúde mental. Esses dados referem-se exclusivamente aos servidores do Poder Executivo Federal, que em 2023 contava com aproximadamente 572 mil profissionais. A média de afastamentos mensais, considerando os dados do período, é de cerca de 18 servidores por mês, um número que, embora pareça modesto, representa um problema significativo considerando o total de servidores federais e a gravidade dos transtornos mentais. Mais do que números, esses dados evidenciam um quadro alarmante de adoecimento psíquico entre os trabalhadores públicos, especialmente negligenciado pelas instituições. Este cenário exige um olhar atento da Saúde Coletiva e da Saúde do Trabalhador, áreas que se dedicam a compreender os determinantes sociais, políticos e institucionais do processo de adoecimento.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo analisar os fatores estruturais e organizacionais que contribuem para o agravamento da saúde mental de servidoras e servidores públicos federais, à luz da perspectiva da Saúde do Trabalhador e da Saúde Coletiva. Busca-se identificar os transtornos mais prevalentes, discutir o papel da organização do trabalho, das transformações institucionais e da fragilidade das políticas de gestão de pessoas sobre o bem-estar desses profissionais.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza exploratória, adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter documental. Foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e a PNAD Contínua (IBGE, 2022), além de estudos publicados por instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade de Brasília (UnB). Embora os dados do SIASS sejam de abrangência nacional, é importante destacar que o sistema centraliza informações principalmente dos servidores do Poder Executivo Federal. Isso pode resultar em subnotificações ou lacunas em relação a dados de outros poderes (Judiciário, Legislativo) e autarquias, que possuem sistemas próprios de registro e acompanhamento de afastamentos. Portanto, embora os dados apresentados reflitam a realidade do universo dos servidores federais, eles podem não representar com total precisão a situação dos servidores estaduais, municipais ou de outras esferas da administração pública, limitando a generalização das conclusões para todo o setor público.

Complementaram a análise entrevistas e pareceres técnicos veiculados na imprensa nacional, concedidos por especialistas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tais fontes foram selecionadas com base em sua relevância institucional e autoridade técnica reconhecida na área de saúde do trabalhador, sendo utilizadas como material de apoio à análise qualitativa, ainda que não submetidas a codificação sistemática.

Resultados e Discussão

Os dados analisados mostram que os transtornos mentais mais frequentes entre servidores públicos afastados são depressão (563 registros), transtorno de ansiedade (475), transtorno misto ansioso-depressivo (388) e reação aguda ao estresse (315). Transtornos mais severos, como o transtorno bipolar e a depressão profunda, resultaram em afastamentos médios superiores a 100 dias. Em 2018, observou-se o maior número de registros, com 425 afastamentos no ano.

A sobrecarga de trabalho, somada à falta de concursos públicos e à estagnação das carreiras, figura como um dos principais fatores associados ao adoecimento. A ausência de renovação dos quadros impõe uma carga crescente de responsabilidades aos servidores remanescentes, o que compromete sua saúde física e mental. Essas situações têm sido especialmente observadas em áreas de atenção direta à população, como saúde, educação e assistência social, onde há maior pressão emocional, responsabilidade ética e exigência técnica.

A análise das áreas de atuação dos servidores federais do Executivo Federal revela que os setores mais afetados por transtornos mentais incluem saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Esses profissionais enfrentam desafios únicos devido à natureza do trabalho, como a pressão constante por resultados, o contato direto com situações de vulnerabilidade e a sobrecarga de funções, especialmente no contexto de escassez de novos concursos públicos.

Na perspectiva da Saúde do Trabalhador, o sofrimento psíquico decorrente do trabalho deve ser compreendido como expressão das condições e da organização do processo laboral. A rigidez das estruturas administrativas, a escassa possibilidade de mobilidade funcional e a ausência de canais institucionais de escuta e acolhimento tornam o ambiente de trabalho mais hostil ao cuidado com o trabalhador (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997). Soma-se a isso a instabilidade político-institucional, que resulta em descontinuidade de políticas públicas, cortes orçamentários e ambientes laborais marcados pela insegurança.

Estudo conduzido por pesquisadores da FGV e da UnB demonstrou os efeitos do chamado “assédio institucional”, caracterizado pela abertura excessiva de Processos Administrativos

Disciplinares (PADs), especialmente no contexto do governo Bolsonaro. Tais práticas afetaram principalmente servidores ambientais e foram acompanhadas de sintomas como ansiedade, depressão e sofrimento emocional intenso (Silva & Oliveira, 2021). Essa forma de violência institucional compromete o vínculo do trabalhador com o serviço público e constitui fator de risco psicossocial.

A perspectiva da Saúde Coletiva permite compreender que o adoecimento psíquico não se resume à esfera individual, mas é atravessado por múltiplos determinantes: relações de poder, organização do trabalho, políticas públicas e reconhecimento social. A ausência de valorização profissional, a precarização do vínculo e a estagnação salarial também se revelam como fatores centrais. Entre 2020 e 2021, durante a pandemia de COVID-19, a renda média dos servidores caiu mais do que a dos trabalhadores da iniciativa privada (IBGE, 2022), o que contribuiu para sentimentos de desmotivação, frustração e exaustão.

Para além das condições materiais, o estigma institucional que envolve os transtornos mentais permanece um obstáculo significativo. Como aponta Ribeiro (2022), ainda há resistência em reconhecer a saúde mental como parte integrante da saúde ocupacional. A naturalização dos afastamentos por doenças físicas, como a COVID-19, contrasta com a suspeita e o julgamento que frequentemente recaem sobre aqueles que apresentam sintomas psíquicos. Isso gera medo de estigmatização e retarda a busca por ajuda, agravando os quadros clínicos.

A Enfermagem, como campo estratégico da Saúde Coletiva, tem papel crucial na construção de políticas de cuidado aos trabalhadores. Profissionais de enfermagem atuam tanto como cuidadores quanto como sujeitos expostos a condições laborais adoecedoras, o que os torna interlocutores privilegiados na formulação de estratégias de promoção da saúde mental no trabalho (Santos & Faria, 2020).

Conclusão

Os afastamentos por transtornos mentais no serviço público são expressão de um modelo organizacional que não prioriza o cuidado com o trabalhador. A perspectiva da Saúde do Trabalhador permite desvelar que esse sofrimento é produzido no e pelo trabalho, em contextos que negam autonomia, reconhecimento e suporte institucional.

Faz-se urgente a implementação de políticas públicas que priorizem a saúde mental dos trabalhadores do setor público. Isso inclui: (a) programas institucionais de apoio psicológico; (b) formação continuada em saúde mental e prevenção do sofrimento psíquico; (c) flexibilização das jornadas; (d) estímulo à mobilidade funcional; e (e) fortalecimento das Comissões Internas de Saúde do Servidor (CISSP) e dos Núcleos de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST).

Além disso, é fundamental promover concursos regulares, planos de carreira atualizados e condições dignas de trabalho como pilares estruturantes da valorização profissional. No campo da Enfermagem e da Saúde Coletiva, é necessário integrar a saúde mental dos trabalhadores como dimensão estratégica de cuidado, reconhecendo que não há serviço público eficiente e humano sem trabalhadores saudáveis e protegidos.

Palavras-chave: Saúde Mental. Servidores Públicos. Saúde do Trabalhador.

Protocolo Comitê de Ética: não se aplica

Apoio Financeiro: não se aplica

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

FIOCRUZ. ConVid – Pesquisa de Comportamentos. Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/noticia/convid-fiocruz-identifica-alta-prevalencia-de-ansiedade-e-depressao-na-populacao>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GALDEANO, Luany; CAVALCANTI, Tatiana. Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da saúde mental. Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 maio 2024. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/05/em-media-215-servidores-publicos-se-afastam-todos-os-anos-para-cuidar-da-saude-mental.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S21–S32, 1997.

SANTOS, J. C.; FARIA, M. A. A saúde mental dos profissionais de enfermagem no contexto do serviço público. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 3, e190745, 2020.

SILVA, M. T. C.; MINAYO-GOMEZ, C. Produção científica sobre saúde mental e trabalho no Brasil: revisão sistemática. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4851–4860, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4cFjNkgK5kTVQpDp4bytbKP> . Acesso em: 30 abr. 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

AGENTES SOCORRISTAS: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA NO SUS DE ARAPIRACA-AL

MIRANDA, Gisele Barbosa¹
BEZERRA, Madson Bruno da Silva²
FREITAS, Paulo Pedro de³
SILVA, Katyenny Christine Alessandra da⁴

¹Mestre em Saúde Materno-Infantil, Universidade Federal Fluminense, giselebmirandaenf@mail.com;

²Residente em Atenção ao Paciente Crítico, Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrosan- HUMAP-UFMS;

³Residente em Enfermagem Obstétrica, Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT), SESA - PR;

⁴Mestre em Pesquisa na Saúde, CESMAC/AL

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Segundo dados do TABNET/DATASUS, entre os anos de 2013 e 2024, o Brasil registrou 6.143 óbitos por obstrução das vias aéreas, dos quais 1.613 ocorreram na região Nordeste, sendo a segunda com maior número de casos, atrás apenas da região Sul. No estado de Alagoas, foram contabilizadas 108 mortes por essa causa, com destaque para Maceió (29) e Arapiraca (9), município onde também ocorreram episódios recentes de engasgo em bebês, incluindo um óbito. Embora se reconheça a possibilidade de subnotificações, os dados evidenciam a gravidade dos casos de engasgo e a necessidade urgente de capacitação em manobras de desobstrução das vias aéreas.

Adicionalmente, entre 2019 e 2023, o país registrou 13.972 óbitos por parada cardiorrespiratória (PCR), com a região Nordeste somando 4.537 mortes. Esse contexto reforça a necessidade de ações educativas para formação de profissionais em primeiros socorros, especialmente na Atenção Primária à Saúde (APS), onde os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são frequentemente os primeiros a identificar situações de urgência por estarem em contato direto com a população.

Diante desse cenário, durante o estágio supervisionado de um acadêmico de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizado no 2º Centro de Saúde Domingos Honório da Silva, bairro Baixa Grande, Arapiraca/AL, identificou-se uma demanda concreta por formação em primeiros socorros, especialmente após casos de engasgo infantil na unidade. Assim, propôs-se uma

capacitação prática para os profissionais da unidade, com foco em manobras de desengasgo e ressuscitação cardiopulmonar.

Embora as Unidades Básicas de Saúde (UBS) tenham como foco principal a prevenção e a promoção da saúde, são comuns que enfrentem situações de emergência que exigem resposta imediata e preparo técnico adequado. Episódios como engasgos e paradas cardiorrespiratórias são exemplos de urgências que podem ocorrer em qualquer ambiente, inclusive no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), onde os profissionais, especialmente os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), muitas vezes são os primeiros a identificar o problema por estarem em contato direto com a população. Diante disso, a capacitação contínua em primeiros socorros torna-se uma estratégia indispensável para garantir a segurança do paciente e a eficácia do atendimento inicial, reforçando a resolutividade da equipe frente a eventos críticos.

Objetivos

- ❖ Capacitar os Agentes Comunitários de Saúde e demais profissionais da unidade em primeiros socorros, com ênfase em situações de engasgo e parada cardiorrespiratória, promovendo a educação permanente em saúde e contribuindo para a prevenção de desfechos graves.

Metodologia

A atividade educativa foi realizada no dia 14 de outubro de 2024, no auditório do Centro de Referência Integrado (CRIA), em Arapiraca/AL. Inicialmente, a proposta foi apresentada às enfermeiras das equipes Baixa Grande e Jardim Esperança, sendo aprovada e colocada em prática. Em setembro de 2024, ocorreu uma reunião com os 14 Agentes Comunitários de Saúde, com o intuito de contextualizar o problema e organizar a capacitação.

Foram utilizadas metodologias ativas de ensino, incluindo:

- ❖ Aula expositiva dialogada, com apresentação teórica sobre manobras de desengasgo e RCP;
- ❖ Simulação realística com manequins adulto e pediátrico;
- ❖ Estudo de caso e roda de conversa para estimular raciocínio clínico e reflexão crítica;
- ❖ Aplicação do protocolo XABCDE.

Inicialmente voltada aos 14 ACS, a capacitação foi ampliada para cerca de 25 profissionais da unidade, incluindo médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos, auxiliares e administrativos.

Resultados e discussão

A capacitação oferecida à equipe multiprofissional teve como objetivo principal o desenvolvimento teórico-prático de habilidades em situações de urgência e emergência, com ênfase em Parada Cardiorrespiratória (PCR) e desobstrução das vias aéreas. Durante o processo formativo, observou-se alto nível de interesse e engajamento dos participantes, refletido tanto na participação ativa quanto nos relatos espontâneos ao final das atividades.

Na etapa teórica, foram abordados conteúdos essenciais sobre PCR e obstrução das vias aéreas, com destaque para a importância da atuação imediata até a chegada do suporte avançado. Já a parte prática consistiu em treinamentos com compressões torácicas, ventilação com *pocket mask*, manobras de desengasgo e simulações adaptadas às diferentes faixas etárias. A Tabela 1 resume as principais técnicas abordadas:

Tabela 1 – Técnicas abordadas na capacitação:

Técnica	Equipamento Utilizado	Finalidade
Compressão torácica	Manequim adulto/pediátrico	Realizar RCP
Ventilação com pocket mask	Pocket mask	Garantir ventilação segura e higiênica
Desobstrução das vias aéreas	Simulação de engasgo	Aplicação da manobra de Heimlich
Avaliação sistemática	Protocolo XABCDE	Abordagem sistemática em situação de urgência

Durante as simulações, foi evidente a evolução técnica e o aumento da confiança dos participantes. A supervisão contínua permitiu correções em tempo real, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio clínico. O feedback qualitativo evidenciou um elevado grau de satisfação, com reconhecimento da aplicabilidade imediata dos conhecimentos e habilidades no cotidiano profissional.

Destaca-se também o fortalecimento do papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como primeiros socorristas no território. A distribuição de *pocket masks* ampliou sua autonomia e promoveu melhores práticas de biossegurança, assegurando intervenções seguras até a chegada do suporte especializado.

Além do aprimoramento individual, a capacitação gerou impactos positivos na dinâmica da Equipe de Saúde da Família (ESF). Observou-se maior integração entre os profissionais e padronização das condutas em situações de urgência. A formação também despertou o interesse por novas ações educativas, destacando a importância da formação contínua.

A ação contribuiu para o fortalecimento da cultura de prevenção, o aumento da autoconfiança da equipe e a capacitação dos profissionais como multiplicadores do conhecimento na comunidade. O uso de simulação realística mostrou-se uma estratégia eficaz para o desenvolvimento de competências práticas e de tomada de decisão clínica.

Figura 1 – Simulação das práticas realizadas e entrega de pocket masks: (Fonte: Acervo Pessoal, 2024)



Conclusão

A capacitação em primeiros socorros no SUS de Arapiraca/AL fortaleceu a Atenção Básica ao qualificar tecnicamente os profissionais, promoveu o trabalho em equipe e incentivou a educação permanente. A iniciativa destacou os Agentes Comunitários de Saúde como protagonistas no cuidado em situações de urgência, ampliando sua autonomia e impacto na prevenção de agravos. A experiência demonstrou-se eficaz e replicável, reforçando a importância de integrar formações desse tipo à rotina da Estratégia Saúde da Família para uma atenção primária mais resolutiva e humanizada.

Palavras-chave: Primeiros socorros. Atenção Primária à Saúde. Agentes Comunitários de Saúde.

Apoio financeiro: O financiamento para compra de materiais para realização do evento e pocket masks ocorreu através de patrocínio de empresas localizadas na área adscrita. O evento contou com o apoio de empresas e instituições situadas no território da unidade, no bairro Baixa Grande, que contribuíram para a aquisição das máscaras não inalantes (*pocket masks*), destinadas aos participantes.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. 2020 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. *Circulation*, Dallas, v. 142, suppl. 2, p. S337–S357, 2020. Disponível em: <https://cpr.heart.org>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. TABNET: Informações de Saúde (TABNET). Brasília: MS, [s.d.]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: abr. 2024.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. ATLS, Advanced Trauma Life Support. 10a Ed, 2018.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

ANÁLISE DO CONCEITO “SINTOMAS DEPRESSIVOS” COM BASE EM ARTIGOS CIENTÍFICOS: REVISÃO INTEGRATIVA

SANTOS, Eduardo Micael Gomes dos¹
LIMA, Everthon Iziano da Silva²
SILVA, José Eduardo Ferreira da³
OLIVEIRA, Maria Eduarda Teixeira de⁴
SILVA, Andrey Ferreira da⁵

¹Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - UFAL Campus Arapiraca e eduardo.gomes@arapiraca.ufal.br;

²⁻³Discentes de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - UFAL campus Arapiraca;

⁴Discente de Medicina, Universidade Federal de Alagoas - UFAL campus Arapiraca;

⁵Docente, Universidade Federal de Alagoas - UFAL campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A depressão como conhecemos faz parte de um grupo de transtornos depressivos que podem ser classificados de várias maneiras. O transtorno depressivo maior é cotidianamente denominado de “depressão”. No entanto, todos os transtornos apresentam sinais e sintomas semelhantes, o que proporciona uma possibilidade de análise mais ampla. **Objetivo:** Analisar, com base em artigos científicos, o conceito aplicado ao termo “sintoma depressivo”. **Metodologia:** É uma revisão integrativa, realizada no dia 14 de outubro de 2024, nas bases Medline, Lilacs e Index Psicologia - Periódicos, anexadas na BVS. Foi aplicado o acrônimo PICO para desenvolver a pergunta da pesquisa. A estratégia de busca foi composta pelos Descritores DeCS e os MeSH, “Formação de conceito” e um sinônimo do descrito depressão/depression “sintomas depressivos”. O operador booleano AND foi utilizado. Critérios de inclusão e exclusão foram desenvolvidos. **Resultados:** Onze artigos foram encontrados, destes, um foi retirado por ser uma duplicata e dez foram analisados com a leitura do título e resumo. Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, cinco foram excluídos. Por fim, cinco artigos foram lidos na íntegra. Os autores Malygin, Orlova e Malygin (2022), Azevedo et al. (2021), Washburn et al. (2021), Pittard et al. (2020) e Zimmerman e Kerr (2019) avaliaram a depressão em diferentes frentes. No entanto, todos apresentaram uma convergência quanto ao tema dos sintomas depressivos. Destacando o papel fundamental da definição e difusão da correta conceitualização da depressão e de outras doenças que podem estar associadas. **Conclusão:** Entende-se por sintomas depressivos um estado deprimido, com baixa energia, sem interesse em atividades e etc. podendo envolver várias áreas do ser, como a física, mental e social que pode acometer adultos, jovens e adolescentes. Por esse motivo, desenvolver mais pesquisas é de suma importância para o avanço no tratamento que seja específico e eficaz.

Palavras-chave: Formação de conceito. Sintomas depressivos. Pesquisa estratégica.

REFERÊNCIAS

MALYGIN, Y. V.; ORLOVA, A. S.; MALYGIN, V. L. Conceitualização de transtornos comórbidos de ansiedade e depressão e abordagens para seu manejo. **Jornal de Neurologia e Psiquiatria S. S. Korsakov**, v. 122, n. 6, p. 48-54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17116/jnevro202212206148>. Acesso em: 14 out. 2024.

AZEVEDO, Ivo Lopes; KENISTON, Les; ROCHA, Helena Ribeiro; IMBIRIBA, Luiz Aureliano; SAUNIER, Ghislain; NOGUEIRA-CAMPOS, Anaelli A. Emotional categorization of objects: A novel clustering approach and the effect of depression. **Behavioural Brain Research**, v. 406, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bbr.2021.113223>. Acesso em: 14 out. 2024.

Washburn, M., Brewer, K., Engrenagem, R. *et al.* Conceituação dos latinos sobre depressão, diabetes e estigma relacionado à saúde mental. **J. Disparidades raciais e étnicas de saúde** 9, 1912–1922 (2022). <https://doi.org/10.1007/s40615-021-01129-x>

Pittard, C.M., Pössel, P., Adelson, J.L. *et al.* A Conceituação da Tríade Cognitiva Positiva e Associações com Sintomas Depressivos em Adolescentes. **Psiquiatria Infantil Hum Dev** 52, 903–915 (2021). <https://doi.org/10.1007/s10578-020-01062-w>

ZIMMERMAN, Mark; KERR, Sophie. How should the severity of depression be rated on self-report depression scales? **Psychiatry Research**, v. 280, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2019.112512>. Acesso em: 14 out. 2024.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DO AR SOBRE A SAÚDE DOS TRABALHADORES URBANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

LIMA, Brunna Maria Santos¹
VALENTIM, José Carlos dos Santos²
DANTAS, José Eduardo Ferreira³
FEITOZA, Christiane Cavalcante⁴

¹Acadêmica de Medicina, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca. brunna.lima@arapiraca.ufal.br

²Acadêmico de Medicina, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca.

³Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

⁴Doutora em Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A urbanização acelerada, conjugada com a flexibilização e informalidade nas relações de trabalho, culmina em significativos impactos adversos sobre a saúde da população trabalhadora. Fenômenos emergentes, como a "uberização" do trabalho, caracterizados pela intermediação de atividades laborais por intermédio de plataformas digitais, expõem uma parcela crescente de trabalhadores urbanos a contextos de acentuada precariedade. Tal precariedade se manifesta pela ausência de vínculo formal de emprego, privação de direitos trabalhistas básicos e deficiência na proteção social (Lima; Santos, 2020).

Paralelamente a este cenário de precarização laboral, observa-se a intensificação da poluição do ar nos centros urbanos de grande porte. Esta degradação ambiental afeta de maneira desproporcional os trabalhadores cujas atividades laborais impõem exposição direta ao ambiente externo, incluindo, mas não se limitando a, motoristas, entregadores e operários da construção civil. A combinação da precarização das condições de trabalho com a degradação ambiental configura um fator de agravamento para a saúde física e mental destes profissionais (Silva; Costa, 2021).

Objetivo

Analisar os impactos da precarização do trabalho e da exposição à poluição do ar sobre a saúde dos trabalhadores urbanos.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, conduzida com base nas diretrizes metodológicas do Instituto Joanna Briggs (JBI), conforme recomendação para condução de revisões sistemáticas, e relatada segundo o protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses).

A busca foi realizada em abril de 2025 nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed. Utilizaram-se os descritores controlados: "precarious work", "air pollution", "occupational diseases", "urban stress" e "worker health", combinados com o operador booleano AND.

Os critérios de inclusão foram: (i) estudos empíricos publicados entre 2018 e 2024; (ii) com foco em trabalhadores urbanos expostos à precarização laboral e à poluição do ar; (iii) abordando desfechos relacionados à saúde respiratória, cardiovascular, mental ou musculoesquelética. Estudos que tratavam de riscos ambientais não relacionados à poluição atmosférica ou que não envolviam diretamente trabalhadores urbanos foram excluídos.

Resultados

O processo de seleção seguiu as etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, foram identificados 482 estudos. Após a remoção de 76 duplicatas, 406 títulos e resumos foram avaliados, dos quais 31 foram selecionados para leitura na íntegra. Desses, 19 atenderam aos critérios de elegibilidade e foram incluídos na revisão. A seleção foi realizada por dois revisores independentes e divergências foram resolvidas por consenso.

A revisão sistemática resultou na inclusão de 19 publicações que atenderam aos rigorosos critérios de elegibilidade preestabelecidos. Os achados de maior relevância foram categorizados em quatro eixos temáticos principais: doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, transtornos psicológicos e distúrbios musculoesqueléticos, além de considerações acerca dos aspectos sociais associados à vulnerabilidade dos trabalhadores informais.

No que concerne às doenças respiratórias, a literatura revisada aponta uma correlação direta entre a exposição prolongada à poluição atmosférica e o incremento na incidência de afecções como asma, bronquite crônica e Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Este risco se mostra particularmente elevado entre os trabalhadores que exercem suas funções em vias urbanas ou em ambientes de obras ao ar livre. Evidências apontam uma clara correlação entre as concentrações de poluentes atmosféricos específicos, tais como material particulado fino (PM_{2.5}), ozônio (O₃) e dióxido de nitrogênio (NO₂), e a exacerbação dos sintomas respiratórios em trabalhadores de setores como transporte, entrega e construção civil (Oliveira; Martins, 2023).

Em relação às doenças cardiovasculares, a exposição crônica a poluentes ambientais é enfaticamente associada a um aumento do risco. Estudos demonstram que trabalhadores expostos rotineiramente à poluição do ar apresentam uma maior incidência de condições como hipertensão arterial, infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral (AVC). A combinação desta exposição ambiental com o estresse ocupacional e a ausência de estabilidade laboral no contexto do trabalho precário agrava substancialmente os fatores de risco para o desenvolvimento de doenças cardíacas (Lima, Santos, 2020).

A análise dos estudos revelou uma prevalência notável de transtornos psicológicos no contingente de trabalhadores urbanos inseridos em contextos de precariedade. Condições como estresse crônico, ansiedade, depressão e burnout foram amplamente documentadas, notadamente entre entregadores e motoristas que operam através de plataformas digitais. Estes profissionais

frequentemente enfrentam jornadas de trabalho excessivamente longas, intensa pressão por produtividade e uma sensação de isolamento social. A utilização de algoritmos de desempenho para monitoramento e avaliação, conjuntamente com a carência de suporte institucional, intensifica significativamente a carga psíquica vivenciada por esses trabalhadores (Oliveira; Martins, 2023).

Quanto aos distúrbios musculoesqueléticos, constatou-se que trabalhadores atuantes em setores como logística, transporte e construção civil exibem frequentemente problemas de saúde dessa natureza, incluindo lombalgias, tendinites e lesões por esforço repetitivo (LER). A gênese desses problemas está intrinsecamente relacionada à sobrecarga física imposta pelas atividades, à adoção de posturas inadequadas durante o trabalho e à ausência de pausas regulares ao longo da jornada (BRASIL, 2021).

Adicionalmente aos agravos à saúde física e mental, a revisão destacou a vulnerabilidade social inerente aos trabalhadores informais e precários. A ausência de vínculos formais de trabalho e o acesso limitado ou inexistente a políticas públicas de saúde e segurança no trabalho agravam ainda mais seus problemas de saúde. Uma proporção considerável desses trabalhadores não dispõe de planos de saúde privados, carece de estabilidade no emprego e não possui acesso facilitado a licenças médicas em caso de adoecimento.

Esta condição de vulnerabilidade social acentua sua exposição aos agravos à saúde e impõe barreiras consideráveis ao acesso a tratamento e à recuperação (Lima; Santos, 2020).

Assim, reitera-se que a precarização do trabalho em ambientes urbanos, somada à exposição à poluição atmosférica, impõe aos trabalhadores uma "carga dupla" de exposição: uma de natureza ambiental e outra de natureza psicossocial. O ambiente urbano, caracterizado por intenso tráfego de veículos, qualidade do ar comprometida e insegurança laboral, configura-se como um espaço hostil e prejudicial à saúde do trabalhador. Os trabalhadores expostos à poluição do ar não apenas apresentam maior morbidade, mas também enfrentam dificuldades adicionais no acesso a meios de proteção e tratamento. Diante disso, as políticas públicas existentes demonstram ser insuficientes para responder de maneira eficaz a essa complexa realidade, sendo as ações voltadas para a regulação do trabalho informal e para o controle da poluição urbana ainda aquém das necessidades.

Neste contexto multifacetado, ressalta-se a importância fundamental dos profissionais da saúde. A atuação destes profissionais deve transcender a mera prevenção de agravos, englobando ativamente a promoção da saúde e a articulação com redes de apoio social. É imperativo fortalecer as estratégias de atenção primária voltadas para a saúde do trabalhador urbano, considerando suas especificidades e vulnerabilidades inerentes ao contexto em que estão inseridos.

Conclusão

Em síntese, a revisão sistemática demonstrou que a precarização do trabalho urbano e a exposição à poluição do ar são determinantes críticos do estado de saúde dos trabalhadores. As doenças respiratórias, cardiovasculares, psicológicas e musculoesqueléticas são agravadas por estas condições adversas. A ausência de vínculos formais de trabalho, somada à carência de proteção social, amplifica os riscos à saúde e compromete a capacidade de recuperação desses indivíduos. Torna-se, portanto, urgente e inadiável a implementação de políticas públicas integradas. Tais políticas devem contemplar simultaneamente o controle eficaz da poluição ambiental e a regulação adequada do trabalho informal e precário. O reconhecimento inequívoco do trabalhador urbano como um sujeito de direitos fundamentais é condição essencial para assegurar sua saúde, segurança e dignidade no complexo e dinâmico mundo do trabalho.

Palavras-chave: Precarização. Trabalhador. Doenças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do trabalhador e o impacto da poluição nas grandes cidades. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. 392-402, 2021.

LIMA, L. M.; SANTOS, R. F. A precarização do trabalho nas grandes cidades: impactos na saúde ocupacional. Revista Brasileira de Saúde Pública, v. 54, n. 2, p. 118-126, 2020.

OLIVEIRA, J. S.; MARTINS, D. T. Estresse e doenças ocupacionais no contexto urbano: uma análise crítica da realidade dos trabalhadores informais. Revista de Saúde Pública, v. 57, n. 5, p. 145-152, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Health and the environment: addressing the health impact of urbanization and air pollution. Geneva: World Health Organization, 2022.

SILVA, A. P.; COSTA, R. S. Poluição do ar e doenças respiratórias ocupacionais em trabalhadores urbanos: um estudo de caso. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 1, p. 315-323, 2021.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Notas prévias de um estudo

LIRA, Johnatan da Silva¹
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de²

¹ Acadêmico de enfermagem, UFAL. Email: johnatan.lira@arapiraca.ufal.br

² Doutor em Saúde Coletiva, Docente do Curso de Enfermagem, UFAL.

RESUMO SIMPLES

Introdução: Os agentes de combate às endemias são profissionais da linha de frente contra epidemias, responsáveis pela prevenção e promoção de saúde, com importante atuação no país desde antes da fundamentação do cargo atual. Eles atuam diariamente contra a erradicação de doenças causadas por mosquitos, roedores, entre outros, através de visitas domiciliares diárias em regiões urbanas e rurais, sendo expostos a diferentes realidades. **Objetivo:** O objetivo desse estudo é entender e analisar as condições de trabalho e saúde mental dos agentes de combate às endemias à luz de políticas públicas vigentes. **Metodologia:** A metodologia adotada é uma revisão integrativa, na qual agrupará estudos voltados a essa temática em diversas regiões do país, utilizando bases de dados como LILACS, SCIELO, entre outros, além de referências que contribuam para o entendimento histórico e político da profissão. **Resultados:** Até o momento, os dados encontrados em 16 artigos mostram que esse cargo, antes mesmo de sua conformação atual, sempre foi marcado por incertezas quanto à atuação, o que indica uma possível desvalorização laboral. Além disso, a precarização é um fator comumente citado pelos agentes em diversas localidades no país. **Conclusão:** Conclui-se que o cuidado quanto a saúde do trabalhador e a saúde mental dos indivíduos é essencial na atuação de enfermagem, sendo importante a atenção às diversas categorias, principalmente as que são invisibilizadas cientificamente e socialmente, como os agentes de combate às endemias.

Palavras-chave: Agentes de combate às endemias. Condições de trabalho. Saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. Manual sobre medidas de proteção à saúde dos agentes de combate às endemias. Volume 1: Arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_protecao_agentes_endemias.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006. Regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 192, p. 1, 6 out. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11350.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

GOMES, Alexandro Andrade et al. Condições de trabalho e saúde mental dos agentes comunitários de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 43, e8, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-980421>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Joana Azevedo da; DALMASCO, Ana Sílvia Whitaker. *Agente comunitário de saúde: o ser, saber, o fazer*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 240 p.

TORRES, Raquel. Agentes de combate a endemias: a construção de uma identidade sólida e a formação ampla em vigilância são desafios dessa categoria. *Poli: saúde, educação e trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 16–17, jan./fev. 2009. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/poli>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DA DENGUE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

TAVARES, Karolinnny dos Santos¹
MELLO, Débora Heloísa Da Silva²
SANTOS, Eduardo Micael Gomes dos³
SILVA, José Eduardo Ferreira da⁴
GONZALEZ, Gisselle Rodriguez⁵
SILVA, Tony Daniel dos Santos⁶
ALMEIDA, Thayse Gomes de⁷

¹Discente de Enfermagem, UFAL (karolinnny.tavares@arapiraca.ufal.br);

²⁻⁶Discente de Enfermagem, UFAL;

⁷Docente de Enfermagem, UFAL.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A dengue é uma doença endêmica em Alagoas provocada pelo vírus DENV, da família Flaviviridae. São conhecidos quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. O vírus é transmitido pelo vetor *Aedes aegypti*, um artrópode da família Culicidae. Por ser transmitida por um artrópode, é classificada como arbovirose. Dessa forma, é imprescindível a realização de ações de educação em saúde para o combate da doença no estado. **Objetivo:** Relatar a experiência de educação em saúde sobre prevenção da dengue em um Centro de Saúde de Arapiraca-AL. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre uma ação realizada durante a Prática Profissional Integrativa (PPI), proposta pela disciplina de Gerência e Assistência de Enfermagem em Doenças Transmissíveis, em março de 2025. A atividade foi conduzida por discentes do 5º período de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - campus Arapiraca com pacientes e familiares presentes na recepção do Centro de Saúde de Arapiraca-AL. Foram utilizadas rodas de conversa, folders e dinâmicas de mitos e verdades sobre as medidas de prevenção da dengue. **Resultados:** O público foi conduzido a uma reflexão sobre a temática, destacando-se a importância da prevenção da proliferação do *Aedes aegypti*, com práticas simples como o combate à água parada. Também foram apresentadas informações sobre as vacinas disponíveis. A atividade foi finalizada com uma dinâmica de perguntas e respostas para avaliar o entendimento do grupo. Observou-se boa adesão ao conteúdo, com respostas corretas no quiz e interação ativa dos participantes. **Conclusão:** A divulgação de informações é uma ferramenta essencial para o profissional da saúde uma vez que possíveis surtos podem ser evitados apenas com a mudança nos hábitos da população. Desta forma, a educação em saúde torna-se uma estratégia

indispensável no momento que ela permite uma disseminação de informações assertivas de forma simples e efetiva.

Palavras-chave: Educação em saúde. Enfermagem. Dengue.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Dengue, diagnóstico e manejo clínico. Ministério da Saúde. Brasília. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/dengue-diagnostico-e-manejo-clinico-adulto-e-crianca>. Acesso em 14. abr. 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO I - “Prática em Enfermagem nos múltiplos cenários de atuação que promovem a saúde do planeta”.

ASSISTÊNCIA DOMICILIAR DE ENFERMAGEM À PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA AMBIENTALISTA DE FLORENCE NIGHTINGALE

SILVA, Lolrenna da Rocha¹
NASCIMENTO, Mariana²
ALBUQUERQUE, Sarah Cardoso de³
FARIAS, Karol Fireman de⁴
SANTOS, Ana Caroline Melo dos⁵

¹Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e-mail: lolrenna.silva@arapiraca.ufal.br

²Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

³Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

⁴Doutora em Biotecnologia em Saúde, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

⁵Doutora em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO SIMPLES

Introdução: A Teoria Ambientalista de Florence Nightingale estabelece que o ambiente em que o paciente está inserido influencia diretamente o seu processo de recuperação. Dentro dessa perspectiva, a assistência domiciliar (AD), associada com a teoria de Nightingale, emerge como estratégia fundamental no cuidado de indivíduos com paralisia cerebral e comorbidades crônicas, considerando as limitações deste paciente. **Objetivo:** Relatar a experiência sobre a aplicação da assistência de enfermagem prestada no domicílio a um paciente com paralisia cerebral, com base na Teoria Ambientalista de Florence Nightingale. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência feito por discentes de enfermagem, realizado por meio de visita domiciliar em abril de 2025. A atividade foi supervisionada por uma docente do curso de enfermagem e uma agente comunitária de saúde. A coleta de dados incluiu as observações relacionadas ao ambiente domiciliar e diálogo aberto com o paciente e sua cuidadora principal. **Resultados:** A AD em questão, forneceu aos discentes a oportunidade de viver na prática ações que são promovidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como o Programa Melhor em Casa. Assim como, foi perceptível sinais clínicos oriundos do cliente e de sua cuidadora, sendo realizadas intervenções embasadas na teoria supracitada, com orientações para minimizar esses danos. As informações obtidas subsidiaram a elaboração de um plano de cuidados baseado na teoria de Nightingale, utilizando a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®), fornecendo o cuidado individualizado e holístico. **Conclusão:** Foi possível observar que a visita domiciliar é um importante instrumento no acompanhamento da saúde de pessoas que possuem dificuldade de ir até a Unidade Básica de Saúde

para ter atendimento. Ademais, aplicar o processo de enfermagem pautada em uma teoria possibilitou o enriquecimento e aprimoramento do conhecimento, adquirindo a capacidade de avaliar aquele cliente da melhor forma possível, trazendo para ele conforto, segurança, assistência, e cuidados.

Palavras-chave: Paralisia cerebral. Teoria de Florence Nightingale. Cuidado humanizado.

Protocolo Comitê de Ética: Não foi necessário.

Apoio Financeiro: Não foi necessário.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA no 05/2023: Práticas de segurança do paciente em serviços de saúde: Prevenção de Lesão por Pressão. Brasília: ANVISA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/notas-tecnicas-vigentes/nota-tecnica-gvims-ggtes-anvisa-no-05-2023-praticas-de-seguranca-do-paciente-em-servicos-de-saude-prevencao-de-lesao-por-pressao/view>. Acesso em: 6 abr. 2025.

BORSON, L. A. M. G.; CARDOSO, M. S.; GONZAGA, M. F. N. A teoria ambientalista de Florence Nightingale. Revista Saúde em Foco, ed. 10, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/12/0105_A-TEORIA-AMBIENTALISTA-DE-FLORENCE-NIGHTINGALE.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Atenção Domiciliar – Volume 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_domiciliar_v3.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2021-2023. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/arquivos/caderno_de_diretrizes_objetivos_metas_indicadores_2021_2023.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de cuidados paliativos na atenção domiciliar. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

AVALIAÇÃO DOS HÁBITOS, QUALIDADE DE VIDA E SINTOMAS DEPRESSIVOS EM HOMENS IDOSOS: REVISÃO DE LITERATURA

LIMA, Everthon Iziano da Silva¹
SANTOS, Eduardo Micael Gomes²
SILVA, José Eduardo Ferreira³
OLIVEIRA, Maria Eduarda Teixeira⁴
FERREIRA, Andrey⁵

¹Enfermagem, UFAL, everthonlima2010@gmail.com;

²⁻³Enfermagem, UFAL;

⁴Medicina, UFAL

⁵Docente, UFAL.

RESUMO SIMPLES

Introdução: O envelhecimento da população é um problema mundial, por estar acompanhado pelo grande crescimento de doenças crônicas e problemas ligados à qualidade de vida dos idosos. Os homens idosos configuram-se como grupo vulnerável, devido à menor procura por serviços de saúde, à resistência ao autocuidado e aos padrões socioculturais de masculinidade que dificultam o reconhecimento de fragilidades, inclusive emocionais. **Objetivo:** Identificar os hábitos de vida, a qualidade de vida e os sintomas depressivos, com ênfase na saúde dos homens idosos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura nas bases PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês. A estratégia de busca utilizou descritores do DeCS em português e inglês: “Depressão” (Depression), “Envelhecimento Saudável” (Healthy Aging), “Idoso” (Aged), “Masculino” (Male), “Estilo de Vida” (Life Style) e “Qualidade de Vida” (Quality of Life), combinados com o operador booleano AND. **Resultado:** Foram elegíveis cinco artigos científicos. Após a leitura dos artigos selecionados, foi constatado que a prática constante de exercícios físicos está ligada a uma melhor qualidade de vida e a níveis reduzidos de sintomas depressivos em idosos. O tabagismo e o consumo de álcool se associam com os resultados superiores aos sintomas. Idosos com um bom apoio social e uma alimentação rica em nutrientes apresentaram melhores indicadores de bem-estar e menor prevalência de sintomas depressivos. **Conclusão:** Os estudos destacam a importância de hábitos saudáveis e apoio social no bem-estar de homens idosos. Estratégias de intervenção específicas devem ser desenvolvidas para promover um envelhecimento saudável, considerando as particularidades desse grupo vulnerável.

Palavras-chave: Envelhecimento saudável 1. Qualidade de vida 2. Sintomas depressivos 3.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, L. K.; MEIRELES, J. F. F.; FERREIRA, M. E. C. Evaluation of lifestyle and quality of life in the elderly: a literature review. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 21, n. 5, p. 616–627, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.180028>. Acesso em: 3 maio 2025.
- MARTINEZ, L. C. de F.; MAGALHÃES, C. M. C.; PEDOSO, J. D. S. Envelhecimento saudável e autoeficácia do idoso: revisão sistemática. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 10, n. 2, p. 103, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2790>. Acesso em: 3 maio 2025.
- PATROCÍNIO, W. P.; TORRES, S. V. de S.; GUARIENTO, M. E. Programa de educação popular em saúde: hábitos de vida e sintomas depressivos em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 781–792, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/W5kNShKSfFTZQjPXhTR3zGt/>. Acesso em: 3 maio 2025.
- SOUZA, A. P. de et al. Ações de promoção e proteção à saúde mental do idoso na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 1741–1752, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.23112021>. Acesso em: 3 maio 2025

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO I - “Prática em Enfermagem nos múltiplos cenários de atuação que promovem a saúde do planeta”.

BOAS PRÁTICAS EM AÇÕES DE VACINAÇÃO EXTRAMUROS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA

SILVA, Karina Rôse Barbosa Alves¹
SILVA, Cláudia Nunes dos Santos²
RÊGO, Emily Cristina Brandão³
SANTOS, Gracilene dos⁴

¹ Enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Arapiraca - Alagoas, karinarosebalves@gmail.com

² Graduanda do curso de Enfermagem no Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

³ Graduanda do curso de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas - UFAL

⁴ Técnica de enfermagem da Estratégia Saúde da Família em Arapiraca - Alagoas e graduanda do curso de Enfermagem no Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

RESUMO SIMPLES

Introdução: A vacinação extramuros é uma estratégia que tem se mostrado eficaz para ampliar a cobertura vacinal em áreas com barreiras de acesso ou com baixa adesão aos serviços de saúde. Essas ações são essenciais para o controle de doenças preveníveis por imunização, sobretudo em crianças, grupo mais vulnerável às complicações. **Objetivo:** Descrever uma experiência prática de vacinação realizada em ambiente escolar, evidenciando as etapas de planejamento, execução e os benefícios obtidos com a ação. **Metodologia:** A atividade ocorreu em 24 de abril de 2025, na Escola Municipal Lindinalva Eulália de Farias, atendendo a um público infantil com faixa-etária entre 3 a 11 anos de idade. Participaram da ação uma enfermeira responsável técnica, uma técnica de enfermagem e três acadêmicas de enfermagem sob supervisão. Foram realizados levantamento prévio do público-alvo, atualização de cartões de vacina e administração de medicamentos antiparasitários, conforme orientações do Ministério da Saúde. Todos os procedimentos seguiram os protocolos técnicos vigentes, com garantia da conservação dos imunobiológicos, registro em sistema oficial e emissão de comprovantes vacinais. **Resultados:** A iniciativa atendeu cerca de 400 alunos. A ação transcorreu com segurança, eficácia e boa adesão dos responsáveis. Houve atualização significativa do esquema vacinal das crianças e reforço das ações de controle de verminoses. A participação das estudantes contribuiu para o aprendizado prático e fortaleceu a integração entre ensino, serviço de saúde e comunidade escolar. **Conclusão:** A experiência demonstrou que ações de vacinação em espaços não convencionais, como escolas, são eficazes para promover a saúde, fortalecer a Atenção Primária e incentivar o trabalho intersetorial. O planejamento adequado e a colaboração entre profissionais e estudantes foram fundamentais para o sucesso da iniciativa.

Palavras-chave: Vacinação. Saúde escolar. Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de normas e procedimentos para vacinação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. *Nota Técnica nº 5/2021 – SES/SVS/DIVISA/GESES*. Estabelece critérios para normatização do funcionamento de serviços de vacinação extramuros e domiciliares. Brasília: SES-DF, 2021. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

OLIVEIRA, M. F. de et al. Ações extramuros de vacinação: experiências em escolas públicas. *Revista Enfermagem em Foco*, Fortaleza, v. 13, n. esp., p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/eu/article/view/86499>. Acesso em: 1 maio 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. *Minas Gerais promove campanha de multivacinação para atualizar cartão de vacinas de crianças e adolescentes*. 2024. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br>. Acesso em: 1 maio 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

CARTÃO DE ACOMPANHAMENTO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS: FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO REPRODUTIVO INFORMADO

SANTOS, Daniele Luiz Soares Pereira¹
SILVA, Amanda Mirlla Santos da²
CORREIA, Larissa Tenório Andrade Correia³

¹Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas
daniele.pereira@arapiraca.ufal.br;

²Enfermeira, Secretaria Municipal de Arapiraca.

³Docente em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

É dever do enfermeiro na unidade básica de saúde realizar consulta de enfermagem, procedimentos, acompanhamento à saúde dos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes, planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde (ACS) entre outras funções (BRASIL, 2012). Portanto, a enfermagem está no atendimento integral e contínuo. No contexto da saúde da mulher, configura-se que o atendimento está além de questões ginecológicas abrangendo o bem-estar físico, a saúde mental e emocional, o planejamento familiar e o funcionamento do corpo feminino (BRASIL, 2021).

Segundo o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (2022) a assistência de enfermagem envolve atividades assistenciais quanto educativas que se iniciam pelo acompanhamento da mulher e família (COREN-MS, 2022). Considerando o cuidado contínuo, Santos et al. (2024) destaca que a junção entre planejamento familiar e educação em saúde é imprescindível para promover a saúde sexual e reprodutiva, prevenir gravidezes indesejadas e garantir o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes.

Com o objetivo de incentivar uma adesão eficaz aos métodos contraceptivos, propôs-se a elaboração de um cartão de acompanhamento de métodos contraceptivos para mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a elaboração e implementação do referido cartão.

Objetivo

Relatar a elaboração de um cartão de acompanhamento de métodos contraceptivos para mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde.

Metodologia

Referencial teórico-metodológico

O planejamento familiar é um direito assegurado a todos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Ministério da Saúde (2010), o planejamento familiar configura-se como um conjunto de ações que disponibiliza aos usuários recursos tanto para a concepção quanto para a contracepção. Em relação à contracepção, destaca-se que a escolha deve ser livre e informada.

Nesse sentido, é fundamental promover a educação em saúde sobre planejamento familiar e apresentar os métodos contraceptivos de maneira clara, utilizando metodologias que favoreçam a adesão e o uso adequado. Além da metodologia de acompanhamento da paciente usuária do planejamento familiar, torna-se necessário incluir ações de promoção em saúde voltadas para cuidados e orientações ginecológicas.

O cartão de acompanhamento propõe-se a reforçar, por meio das consultas, que a contracepção é um direito das mulheres e das famílias, buscando assegurar que a escolha seja verdadeiramente consciente. Conforme destaca o Ministério da Saúde (2023), garantir o acesso a informações confiáveis e aos métodos contraceptivos disponíveis é essencial para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, promovendo a autonomia e a liberdade individual, livres de ameaças ou discriminação.

Por fim, o intuito do cartão é implementar uma assistência diferenciada e mais próxima das necessidades dos usuários. De acordo com Paiva et al. (2019), o planejamento reprodutivo visa não apenas o cumprimento de protocolos e metas, mas a melhoria efetiva da saúde sexual e reprodutiva da população. Assim, as atividades educativas assumem papel central para garantir uma atenção à saúde de qualidade, eficaz e equitativa, promovendo um cuidado mais autônomo e alinhado às necessidades individuais.

Método

A metodologia baseou-se em duas etapas: (1) pesquisa bibliográfica nas bases do Ministério da Saúde e (2) elaboração do material por meio da Plataforma Canva, voltada ao design gráfico e comunicação visual. As referências utilizadas abordam cuidados específicos com a saúde da mulher, enfatizando a importância da atenção integral em todas as fases da vida. Enfatizam-se ações de promoção, prevenção e tratamento, com foco na saúde sexual, reprodutiva e na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e de cânceres, como o de mama e o do colo do útero. Os materiais consultados trazem orientações aos profissionais de saúde sobre a oferta de métodos contraceptivos, respeitando a autonomia dos usuários e promovendo o atendimento de qualidade. Também abordam sobre a disponibilidade do exame de Papanicolau no SUS como estratégia de prevenção e diagnóstico precoce do câncer do colo do útero, alertando para a importância da

realização periódica deste exame em mulheres entre 25 e 64 anos. As referências utilizadas estão organizadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Síntese das referências bibliográficas utilizadas na elaboração do cartão de acompanhamento de métodos contraceptivos. Arapiraca, 2025.

Referência	Assunto
Ministério da Saúde. (2021). Saúde da mulher contempla cuidados específicos. Governo do Brasil. Mai de 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/05/saude-da-mulher-contempla-cuidados-especificos#:~:text=Mulheres%20devem%20dedicar%2Dse%20aos,infec%C3%A7%C3%B5es%20sexualmente%20transmiss%C3%ADveis%20(ISTs). Acesso em: 28 abr. 2025.	Aborda a importância da atenção integral à saúde da mulher, contemplando saúde sexual e reprodutiva, prevenção de ISTs e cânceres (mama e colo do útero), além de enfatizar que o cuidado deve abranger todas as fases da vida feminina.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em planejamento familiar: manual técnico. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia2.pdf . Acesso em: 28 abr. 2025.	Manual que orienta profissionais de saúde sobre planejamento familiar, métodos contraceptivos, direitos reprodutivos e a autonomia das mulheres na escolha dos métodos, promovendo um atendimento qualificado na atenção básica.
Ministério da Saúde. (2022). Câncer do colo do útero: exame para detecção é oferecido no SUS. Governo do Brasil. Set de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/cancer-do-colo-do-utero-exame-para-deteccao-e-oferecido-no-sus . Acesso em 27 abr. 2025.	Informa sobre a oferta gratuita do exame preventivo (Papanicolau) pelo SUS, com o objetivo de detectar precocemente lesões que podem evoluir para câncer do colo do útero, incentivando a prevenção e o diagnóstico precoce.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Resultados

O cartão elaborado traz orientações essenciais sobre a saúde da mulher, com foco na prevenção de doenças ginecológicas e no planejamento familiar. Destacou a importância do exame citopatológico, indicado para mulheres de 25 a 64 anos, que deve ser realizado inicialmente anualmente e, após dois resultados normais consecutivos, a cada três anos. O material também reforçou cuidados diários com a saúde íntima, como o uso de sabonete neutro, evitar duchas vaginais e a preferência por calcinhas de algodão. Apresenta os métodos contraceptivos disponíveis no SUS, como DIU de cobre, anticoncepcionais orais e injetáveis, implante subdérmico e preservativos. Além disso, traz orientações sobre sinais de alerta que exigem procura imediata da unidade de saúde durante o uso de contraceptivos, como dores de cabeça intensas, hemorragias e dores no peito ou nas pernas. O folder ainda contém informações sobre sintomas comuns decorrentes do uso de contraceptivos, como alterações de humor, náuseas, cefaleias e sangramentos irregulares. Por fim, o material contemplou um espaço destinado ao registro de antecedentes clínico-ginecológicos e ao acompanhamento de exames, como o Papanicolau e a mamografia, reforçando o cuidado contínuo com a saúde da mulher.

Conclusão

Concluiu-se que o desenvolvimento do cartão de acompanhamento de métodos contraceptivos para mulheres representa um avanço importante no apoio ao planejamento reprodutivo informado. A ferramenta visa promover a autonomia das mulheres sobre suas escolhas reprodutivas, facilitar o registro do método utilizado e possibilitar o monitoramento contínuo por parte dos profissionais de saúde. Com o objetivo de ampliar o impacto da intervenção, sugere-se a integração do cartão a recursos digitais, como aplicativos móveis, que possam enviar lembretes, fornecer informações educativas personalizadas e permitir atualizações rápidas em casos de troca de métodos contraceptivos. Essa modernização tende a tornar o acompanhamento mais eficiente, ampliar o alcance do serviço e estimular o autocuidado contínuo das mulheres.

Palavras-chave: Planejamento Familiar. Métodos Contraceptivos. Atenção Primária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n° 32). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf . Acesso 09 de maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: métodos anticoncepcionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf . Acesso em: 9 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Contracepção. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva/contracepcao> . Acesso em: 9 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da mulher contempla cuidados específicos. Portal Gov.br, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2021/05/saude-da-mulher-contempla-cuidados-especificos> . Acesso em: 07 maio 2025.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL (COREN-MS). *Protocolo de Enfermagem da Saúde da Mulher na Atenção Primária à Saúde*. 2022. Disponível em: <https://www.corenms.gov.br/protocolo-de-enfermagem-da-saude-da-mulher-na-atencao-primaria-a-saude/>. Acesso em: 07 de maio 2025.
- SANTOS, Williane Cruz dos; SILVA, Thalia da Paixão; GOMES, Keyla de Oliveira; JESUS, Ilanna Bárbara Barbosa de; SILVA, Maria Goretti da Conceição. A importância da elaboração de folders

educativos na área da saúde. Revista Foco, v. 17, n. 5, p. 373-388, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5220> . Acesso em: 07 maio 2025.

PAIVA, C. C. N. de; CAETANO, R.; SALDANHA, B. L.; PENNA, L. H. G.; LEMOS, A. Atividades educativas do planejamento reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. Revista de APS, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 23–46, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16675> . Acesso em: 9 maio 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS: IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO AO AMBIENTE NA EVOLUÇÃO DO PROCESSO CICATRICIAL

SANTOS, Raissa Oliveira dos¹
ARAÚJO, Joelma Alves da Silva²
LIMA, Everthon Iziano da Silva³
SANTOS, Miriam Matias da Silva⁴
SILVA, Josineide Soares da⁵

1 Enfermagem, UNOPAR, ros3@aluno.ifal.edu.br;

2-4 Enfermeira, Prefeitura Municipal de Arapiraca; Enfermagem, UFAL; Enfermagem, UNINASSAU;

5 Enfermeira, Docente da UFAL.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A cicatrização de feridas é um processo biológico complexo e altamente regulado, essencial para a restauração da integridade tecidual após lesões. Esse processo é dividido em três fases: inflamatória, proliferação (ou granulação) e maturação. Cada fase é caracterizada por eventos celulares e moleculares específicos que, quando adequadamente coordenados, promovem a reparação eficaz dos tecidos danificados.

Apesar dos avanços no entendimento fisiopatológico da cicatrização, persiste, em muitos pacientes dentro do contexto de assistência e fora, a crença de que a ferida necessita “respirar” para cicatrizar adequadamente. Essa concepção popular sugere que a exposição direta ao ar aceleraria o processo de cura. No entanto, evidências científicas demonstram que essa prática pode ser prejudicial. A exposição ao ambiente, especialmente ao ar, pode resultar na perda de umidade do leito da ferida, formação de crostas e comprometimento da migração celular, retardando a epitelização.

Além disso, a exposição direta pode causar oscilações térmicas e aumentar o risco de contaminação microbiana, elevando as chances de infecção e comprometendo a qualidade da cicatrização tanto funcional quanto estética. Em contraste, ambientes úmidos e protegidos têm demonstrado favorecer a regeneração tecidual, estimulando a proliferação celular, a formação do tecido de granulação, a angiogênese e a deposição de matriz extracelular. A manutenção de condições controladas de temperatura, umidade e junto a cobertura adequada resulta em uma cicatrização mais rápida, com menor desconforto para o paciente e melhores desfechos.

Objetivo

Relatar a experiência vivenciada no Ambulatório de Feridas e Pé Diabético de Arapiraca (AFPDA), analisando a prática comum entre pacientes, da exposição intencional de feridas ao ambiente, sob a crença de que o contato direto com o ar e ambiente favorece a regeneração tecidual. O texto discute os efeitos negativos dessa abordagem, como atrasos na cicatrização, formação de crostas e maior risco de contaminação e infecções.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, fruto da vivência no Ambulatório de Feridas de Arapiraca (AFPDA), que se desenvolveu a partir das observações diretas de pacientes com feridas crônicas. O intuito foi observar de forma sistemática e mediante ao registro de enfermagem, a conduta adotada pelos pacientes em relação ao cuidado com as feridas, com ênfase na prática recorrente de manter os ferimentos expostos ao ar. Assim, as observações foram discutidas com base na literatura sobre o manejo adequado da ferida, com a finalidade de promover uma reflexão sobre a importância da orientação da equipe de enfermagem no manejo adequado no tratamento de lesões cutâneas.

Resultados e Discussão

Este trabalho trata que a crença de que a exposição da ferida ao ambiente favorece a cicatrização ainda é amplamente observada, tanto entre pacientes atendidos em ambiente ambulatorial quanto na população em geral. Essa prática, fundamentada em concepções populares desprovidas de respaldo científico, compromete de forma significativa o processo cicatricial. A exposição da ferida ao meio externo promove a desidratação do leito, além de favorecer a formação de alterações na microbiota local, propiciando o desenvolvimento de biofilmes e a proliferação bacteriana. Esse cenário aumenta a resistência antimicrobiana, dificulta a resposta imunológica local e atrasando a migração celular e dificultando a progressão para as fases de granulação e epitelização.

Além disso, há aumento do risco de contaminação e infecção, agravado pela ausência de barreira protetora e pela instabilidade térmica local. Diante desse cenário, é imprescindível que a equipe de enfermagem atue de forma proativa por meio de intervenções educativas contínuas, orientando o paciente quanto à importância de manter a ferida protegida, com cobertura adequada e ambiente úmido controlado. A escuta qualificada e o acolhimento devem ser aliados à explicação técnica acessível, considerando o nível de compreensão do paciente e buscando, sempre que possível, incluir familiares ou cuidadores no processo educativo. Essa abordagem compartilhada amplia a adesão ao tratamento e contribui para a desconstrução de práticas equivocadas. Quando conduzida de forma eficaz, a intervenção da enfermagem se mostra capaz de minimizar significativamente os efeitos deletérios desses achismos, reduzindo complicações, acelerando o tempo de cicatrização e promovendo o cuidado de forma eficaz.

Portanto, a atuação dos pacientes, familiares e a equipe de enfermagem é um pilar essencial na consolidação de condutas, sendo elas baseadas em evidências.

Conclusão

Conclui-se que a persistência de práticas populares desatualizadas, como a crença na exposição da ferida ao ambiente como forma de acelerar a cicatrização, compromete significativamente a evolução clínica dos pacientes. Essa conduta reforça a importância de intervenções educativas efetivas por parte da equipe de enfermagem.

A escuta qualificada, o esclarecimento técnico acessível e o envolvimento ativo do paciente e de seus familiares configuram-se como estratégias essenciais para desconstruir concepções equivocadas e promover práticas de cuidado baseadas em evidências científicas.

Além disso, vale ressaltar a importância da manutenção e tratamento adequado da ferida, favorecendo um ambiente úmido e protegido, para que haja a proliferação celular, a angiogênese e a epitelização de forma mais eficaz.

Desse modo, buscou-se evidenciar a necessidade de intervenções educativas junto aos pacientes, visando a correção de concepções equivocadas e o incentivo à adesão às orientações técnicas baseadas em evidências. Ao apresentar essa experiência, pretende-se contribuir para a reflexão crítica sobre práticas populares ainda presentes na rotina ambulatorial, fora dela também, além de reforçar a importância da abordagem profissional centrada no esclarecimento e na construção conjunta do cuidado, com vistas à melhora dos desfechos clínicos no tratamento de feridas.

Palavras-chave: Cicatrização de feridas. Intervenção educativa. Cuidados de Feridas.

REFERÊNCIAS

SILVA, João. Cicatrização de feridas: princípios e práticas clínicas. 2. ed. São Paulo: Editora Saúde, 2020.

SOUZA, Maria et al. Impacto da umidade na cicatrização de feridas. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, n. 3, p. 112-119, mar. 2020.

OLIVEIRA, Carla. Fatores que influenciam a cicatrização de feridas. In: LIMA, Pedro (org.). Tratado de feridas: manejo e cuidados. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Médica, 2019. p. 50-67.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

CONSCIENTIZAÇÃO POPULAR ACERCA DA FRAGILIDADE PSICOLÓGICA DURANTE A GRAVIDEZ E PUERPÉRIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ALCANTARA, Maria Gabriela Vital da Silva¹
RODRIGUES, Warlla Ticyanne Barros Rodrigues²
NASCIMENTO, Cristiane Araújo³

¹Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. E-mail: maria.alcantara@arapiraca.ufal.br;

²Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

³Profa. Dra. no curso de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A educação popular em saúde é fundamental na atenção básica por promover informação e empoderamento na busca pela qualidade de vida. No ciclo gravídico-puerperal a saúde mental ganha destaque, uma vez que a fragilidade psicológica pode se manifestar de forma mais acentuada. Situações como ansiedade, depressão e outros transtornos representam desafios de grande relevância para gestantes e puérperas, impactando diretamente no vínculo materno-infantil, na qualidade de vida e na dinâmica familiar. Diante disso, foram desenvolvidas ações de acolhimento e fortalecimento de vínculos, visando não apenas informar, mas também criar condições para que as mulheres se tornassem agentes de transformação em sua jornada materna, promovendo uma vivência mais saudável e fortalecendo o cuidado integral e humanizado. **Objetivo:** Relatar a experiência de um projeto de extensão voltado à promoção da saúde mental de gestantes e puérperas, fundamentado nos princípios da educação popular. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido entre maio e dezembro de 2024, em Unidades Básicas de Saúde de Arapiraca-AL. As ações foram realizadas com a participação de 20 membros internos e 40 colaboradores externos, incluindo profissionais da rede municipal de saúde. As atividades consistiram na realização de rodas de conversa e campanhas informativas, com a utilização de materiais impressos e digitais. **Resultados:** As ações promoveram aumento significativo da conscientização das participantes sobre saúde mental, possibilitando o reconhecimento de sinais como tristeza constante e sensação de sobrecarga. Muitas relataram sentir-se mais seguras para dialogar e procurar apoio especializado. O projeto também impulsionou o envolvimento de familiares nas rodas de conversa, o que fortaleceu a rede de apoio. **Conclusão:** A prática revelou o potencial transformador da educação popular em saúde na abordagem das vulnerabilidades emocionais do ciclo gravídico-puerperal. Além de ampliar o acesso à informação, as ações promoveram vínculos comunitários, sensibilizaram profissionais e

reafirmaram o papel da universidade na construção de práticas mais humanizadas, dialógicas e resolutivas.

Palavras-chave: Educação em saúde. Saúde mental. Ciclo gravídico puerperal.

REFERÊNCIAS

PAIVA, Mirtes Valéria Sarmento et al. Educação em saúde com gestantes e puérperas: um relato de experiência. *Revista Recien*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 112–119, 2020.

CANDIDO, Ivile dos Santos; COUTO, Meury Elayni Costa; LAGES, Larissa. A importância da educação em saúde na assistência pré-natal para saúde mental da mulher no puerpério. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151689, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1689>.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

CORRELAÇÃO ENTRE ALTERAÇÕES MORFOFUNCIONAIS QUE REPERCUTEM EM ALTERAÇÃO DO PADRÃO RESPIRATÓRIO E A QUALIDADE DO SONO EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

SOUSA, Déborah Luiz de¹
SILVA, Mariana Nascimento²
DANTAS, José Eduardo Ferreira Dantas³
FEITOZA, Christiane Cavalcante⁴

¹Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas, (deborah.sousa@arapiraca.ufal.br);

²Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas.

³Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

⁴Doutora em Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O sono tem papel essencial no crescimento e desenvolvimento saudável de crianças, influenciando o funcionamento físico, neurológico e emocional. Durante a infância, o sono é crucial para a secreção do hormônio do crescimento (GH), consolidação da memória, regulação emocional e recuperação metabólica. Quando o sono é comprometido, esses processos tornam-se ineficazes, gerando consequências amplas para o bem-estar infantil. Dentre os fatores que podem prejudicar o sono nessa faixa etária estão os distúrbios respiratórios, frequentemente causados por alterações anatômicas, como desvio de septo nasal, hipertrofia das adenoides e anormalidades nos cornetos nasais (NUNES, 2002).

Essas alterações estruturais contribuem para a obstrução, total ou parcial, das vias aéreas superiores, particularmente durante o sono, quando o tônus muscular natural diminui. Como resultado, ocorrem episódios de hipopneia ou apneia obstrutiva, que fragmentam o sono e reduzem sua eficiência. Essa condição, apesar de seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento infantil, ainda é frequentemente subdiagnosticada. A fragmentação do sono decorrente da obstrução respiratória pode resultar em sonolência diurna, dificuldades escolares, irritabilidade, alterações de humor e prejuízo cognitivo. Além disso, há implicações comportamentais e sociais relevantes, já que crianças privadas de sono apresentam maior propensão à impulsividade, déficit de atenção e dificuldades de socialização (NUNES, 2002).

Assim, torna-se indispensável reconhecer precocemente os sinais desses distúrbios, garantindo intervenções apropriadas que restabelecem a qualidade do sono. Os distúrbios do sono

na infância, especialmente os de origem respiratória, requerem maior atenção por parte dos profissionais de saúde, pois podem repercutir negativamente ao longo da vida da criança. A negligência no diagnóstico e tratamento dessas condições ainda é frequente em muitos contextos, o que evidencia a importância de ampliar o conhecimento sobre o tema e estabelecer condutas clínicas mais eficazes.

Objetivo

Analisar a correlação entre alterações morfofuncionais que repercutem em alteração do padrão respiratório (desvio de septo nasal, hipertrofia de adenoides e alterações nos cornetos nasais) e a qualidade do sono em crianças.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura. Para nortear a construção da pergunta de pesquisa e a estratégia de busca, utilizou-se o acrônimo PICO, onde: P (população) corresponde a crianças entre 2 e 12 anos; I (intervenção/exposição) refere-se à presença de distúrbios respiratórios, como desvio de septo nasal, hipertrofia das adenoides e alterações nos cornetos nasais; C (comparação) envolve crianças sem essas alterações anatômicas; e O (desfecho) abrange a qualidade do sono e os impactos no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, abrangendo o período de 2000 a março de 2025. Foram utilizados descritores controlados e termos livres, combinados por operadores booleanos, conforme a seguinte estratégia: ("distúrbios respiratórios" OR "obstrução nasal" OR "apneia obstrutiva do sono" OR "hipertrofia de adenóides" OR "desvio de septo nasal" OR "alterações nos cornetos nasais") AND ("sono infantil" OR "qualidade do sono" OR "arquitetura do sono") AND ("crianças" OR "pediatria" OR "faixa etária de 2 a 12 anos").

Foram incluídos estudos publicados no período estipulado que abordassem crianças de 2 a 12 anos com diagnóstico ou suspeita de distúrbios respiratórios relacionados à anatomia das vias aéreas superiores, e que relacionassem essas condições à qualidade do sono. Além disso, os estudos deveriam apresentar metodologia clara, dados consistentes e estar disponíveis na íntegra. Foram aceitos, revisões sistemáticas, revisões integrativas e ensaios clínicos.

Foram excluídos os artigos que: (1) não abordavam diretamente a relação entre distúrbios respiratórios e sono infantil; (2) apresentavam texto incompleto ou inacessível; ou (3) se tratavam de publicações duplicadas entre as bases consultadas.

Resultados

A busca nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS resultou em um total de 52 artigos identificados. Desses, 12 foram selecionados para leitura de título e resumo, após a exclusão de duplicatas. Após essa triagem inicial, 7 artigos foram selecionados para leitura na íntegra. Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, 03 estudos foram considerados elegíveis e compuseram a amostra final da revisão.

A análise dos estudos selecionados evidencia uma relação significativa entre alterações anatômicas das vias aéreas superiores e má qualidade do sono em crianças. Os sintomas mais frequentemente relatados foram ronco habitual, respiração bucal, sono agitado, enurese noturna, despertares frequentes, sonolência diurna e irritabilidade. Tais manifestações clínicas estão fortemente associadas à apneia obstrutiva do sono infantil, condição que afeta uma parcela considerável das crianças em idade pré-escolar.

As consequências desses distúrbios vão além do cansaço ou da sonolência. Crianças afetadas pela apneia obstrutiva do sono demonstram alterações cognitivas, incluindo menor desempenho em tarefas de atenção, memória e aprendizado. A qualidade de vida também é prejudicada, com impactos observados no bem-estar emocional, na vitalidade, no desempenho escolar e nas interações familiares.

Outro ponto relevante é a redução do sono profundo (fase N3), etapa fundamental para o crescimento e para a consolidação da memória. Essa fase do sono é especialmente vulnerável à fragmentação provocada pela obstrução respiratória. A perda de eficiência do sono profundo compromete diretamente o desenvolvimento neurológico e emocional da criança, além de aumentar o risco de problemas comportamentais, como hiperatividade e déficit de atenção.

A literatura também indica que o tratamento adequado dos distúrbios respiratórios resulta em melhorias significativas na qualidade do sono e no comportamento infantil. A adenoidectomia, por exemplo, demonstrou-se eficaz na redução dos episódios de apneia e na melhora do padrão respiratório noturno. Após a intervenção cirúrgica, muitas crianças apresentam melhora no rendimento escolar, na concentração e na qualidade de vida.

Contudo, o diagnóstico ainda representa um desafio. Muitos sintomas são interpretados como questões comportamentais ou fases transitórias, o que atrasa o encaminhamento para especialistas. Além disso, o acesso à polissonografia – exame padrão-ouro para o diagnóstico de apneia obstrutiva do sono – ainda é limitado em muitas regiões, dificultando o manejo adequado da condição.

Conclusão

A literatura analisada evidenciou que os distúrbios respiratórios, influenciam negativamente a qualidade do sono infantil, com repercussões significativas sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. O diagnóstico precoce e o tratamento eficaz são fundamentais para mitigar os impactos desses distúrbios.

É necessário que pais, professores e profissionais da saúde estejam atentos aos sinais clínicos de distúrbios respiratórios que impactam na qualidade do sono, promovendo uma abordagem preventiva e terapêutica mais efetiva. A atuação multiprofissional é indispensável, envolvendo enfermeiros, pediatras, otorrinolaringologistas, neurologistas, psicólogos e fonoaudiólogos.

Promover o sono saudável em crianças não se trata apenas de uma questão de conforto, mas de um investimento essencial no desenvolvimento pleno e na qualidade de vida infantil. Dessa forma, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas que garantam acesso ao diagnóstico e tratamento adequado dos distúrbios do sono, favorecendo o crescimento saudável e o bem-estar de todas as crianças.

Palavras-chave: Sono infantil. Distúrbios respiratórios do sono. Qualidade do sono.

REFERÊNCIAS

- BRUNI, O. Distúrbios respiratórios do sono em crianças: precisamos acordar para esse problema! *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 84, n. 2, p. 95-97, 2008.
- FRANCO, R. A.; ROSENFELD, R. M.; RAO, M. Qualidade de vida em crianças com distúrbios respiratórios do sono. *Brazilian Journal of Otorhinolaryngology*, São Paulo, v. 66, n. 3, p. 234-239, 2000.
- NUNES, M. L. Distúrbios do sono. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 78, supl. 1, p. 71-82, 2002.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

CUIDADO HUMANIZADO DE ENFERMAGEM À PESSOA IDOSA COM COMORBIDADES EM ATENÇÃO DOMICILIAR: DESAFIOS E REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

CAVALCANTE, Shellsley Aline Alencar¹
SILVA, Maria Eduarda Floriano da¹
SILVA, Maria Laenne Santos da¹
GONÇALVES, Guilherme de Oliveira¹
LEAL, Nathalia Dias¹
CRUZ, Ingrid Louise Vieira Vera²

¹Acadêmicos de Enfermagem. Universidade Federal de Alagoas

²Docente do Curso de Enfermagem. Universidade Federal de Alagoas. ingridvcruz@hotmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O envelhecimento populacional tem alterado significativamente o perfil epidemiológico brasileiro, com o aumento da prevalência de doenças crônicas, limitações funcionais e situações de dependência prolongada. Nesse cenário, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) se destaca como uma condição crônica de alta incidência, sendo uma das principais causas de morbimortalidade, frequentemente associada à perda de autonomia e à necessidade de tecnologias assistivas, como a sonda nasointestinal (SNE), sobretudo entre a população idosa. Tais condições, quando associadas a outras comorbidades — como o diabetes mellitus —, tendem a agravar o quadro clínico, impondo maiores demandas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e exigindo cuidados contínuos, muitas vezes prestados no ambiente domiciliar.

Com base nessa realidade, o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), instituído no âmbito do SUS, visa ampliar o acesso à assistência em saúde, desospitalizar de forma segura e humanizada e garantir a continuidade do cuidado a pacientes que, embora clinicamente estáveis, necessitam de intervenções frequentes e especializadas. Entretanto, o princípio da integralidade que orienta o SUS, respalda que o cuidado pós-AVC apresenta fragilidades, sobretudo no que se refere à articulação entre os diferentes níveis de atenção. Após a alta hospitalar, a continuidade do cuidado é responsabilidade das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), que acompanham os pacientes ao longo dos anos.

De acordo com a Portaria GM/MS nº 3.005/2024 e o Caderno de Atenção Domiciliar do Ministério da Saúde (2013), pacientes com restrição ao lar/leito, em uso de SNE e com necessidades de reabilitação neurofuncional ou cuidados paliativos estão entre os principais perfis atendidos pelo SAD, sendo que a troca de SNE está entre os procedimentos mais comuns realizados nessa modalidade assistencial. Neste contexto, a atuação das equipes da APS e do SAD deve ser integrada, com a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e a definição de planos de cuidado longitudinal, individualizado e seguro.

Entretanto, apesar do aparato normativo e institucional disponível, persistem fragilidades importantes na operacionalização do cuidado domiciliar no país, evidenciadas pela desarticulação entre os níveis de atenção, pela baixa resolubilidade das ações no território e pela negligência no acompanhamento de pacientes complexos.

Observa-se essa realidade no presente relato de experiência, que descreve uma visita domiciliar realizada por discentes do curso de Enfermagem a uma paciente idosa, acamada há mais de um ano, com múltiplas comorbidades decorrentes de um AVC, diabética, em uso de SNE por tempo superior ao recomendado pelo fabricante e fazendo uso de medicação sem prescrição médica para melhora de quadro de anúria e produção excessiva de muco pelas vias aéreas superiores. Apesar de residir em área adscrita à Unidade Básica de Saúde (UBS), a usuária encontrava-se, no momento da visita, sem acompanhamento sistemático pela equipe da Estratégia Saúde da Família e sem inserção ativa no SAD, mesmo preenchendo os critérios de elegibilidade para tal assistência.

Diante disso, este estudo propõe relatar criticamente a situação de vulnerabilidade na qual a paciente se encontrava, enfatizando a importância do SAD e as consequências da ausência do acompanhamento deste programa, bem como propor intervenções de enfermagem que reforcem a importância do acompanhamento multiprofissional qualificado, da educação em saúde para cuidadores e da articulação entre os diferentes serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Além disso, busca-se contribuir com reflexões para a melhoria das práticas assistenciais no âmbito do cuidado domiciliar, principalmente no que se refere à atenção à pessoa idosa com condições crônicas e complexas.

Objetivo

Ressaltar a importância da visita domiciliar de enfermagem a uma paciente idosa, acamada há mais de um ano, com múltiplas comorbidades, visando à implementação de orientações e intervenções de enfermagem que contribuam para a promoção da saúde, prevenção de complicações e qualificação da assistência domiciliar.

Metodologia

Trata-se de um resumo expandido, do tipo relato de experiência, desenvolvido por discentes do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, no âmbito das atividades práticas do módulo “Assistência e Gerência em Saúde do Adulto I”, desenvolvidas em uma UBS. A experiência consistiu-se em uma visita domiciliar a uma paciente idosa, acamada, com histórico de AVC e em uso de SNE para alimentação. A coleta de dados foi realizada através da observação direta, anamnese e exame físico, aplicando o processo de enfermagem. Em seguida, o caso foi discutido com a equipe multiprofissional da UBS responsável, com o objetivo de subsidiar condutas e fortalecer a continuidade do cuidado.

Resultados e Discussão

Sob essa perspectiva, e conforme as diretrizes do Caderno de Atenção Domiciliar, propõe-se a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) voltado à paciente visitada, considerando a escuta qualificada, a corresponsabilidade da equipe e o protagonismo da família no cuidado. A proposta contempla ações articuladas nas dimensões clínica, psicossocial e organizacional, com

acompanhamento periódico e ajustes terapêuticos conforme a evolução do caso. Destaca-se a importância da atuação de uma equipe multiprofissional na promoção da saúde e na prevenção de agravos, observando a multifatorialidade do quadro e respondendo às demandas identificadas durante a visita. No eixo psicossocial, é fundamental acolher a família e fortalecer vínculos com os serviços, promovendo espaços de orientação e escuta. No aspecto organizacional, recomenda-se a inclusão efetiva da paciente no SAD, bem como a articulação entre os profissionais da Equipe de Saúde da Família (eSF) e a RAS, assegurando a continuidade do cuidado e a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade no SUS.

Diante desse contexto, elaborou-se um plano de cuidado fundamentado na Teoria do Déficit de Autocuidado, de Dorothea Orem (1971), a qual orienta a prática de enfermagem na identificação das necessidades de autocuidado que o indivíduo não é capaz de realizar sozinho, promovendo intervenções compensatórias, educativas e de suporte familiar. No presente caso, o plano foi desenvolvido com foco na compensação total do autocuidado, dada a condição clínica da paciente.

Entre os diagnósticos que nortearam a construção das intervenções, foram identificados: desidratação relacionada à ingestão hídrica insuficiente, anúria e mucosas secas; integridade comprometida das vias aéreas, relacionada à secreção oral espessa e roncos à ausculta; risco de infecção relacionado ao uso prolongado da sonda nasointestinal; e autonomia prejudicada relacionada à imobilidade e comorbidades crônicas.

As intervenções de enfermagem, fundamentadas na Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE, 2017), incluíram a administração de líquidos por via endovenosa, monitoramento rigoroso da diurese e orientação aos cuidadores sobre a importância da hidratação; medidas para manutenção da permeabilidade das vias aéreas, como elevação da cabeceira do leito, aspiração traqueal, higiene oral e vigilância do padrão respiratório; ações voltadas à prevenção de infecções, como inspeção diária do local de inserção da sonda, identificação precoce de sinais clínicos sugestivos de infecção e articulação com a equipe da UBS para o acompanhamento da terapia enteral; e cuidados direcionados à prevenção de complicações da imobilidade, como reposicionamento frequente, cuidados com a integridade da pele e construção de uma rotina de cuidados em conjunto com a cuidadora familiar.

Esses diagnósticos e intervenções refletem o princípio fundamental de Orem de que, quando o indivíduo não é capaz de atender às suas próprias necessidades básicas, o enfermeiro deve intervir de forma deliberada e sistematizada para suprir esse déficit. Além disso, a inclusão dos cuidadores no processo de cuidado, por meio da educação em saúde e do fortalecimento do vínculo com os serviços de saúde do território, mostrou-se essencial para a efetividade das ações propostas.

O estudo evidencia que, apesar do avanço das políticas públicas voltadas à atenção domiciliar, como o SAD no SUS, persistem fragilidades relevantes em sua implementação, especialmente no cuidado à população idosa com condições crônicas complexas. O caso analisado revela a ausência de acompanhamento sistemático por parte da Estratégia Saúde da Família e a falta de adesão ao SAD, mesmo diante de critérios evidentes de elegibilidade da paciente, de acordo com o Caderno de Atenção Domiciliar (2013) — idosa, acamada, com comorbidades múltiplas e dependência de sonda nasointestinal para alimentação. Tal situação evidencia a desarticulação entre os níveis de atenção, a descontinuidade do cuidado e a deficiência na elaboração de planos terapêuticos individualizados e efetivos.

Conclusão

Portanto, conclui-se que o caso analisado evidencia desafios persistentes no cuidado domiciliar de pacientes idosos com condições crônicas e complexas, mesmo diante da existência de políticas públicas como o SAD. A ausência de acompanhamento sistemático e a desarticulação entre os serviços da RAS revelam lacunas que comprometem a continuidade, a integralidade e a segurança do cuidado.

Nesse contexto, a APS, articulada ao SAD, deve atuar de forma proativa e integrada, assegurando a construção de PTS, a capacitação dos cuidadores e a escuta qualificada das demandas

do domicílio. A enfermagem, por sua natureza assistencial e educativa, assume papel estratégico nesse processo, promovendo intervenções baseadas em evidências, acolhimento e humanização. Nesse contexto, evidencia-se que o fortalecimento das práticas domiciliares requer investimento em formação profissional, planejamento intersetorial e maior resolutividade das equipes de saúde no território, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população idosa em situação de dependência.

Palavras-chave: Atenção Domiciliar. Cuidado Humanizado de Enfermagem. Pessoa Idosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acidente Vascular Cerebral (AVC)**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/avc>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Domiciliar**. Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.005, de 26 de dezembro de 2024**. Estabelece diretrizes para a organização da Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza dispositivos da Portaria nº 825/2016. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. extra, p. 1–10, 26 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Melhor em Casa**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/melhor-em-casa>.

Magagnin AB, Silva KL, Melo GZS, Heidemann ITSB. **Primary Health Care in transitional care of people with stroke**. Rev Bras Enferm. 2024;77(3):e20230468. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2024-0468pt>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ENFERMEIROS (CIE). **Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – CIPE®: versão 2017**. Genebra: CIE, 2017.

OREM, Dorothea Elizabeth. **Teoria geral de enfermagem**. In: GEORGE, Julia B. Teorias de enfermagem: os fundamentos para a prática profissional. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 83-101.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

DEMANDA ESPONTÂNEA EXCESSIVA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

RÊGO, Emily Cristina Brandão¹
SILVA, Karina Rôse Barbosa Alves²
SANTANA, Maria Flávia Oliveira de³
ARAÚJO, Rafaella Priscilla Sandes⁴
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de⁵

¹Graduanda do curso de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, crstinab2670@gmail.com;

²Enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Arapiraca - Alagoas;

³Graduanda do curso de Enfermagem na Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

⁴Enfermeira da Estratégia Saúde da Família em Arapiraca - Alagoas;

⁵Doutor em Saúde Pública, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A organização da assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) fundamenta-se em dois princípios essenciais: a regionalização e a hierarquização. De acordo com o Ministério da Saúde, o SUS está estruturado em três níveis hierárquicos de atenção à saúde: a atenção básica (ou primária), a atenção de média complexidade (ou secundária) e a atenção de alta complexidade (ou terciária) (Brasil, 2017).

Todos estes níveis da rede assistencial devem respeitar os limites de sua complexidade e a capacidade de resolução de cada um. Assim, entende-se que esta organização tem como objetivo equilibrar a demanda dos seus usuários, visto que quando não se respeita esta sistematização, pode acontecer um desequilíbrio nas três estruturas (Oliveira et al., 2013).

Diante disso, a Atenção Primária à Saúde (APS) é reconhecida como a principal porta de entrada do SUS, sendo responsável pela organização do cuidado, coordenação dos fluxos assistenciais e garantia da continuidade do acompanhamento dos usuários (Brasil, 2022).

Nesse sentido, a APS tem como função coordenar e organizar o cuidado em todos os níveis do sistema. Suas ações envolvem promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, de forma contínua e integral. Assim, a Atenção Básica (AB) é responsável pelo acompanhamento de condições crônicas, identificação de riscos no

território, fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade, além de promover o cuidado centrado na pessoa e em seu contexto familiar e social (Brasil, 2017).

Dentro do contexto da APS, a demanda em saúde representa as necessidades individuais experienciadas e que são apresentadas no cotidiano dos serviços para serem atendidas. Quando o usuário busca e utiliza espontaneamente o serviço para resolver seu problema, denomina-se "demanda espontânea" (DE). Nesse contexto, as dificuldades de acesso, elevada demanda espontânea e baixa resolutividade configuram a ineficácia na acessibilidade (Chávez G.M, et al., 2020).

O acolhimento envolve arranjos institucionais de difícil execução, propondo trabalhar a DE, ampliar o acesso e concretizar a missão constitucional da APS no Sistema Único de Saúde (SUS), de ser a principal porta de entrada do usuário (Coutinho; Barbieri; Santos, 2015).

Esse cenário interfere diretamente na efetividade do acolhimento e na realização das ações programadas, como o controle de doenças crônicas e a promoção da saúde, visto que o excesso de atendimentos não agendados pode gerar desgaste na equipe e dificultar a construção do vínculo entre profissionais e usuários (Gusmão et al., 2021). Além disso, a dificuldade de organização do processo de trabalho compromete o papel da APS como coordenadora do cuidado (Brasil, 2020).

Outrossim, o acolhimento é uma diretriz da APS que visa ampliar o acesso e qualificar a relação usuário-serviço. Oliveira et al. (2015) destacam que o acolhimento deve ser entendido não apenas como uma atividade pontual, mas como uma postura profissional e estratégia de humanização do cuidado, incorporada em todas as interações no serviço.

Nessa conjuntura, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr. Carlos José Lima (Bom Sucesso), localizada no município de Arapiraca, observou-se um volume expressivo de atendimentos espontâneos diários durante o estágio supervisionado, o que evidenciou a necessidade de intervenções voltadas à reorganização do fluxo de usuários e ao fortalecimento da responsabilização das equipes pelas populações adscritas. Diante disso, este resumo visa descrever a experiência da aplicação de um plano de intervenção com foco na reeducação da demanda espontânea, qualificação do acolhimento e estímulo do cuidado programado.

Objetivo

Descrever a aplicação de um plano de intervenção do estágio supervisionado em uma Unidade Básica de Saúde de Arapiraca - Alagoas, vivenciado por uma enfermeiranda do curso de enfermagem de uma Universidade Pública.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, obtido durante a vivência prática de estágio curricular obrigatório do Curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A intervenção foi realizada durante o mês de abril de 2025, na UBS Bom Sucesso, localizada em Arapiraca/AL. As ações foram organizadas em três eixos principais: educação em saúde com a população usuária, educação permanente com a equipe técnica de enfermagem e capacitação dos agentes comunitários de saúde (ACS).

No primeiro eixo, foram desenvolvidas salas de espera com a comunidade, realizadas pelo menos uma vez por semana, totalizando quatro encontros ao longo do mês. As atividades em questão foram conduzidas pela enfermeiranda da equipe II, a qual abordou sobre o uso consciente da UBS, orientando os usuários sobre os momentos apropriados para buscar atendimento,

distinguindo situações que requerem cuidados imediatos daquelas que podem ser resolvidas por meio de consultas agendadas. Ademais, foi reforçado a importância da marcação de consultas e da adesão ao cuidado programado como estratégia para reduzir a sobrecarga profissional e as visitas desnecessárias. No total, participaram 128 usuários da educação em saúde.

No segundo eixo, realizou-se uma ação de educação permanente com técnicos de enfermagem e estudantes do curso técnico, realizada no dia 22 de abril de 2025, com a participação de aproximadamente 12 pessoas. A atividade foi conduzida por duas enfermeiras e uma enfermeiranda, e abordou temas como a diferença entre urgência e emergência, os princípios do acolhimento na APS e a atuação do técnico de enfermagem nas urgências atendidas na UBS. Também foram desenvolvidas orientações sobre a interpretação de sinais vitais e a identificação de sinais e sintomas críticos, com foco em qualificar a triagem inicial da demanda espontânea.

No terceiro eixo, foi realizada uma educação em serviço com os agentes comunitários de saúde (ACS) da Equipe 2, equipe esta que registra uma das maiores demandas diárias da unidade. A ação teve como objetivo reforçar a importância da comunicação ativa durante as visitas domiciliares, orientando os agentes a estimular a população a procurar a marcação de consultas e a divulgar, de forma clara, quais sinais e sintomas configuram situações de urgência que devem ser encaminhadas à UBS, promovendo assim um uso mais racional e eficiente dos serviços.

Resultados e Discussão

A educação em saúde é um instrumento fundamental na promoção da autonomia dos indivíduos e no fortalecimento do cuidado em saúde coletiva, especialmente na Atenção Primária (Brasil, 2012). Nesse sentido, as ações educativas realizadas com a população, técnicos de enfermagem e ACS tiveram como principal objetivo a redução do fluxo desnecessário de usuários na demanda espontânea da unidade, especialmente aqueles casos que poderiam ser resolvidos por meio de agendamentos programados.

Nesse contexto, as salas de espera com a população e a capacitação com ACS desempenharam um papel essencial ao promover o esclarecimento sobre o funcionamento da UBS, os limites de atuação da atenção básica nas urgências e a importância do cuidado continuado, incentivando o uso racional dos serviços e transmissão das informações acerca do cuidado programado (Brasil, 2017).

Ademais, a capacitação dos profissionais da APS contribui diretamente para o aumento da resolutividade do serviço e melhora do acesso com qualidade (Tasca, R. et al., 2020). A educação permanente com os técnicos de enfermagem buscou qualificar o acolhimento inicial e a triagem dos casos que chegam por demanda espontânea, o que pode contribuir significativamente para a resolução mais eficiente e segura dos atendimentos, fortalecendo a responsabilização da equipe e evitando encaminhamentos desnecessários para níveis de maior complexidade.

Nesse sentido, o estímulo à identificação precoce de sinais de alarme clínico melhora a capacidade de resposta da equipe técnica diante de quadros urgentes, promovendo segurança e resolutividade no primeiro contato (Brasil, 2020).

Por fim, a intervenção propôs não apenas uma resposta imediata ao problema da demanda espontânea excessiva, mas também um fortalecimento estrutural das práticas da atenção básica, com vistas à construção de um modelo mais resolutivo, acolhedor e eficiente. Além disso, ao promover a escuta qualificada e o empoderamento dos profissionais e usuários, contribui-se para a efetivação dos princípios da APS, como a integralidade, a equidade e a coordenação do cuidado (Starfield, 2002; Brasil, 2017).

Conclusão

A intervenção realizada demonstrou que ações educativas, tanto com a população quanto com os profissionais da UBS, são estratégias fundamentais para a reorganização do processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde. Através das salas de espera, da educação permanente com técnicos de enfermagem e da capacitação dos agentes comunitários de saúde, foi possível promover o fortalecimento do vínculo entre equipe e usuários, além de estimular o uso racional dos serviços oferecidos pela unidade.

Os resultados apontam para a importância de investir continuamente em educação em saúde e qualificação profissional como caminhos para enfrentar problemas estruturais, como a superlotação por demanda espontânea. Assim, a proposta reafirma os princípios do SUS e da Atenção Primária, como a integralidade, a equidade e a coordenação do cuidado, fortalecendo o sistema como um todo.

Palavras-chave: Acolhimento. Atenção Primária à Saúde. Educação em Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_201.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. *Previne Brasil: Novo modelo de financiamento da APS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secretarias/secretaria-de-atencao-primaria-a-saude-saps/previne-brasil>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS – PNEPS-SUS*. Brasília: MS, 2012. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_popular_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. *Acolhimento na Atenção Básica*. Caderno 1 – Acolhimento na UBS. Brasília: MS, 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/apc/acolhimento>.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Ministério da Saúde. Princípio do Sus. 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>. Acesso em: 05 mai., 2025.

COUTINHO, L. R. P.; BARBIERI, A. R.; SANTOS, M. L. M. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. *Saúde em debate*, v. 39, p. 514-524, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/p6vvLB8N6CbmLZFF4SXdxXS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2025.

CHÁVEZ GM; Viegas SMF ; Roquini GR; Santos TR. Acesso, acessibilidade e demanda na estratégia saúde da família. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm.* 2020;24(4):e20190331.

<http://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0331>

GUSMÃO, R. O. M. et al. Acolhimento na atenção primária à saúde na percepção da equipe multiprofissional. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 13, p. 1592-1595, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/10533>

OLIVEIRA, G. N.; et. al. Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco: Concordância entre os Enfermeiros e o Protocolo Institucional. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n.2, mar. /abr., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/TKTKNvB4Fcm7fnhLTktcttg/?format=pdf&lang=pt>.

OLIVEIRA JR, Albuquerque MCS, Brêda MZ, Barros LA, Lisbôa GLP. Concepções e práticas de acolhimento apresentadas pela enfermagem no contexto da atenção básica à saúde. **Rev Enferm UFPE on line**. 2015;9(Supl.10):1545–55. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/10869>.

STARFIELD, B. *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UNESCO, MS, 2002.

TASCA, R., et al,. Recomendações para o fortalecimento da atenção primária à saúde no Brasil Revista panamericana de salud publica. **Pan American journal of public health**, 44, e4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.4>

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

DESAFIOS PARA REALIZAÇÃO DO TESTE DO REFLEXO VERMELHO NA TRIAGEM OFTALMOLÓGICA NEONATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

SILVA, Renysson Kauan Oliveira¹
SANTOS, Steffany Camilly de Oliveira²
DIAS, Renise Bastos Farias³

¹Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Arapiraca. E-mail: renysson.silva@arapiraca.ufal.br;

²Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Arapiraca;

³Docente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: O teste do reflexo vermelho (TRV), também conhecido como teste do olhinho, é uma triagem fundamental para a detecção precoce de alterações oculares em recém-nascidos, como catarata congênita, retinoblastoma e outras causas de leucocoria. Sua realização nas primeiras 72 horas de vida e durante as consultas de puericultura é recomendada por diretrizes nacionais e internacionais como estratégia eficaz na prevenção da cegueira evitável. Apesar de ser um procedimento simples e de baixo custo, sua implementação enfrenta desafios nos diversos níveis de atenção à saúde. **Objetivo:** Identificar o que a produção científica recente apresenta sobre os principais desafios para realização do teste do reflexo vermelho na triagem oftalmológica neonatal na atenção primária. **Metodologia:** Estudo qualitativo, realizado por meio de revisão integrativa da literatura. Foram selecionadas e analisadas publicações científicas dos anos de 2020 a 2025, disponíveis nas bases LILACS e BDENF, vinculadas à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores relacionados ao TRV. **Resultados:** A análise evidenciou que a aplicação do TRV ainda encontra entraves, como a escassez de capacitação dos profissionais de saúde, a ausência de protocolos padronizados e o desconhecimento sobre a obrigatoriedade e a periodicidade do exame. A atuação do enfermeiro na atenção primária mostrou-se essencial, desde que haja maior sensibilização das equipes quanto à relevância do teste. Recomenda-se que todos os recém-nascidos realizem o TRV antes da alta hospitalar e, pelo menos, três vezes ao ano nos três primeiros anos de vida, durante as consultas de puericultura. **Conclusão:** A execução rotineira do teste do reflexo vermelho na triagem oftalmológica neonatal na atenção primária é fundamental para a saúde infantil. A capacitação dos profissionais e a adesão a protocolos são determinantes para assegurar a detecção precoce de alterações oculares e a redução da incidência de cegueira evitável.

Palavras-chave: Triagem Neonatal. Teste do Reflexo Vermelho. Teste do Olhinho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Andréa Bárbara Santana de; OLIVEIRA, Danielly Azevedo de. Protocolo para teste do reflexo vermelho: utilização em consultas de crescimento e desenvolvimento. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 38, pág. 136-150, junho de 2020. Disponível em <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100136&lng=en&nrm=iso>. acesso em 25 de abril de 2025. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i38.36990>.

BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância: detecção e intervenção precoce para prevenção de deficiências visuais**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

FINIZOLA, R.; SOUSA, M. N. A. DE.; MORAIS, N. N. DE A.. Perfil do teste do olhinho: estudo em instituição de referência no Estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 79, n. 2, p. 109–113, mar. 2020.

ROSSETTO, J. D. et al.. Brazilian guidelines on the frequency of ophthalmic assessment and recommended examinations in healthy children younger than 5 years. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, v. 84, n. 6, p. 561–568, nov. 2021.

Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). Nota Técnica: Teste do Reflexo Vermelho (TRV). São Paulo: SBOT, 2024. Disponível em: <https://sbop.com.br/medico/wp-content/uploads/sites/2/2024/04/NT-TRV-Final-CBO.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE HANSENÍASE: CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE AO ESTIGMA

Silva, Tony Daniel dos Santos¹
Tavares, Karolinnny dos Santos²
Silva, José Eduardo Ferreira da³
Santos, Eduardo Micael Gomes dos⁴
Gonzalez, Gisselle Rodriguez⁵
Mello, Débora Heloísa da Silva⁶
Almeida, Thayse Gomes de⁷

¹ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, (tony.silva@arapiraca.ufal.br);

²⁻⁶ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁷ Docente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A educação em saúde é uma ferramenta fundamental para a promoção do conhecimento e da autonomia da população em relação aos cuidados com a saúde. Diante disso, realizou-se uma atividade educativa com o tema “hanseníase” no Terceiro Centro de Saúde, localizado no município de Arapiraca, Alagoas. A escolha do tema deu-se pela sua relevância, visto que a hanseníase ainda é uma doença negligenciada, cercada por estigmas e desinformação, apesar de ter tratamento gratuito e cura. **Objetivos:** Promover o conhecimento da comunidade acerca da hanseníase, abordando aspectos importantes como conceito, formas de transmissão, sintomas, tipos clínicos, diagnóstico e tratamento. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, realizado no dia 18 de março de 2024. A ação educativa foi conduzida com abordagem participativa, na sala de espera da unidade de saúde, com aproximadamente 40 pessoas presentes. Iniciou-se a atividade com uma apresentação oral sobre o que é a hanseníase, como ocorre a transmissão, principais sinais e sintomas, os tipos existentes, a importância do diagnóstico precoce e do tratamento gratuito oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Foram entregues aos participantes panfletos visuais e explicativos contendo as principais informações abordadas. **Resultados:** Realizou-se um jogo de verdadeiro ou falso com perguntas sobre o tema. Os participantes utilizaram plaquinhas para responder. A cada pergunta, promoveu-se uma breve discussão para esclarecer a resposta correta e tirar dúvidas. Observou-se uma interação bastante positiva, com grande engajamento dos usuários. **Conclusão:** Concluiu-se que a atividade foi bastante proveitosa, pois proporcionou troca de saberes, desmistificando conceitos errôneos e promovendo a conscientização do público sobre a hanseníase, seus sintomas e tratamento. A ludicidade e o diálogo foram fundamentais para o sucesso da ação.

Ao final, como forma de agradecimento e acolhimento, distribuiu-se lanche a todos os participantes, encerrando a atividade de forma leve e agradável

Palavras-chave: Hanseníase. Educação em saúde. Participação comunitária.

REFERÊNCIAS

BOLORINO, Natacha et al. Capacitação para a equipe de saúde da atenção primária sobre a hanseníase na Atenção Primária à Saúde: revisão de escopo. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 6, p. e15485-e15485, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseníase>. Acesso em 12/04/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático sobre hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hanseníase.pdf, acessado em 12/04/2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

EDUCAÇÃO PERMANENTE COM AGENTES DE SAÚDE SOBRE HIV/AIDS E ISTS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA-AL

GONÇALVES, Guilherme De Oliveira¹
CAVALCANTE, Shellsley Aline Alencar²
DA SILVA, Maria Eduarda Floriano³
DA SILVA, Maria Laine⁴
SILVA, Dayane Rosa⁵
SILVA, Maria Luiza de Oliveira⁶
CRUZ, Ingrid Louise Vieira Vera⁷

¹ Acadêmico de Enfermagem, Universidade Federal De Alagoas e-mail: guilherme.goncalves@arapiraca.ufal.br

²⁻⁶ Acadêmico de Enfermagem, Universidade Federal De Alagoas

⁷ Docente, Universidade Federal De Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Muito se discute a respeito do papel dos agentes comunitários de saúde sob o contexto da atenção primária. Sob essa perspectiva, é possível evidenciar o elo que esses profissionais fazem entre a equipe multiprofissional de saúde e seus usuários, sendo em muitas ocasiões, a garantia na efetividade da promoção de saúde e prevenção dos agravos mais prevalentes.

Nessa perspectiva, o enfrentamento do HIV/AIDS no Brasil constitui um desafio persistente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente na atenção primária à saúde. Nesse viés, observa-se a importância da participação dos agentes comunitários de saúde no tocante a estabelecerem-se vínculos com os usuários e suas comunidades, sendo peças-chave no desenvolvimento de ações de prevenção, orientação e de acompanhamento contínuo. Os ACS são fundamentais para o acompanhamento longitudinal dos usuários e para a promoção do cuidado integral, sendo suas ações especialmente relevantes no controle de doenças crônicas e infecto contagiosas, como o HIV/AIDS (GIOVANELLA et al., 2021)

Desse modo, as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) são fundamentais para a qualificação contínua do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), considerando sua atuação estratégica na articulação entre os serviços de saúde e a comunidade. Por meio da EPS, os ACS têm a oportunidade de refletir criticamente sobre sua prática cotidiana, fortalecendo competências técnicas e políticas que lhes permitem intervir de forma mais eficaz nas realidades locais. Conforme aponta a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, essas ações

formativas, intencionais e planejadas, visam não apenas o fortalecimento de habilidades e atitudes, mas também a transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho, tendo como foco as necessidades reais das populações (BRASIL, 2009; AVELAR, 2014).

Nesse contexto, o processo de capacitação continuada contribui para que o ACS atue como agente de mudança, capaz de fomentar a participação comunitária e a mobilização social em defesa do SUS e da melhoria dos determinantes sociais da saúde. A valorização do saber popular, aliada ao saber científico, permite que os ACS promovam uma prática educativa crítico-reflexiva, conforme os princípios da reprodução social da saúde, conforme destacado por Noronha et al. (2009, apud GOMES et al., 2010).

Assim, a educação permanente se consolida como instrumento essencial para o fortalecimento do SUS, garantindo que os ACS desempenhem seu papel com maior autonomia, consciência política e efetividade nas ações de promoção à saúde e prevenção de doenças (AVELAR, 2014).

A presente experiência foi desenvolvida pelos discentes do 5º período do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na Unidade Básica de Saúde (UBS) Marinete Francisca Nunes, localizada no bairro Baixão, município de Arapiraca – AL. A ação aconteceu no dia 1º de abril de 2025, durante o turno da manhã, com duração aproximada de três horas, e teve como público-alvo os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da referida unidade.

O objetivo principal da atividade foi realizar uma ação de educação permanente voltada à qualificação dos ACS no que diz respeito à abordagem e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), com ênfase no HIV e na AIDS. Além da transmissão de conhecimentos técnico-científicos, a iniciativa buscou estimular a reflexão sobre o trabalho em equipe, a comunicação interpessoal, o fortalecimento do papel dos ACS na atenção primária à saúde, bem como incentivar o autoconhecimento e o bem-estar desses profissionais.

Para atingir esses objetivos, a metodologia adotada baseou-se em práticas de ensino-aprendizagem ativas, promovendo o protagonismo dos participantes e a valorização de suas experiências. A ação teve início com uma breve apresentação dos discentes, que se identificaram e introduziram os temas que seriam abordados.

Em seguida, foi realizada a dinâmica “Teia de Aranha”, na qual cada agente, ao se apresentar, segurava uma ponta do barbante, compartilhando informações como nome, tempo de atuação e interesses pessoais. A cada nova apresentação, um novo fio era conectado, formando uma teia simbólica que serviu como base para discussões sobre cooperação, escuta ativa e a importância do trabalho em equipe na Estratégia Saúde da Família (ESF).

Posteriormente, os acadêmicos realizaram uma apresentação expositiva sobre as ISTs, com foco no HIV e na AIDS. Foram abordados os conceitos fundamentais dessas infecções, suas principais causas e modos de transmissão, bem como as diferenças entre HIV e AIDS. Também foram discutidas as estratégias de prevenção e tratamento disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além do papel fundamental dos ACS na orientação da população e no acolhimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA). Durante essa etapa, os ACS participaram ativamente, expressando dúvidas, contribuindo com relatos de experiências vivenciadas em campo e apontando desafios do cotidiano, como a dificuldade na comunicação de temas sensíveis e as limitações estruturais enfrentadas nos serviços.

Objetivo

Realizar um relato sobre ação de educação permanente realizada com agentes de saúde em uma unidade de saúde no município de Arapiraca-AL.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um resumo expandido, do tipo relato de experiência, desenvolvido no contexto de uma educação permanente voltada para os ACS's da UBS Marinete Francisca Nunes, realizada no período de abril de 2025. A ação foi promovida pelos discentes do

curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, sob orientação de uma docente, e teve como foco a temática das ISTs, com ênfase em HIV/AIDS. Ao total, participaram da atividade 8 ACS. A metodologia adotada incluiu a realização de uma dinâmica interativa, com o objetivo de estimular a participação dos profissionais, e uma roda de conversa, com o intuito de promover reflexões e troca de experiências acerca das atribuições dos ACS no enfrentamento dessas condições de saúde.

Resultados e Discussão

A educação em saúde direcionada para HIV e AIDS é essencial e de grande relevância para o conhecimento da população e de profissionais sobre a temática, com o intuito de obter as informações corretas e necessárias para proceder diante das mesmas. Com isso, a ação realizada com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), tornou perceptível a falta de informações corretas e conhecimento adequado diante das doenças, como também notou-se as dificuldades encontradas mediante as visitas com os pacientes portadores da doença. Além disso, a ação proporcionou um momento de interação entre os profissionais e os alunos, com o compartilhamento de saberes e dúvidas, promovendo uma discussão sobre a temática, a relação do paciente com os ACS e a doença, assim como a desmistificação de informações sobre a mesma. Assim, fortalecendo a importância dos Agentes Comunitários de Saúde e sua relevância frente a comunidade.

Conclusão

Portanto, conclui-se que o conhecimento da realidade dos ACS é necessário para o melhor manejo e aprofundamento do HIV e a AIDS na Atenção Primária de saúde, e que existem lacunas e dificuldades observadas na transmissão do conhecimento para os usuários da Unidade Básica de Saúde, que é porta de entrada da maioria da população no território nacional.

Palavras-chave: Educação permanente. Agentes comunitários. HIV/AIDS.

REFERÊNCIAS

AVELAR, Janina Mara de Freitas. *O agente comunitário de saúde e a educação permanente em saúde*. Lagoa Santa: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina, Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, 2014. 38 f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família).

GIOVANELLA, Ligia et al. *Atenção primária à saúde e coordenação do cuidado nas regiões de saúde: evidências a partir da pesquisa Regiões e Redes*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 4, p. 1221-1232, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02202020> Acesso em 24/04/2025

GOMES, Karine de Oliveira et al. O agente comunitário de saúde e a consolidação do Sistema Único de Saúde: reflexões contemporâneas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1143-1164, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/pH8P6Tsn9xwQCVZdtgvYXWg/>. Acesso em: 27 abr. 2025

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

EDUCAÇÃO PERMANENTE SOBRE DENGUE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CRUZ, Erika Salgueiro da¹
NICÁCIO, Alda Regia Santos²
MAGALHÃES, Ana Paula Nogueira de³

¹Acadêmica de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, erika.cruz@arapiraca.ufal.br;

²Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde de Arapiraca, Alagoas;

³Doutora, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A Dengue é uma doença febril aguda, sistêmica e com capacidade de causar casos graves. É transmitida pelo mosquito fêmea do *Aedes Aegypti*. No Brasil, sua ocorrência é observada durante o ano todo, com intensificação nos períodos chuvosos e quentes. A Educação Permanente em Saúde é uma ação educativa, desenvolvida para qualificar o processo de trabalho dos profissionais de saúde, considerando as práticas cotidianas e os desafios do serviço. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm como função a promoção da saúde e prevenção de doenças. Desse modo, torna-se necessário desenvolver ações de educação permanente em saúde com esses profissionais para atuação na comunidade e o enfrentamento da dengue. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma acadêmica de enfermagem sobre educação permanente com ACS na Atenção Básica em Saúde vivenciada durante seu estágio curricular obrigatório. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre uma atividade de educação permanente com ACS em uma Unidade Básica de Saúde. **Resultados:** A atividade foi realizada em 19 de março de 2025, na Unidade Básica de Saúde Boa Vista, na cidade de Arapiraca, Alagoas. Contou com a participação de 6 agentes comunitárias de saúde, a enfermeira e a acadêmica do 9º período de enfermagem, que conduziu a reunião. A atividade foi realizada presencialmente e abordou sobre os seguintes tópicos: o conceito da dengue, o ciclo de vida do mosquito transmissor, as fases clínicas da doença, estadiamento, condutas e formas de prevenção, tendo como principal referência bibliográfica um manual sobre Dengue do Ministério da Saúde de 2024. Foi utilizada uma abordagem expositiva dialogada, deixando espaço aberto para dúvidas e comentários. **Conclusão:** A realização de ações de educação permanente em saúde qualifica os ACS para atuarem na prevenção da dengue, fortalecendo o elo fundamental que estes representam entre o serviço e a comunidade.

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde. Dengue. Agente Comunitário em Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018.** Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 5, p. 1-2, 8 jan. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13595.htm Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. **Dengue:** diagnóstico e manejo clínico : adulto e criança. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Doenças Transmissíveis. 6. ed. Brasília, 2024. p. 81.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a04.pdf>>

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

EFEITOS DO *HOME OFFICE* SOBRE A QUALIDADE DO SONO DE ADULTOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

CHIRIELEISON, Carlos Augusto Marques¹
SILVA, Yan Roberth Delmiro²
DANTAS, José Eduardo Ferreira³
FEITOZA, Christiane Cavalcante⁴

¹Graduando em Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, carlos.chirieleison@arapiraca.ufal.br.

²Graduando em Medicina, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

³Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

⁴Doutora em Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Nas últimas décadas, as transformações tecnológicas e sociais vêm promovendo profundas mudanças na organização do trabalho, com destaque para o crescimento do *home office* (HO). Essa modalidade, impulsionada principalmente pela pandemia de COVID-19, passou de uma alternativa pontual a um modelo consolidado em diversas instituições públicas e privadas (Lima *et al.*, 2021).

Apesar dos benefícios frequentemente atribuídos ao HO, como a flexibilidade de horários, o aumento da autonomia e a redução do tempo de deslocamento, estudos como o de Barros *et al.* (2020) apontam para possíveis repercussões negativas sobre a saúde física e mental dos trabalhadores.

Durante o período de maior adesão ao trabalho remoto, cerca de 70% dos adultos brasileiros relataram alterações no padrão de sono, frequentemente associadas à sobreposição entre funções profissionais e familiares, à ausência de rotinas fixas e à intensificação do uso de telas (Instituto do Sono, 2021; InsCer, 2021). Esses fatores podem comprometer o ritmo circadiano e a consolidação do sono, especialmente em contextos de estresse contínuo e isolamento social.

Considerando a relevância do sono para o equilíbrio físico e psicológico, torna-se essencial compreender como as novas dinâmicas de trabalho interferem nesse aspecto da saúde.

Objetivo

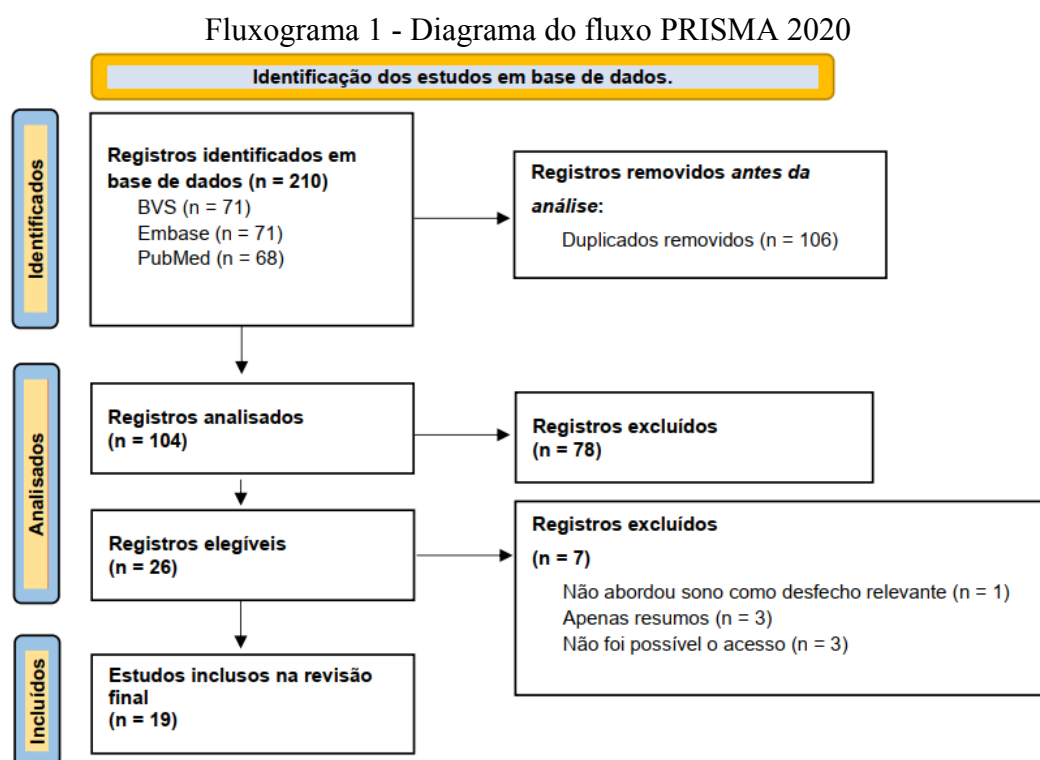
Identificar quais os impactos do HO sobre a qualidade do sono em adultos.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida com base em uma adaptação das diretrizes metodológicas propostas no *JBIM Manual for Evidence Synthesis*. A estruturação e apresentação dos dados seguiram o checklist PRISMA 2020, conforme orientações de Page *et al.* (2021). A pergunta de pesquisa formulada foi: "Qual é o impacto do trabalho em HO na qualidade do sono de adultos?". A estratégia de busca utilizou a string *[("teleworking" OR "remote work") AND (sleep/exp OR "sleep")]* nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), EMBASE e PubMed. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025 que investigassem adultos (≥ 18 anos) que trabalham em regime de HO e modalidades de trabalho híbrido. Foram excluídos artigos que abordassem exclusivamente pessoas com transtornos diagnosticados previamente. A triagem dos estudos foi realizada com o auxílio da plataforma Rayyan. A coleta dos dados ocorreu em 28 de abril de 2025.

Resultados

Durante a busca nas bases foram identificados 210 registros. Após a remoção de 106 duplicatas, restaram 104 artigos para análise de título e resumo. Desses, 78 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade, resultando em 26 estudos avaliados na íntegra. Sete desses foram excluídos por não abordarem o desfecho sono como foco principal ($n = 1$), por apresentarem apenas o resumo ($n = 3$) ou por indisponibilidade de acesso ao texto completo ($n = 3$). Ao final, 19 artigos foram incluídos na análise qualitativa (Fluxograma 1).



Fonte: Autoria própria (2025).

Em geral, foi identificada uma alta prevalência de distúrbios do sono, como insônia, dificuldade de adormecer, sono fragmentado e pesadelos, sobretudo entre mulheres, pessoas com filhos e trabalhadores com carga excessiva de trabalho. O teletrabalho em tempo integral esteve frequentemente associado a maior risco de insônia e sintomas relacionados ao estresse e à ansiedade.

(Kim *et al.*, 2023; Matisãne *et al.*, 2024). Elementos como jornadas prolongadas, dificuldade de desconexão digital e excesso de responsabilidades simultâneas (profissionais e domésticas) foram apontados como fatores agravantes (Costa *et al.*, 2022; Figueiredo *et al.*, 2022). Além disso, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos no período noturno foi destacado como um fator de risco relevante para a desregulação do ritmo circadiano, contribuindo para a piora da qualidade do sono (Janc *et al.*, 2024; Crowley *et al.*, 2023). A exposição à luz azul e a ausência de limites claros entre trabalho e descanso foram aspectos recorrentes associados ao sono inadequado.

Em contrapartida, alguns estudos apontaram que o HO pode favorecer aumento da duração do sono e redução do jetlag social em trabalhadores com preferência circadiana vespertina, desde que as condições de trabalho sejam adequadas. No entanto, essa melhora nem sempre se traduziu em maior desempenho no trabalho (Hallman *et al.*, 2021; Crowley *et al.*, 2023). Fatores ambientais e ergonômicos, como ausência de um espaço físico adequado para o trabalho, também foram associados a queixas de sono ruim e dores musculoesqueléticas (Hirashima *et al.*, 2024; Haddad *et al.*, 2024). A percepção de falta de privacidade e o ambiente doméstico sobrecarregado mostraram-se determinantes na experiência negativa com o sono durante o teletrabalho (Wütschert *et al.*, 2021).

Do ponto de vista psicossocial, a presença de sintomas de ansiedade, solidão e tecnoestresse foi frequentemente associada à insônia, especialmente entre mulheres com múltiplas funções familiares (Kim *et al.*, 2023; Figueiredo *et al.*, 2022; Costa *et al.*, 2022). A sobreposição entre as esferas pessoal e profissional intensificou a dificuldade de relaxamento após o expediente, prejudicando a higiene do sono. Por outro lado, intervenções organizacionais como suporte técnico, orientações ergonômicas e treinamento para gerenciamento de estresse demonstraram efeito positivo na redução de distúrbios do sono entre teletrabalhadores (Matisãne *et al.*, 2024). Além disso, trabalhadores com menor sofrimento psicológico relataram melhor qualidade do sono quando submetidos ao HO em tempo integral, enquanto aqueles com maior sofrimento se beneficiaram mais de regimes híbridos (Matsumoto *et al.*, 2023).

O contexto social exerce papel fundamental na compreensão dos efeitos do teletrabalho sobre o sono. A ausência de marcadores temporais estáveis — como horários fixos de trabalho, refeições e interações presenciais ou virtuais — perturba o ritmo circadiano, prolongando a latência do sono e gerando um “jetlag social”. Mesmo quando o cronotipo individual se alinha à flexibilidade do HO durante períodos de isolamento, a inconsistência desses *social zeitgebers* impede a consolidação de um descanso contínuo (Crowley; Javadi; Tamminen, 2023). Nesse sentido, o uso prolongado de dispositivos eletrônicos após o expediente, denominado “tecnoestresse”, configura-se como um desregulador da dinâmica do sono.

Kim *et al.* (2023) identificaram que a intensidade do uso de telas fora do horário laboral correlaciona-se significativamente com a redução da eficiência do sono e o aumento da latência para adormecer, especialmente entre mulheres, que acumulam carga doméstica e profissional. Mulheres, sobretudo as com filhos, são as mais impactadas pelo regime de teletrabalho: a sobreposição de demandas profissionais e cuidados parentais eleva os níveis de estresse e compromete a produtividade e a qualidade do sono (Jung *et al.*, 2024). Wütschert *et al.* (2021) destacam que a adaptação do espaço doméstico para o HO é determinante para evitar tensões e proteger o descanso noturno. A dificuldade de estabelecer limites entre trabalho e vida pessoal intensifica o esgotamento, já que jornadas prolongadas e interrupções constantes impedem a desconexão necessária para um sono reparador (Nowrouzi-Kia *et al.*, 2024).

Assim, a condição de mulher — especialmente mãe — em contexto remoto configura-se como um fator de vulnerabilidade para a saúde mental e a dinâmica do sono. Entre os desfechos negativos enfrentados estão o acentuamento de estresse, insônia, ansiedade, depressão, aumento do número de pesadelos e menor satisfação profissional (Kim *et al.*, 2023; Duong *et al.*, 2021; Ryoo *et al.*, 2023; Figueiredo *et al.*, 2022). Kim *et al.* (2023) reforçam ainda que o HO amplia o isolamento social e a solidão em comparação ao trabalho presencial. Crowley, Javadi e Tamminen (2023) evidenciam que o isolamento desarticula a dinâmica laboral, impactando negativamente a produtividade. Hamada *et al.* (2024) contribuem ao demonstrar que a percepção do trabalhador

sobre o teletrabalho — especialmente a disparidade entre desejo e realidade — é um fator crucial para a qualidade do sono, ampliando a discussão sobre os determinantes psicossociais do bem-estar laboral.

Conclusão

O teletrabalho impacta diretamente a qualidade do sono e a saúde mental, com efeitos ambivalentes: enquanto a insônia, associada a sobrecarga mental, excesso de telas e falta de limites entre vida profissional e pessoal, é o distúrbio mais relatado, a maior disponibilidade de tempo para dormir e a redução de deslocamentos trazem benefícios pontuais. Mulheres são particularmente afetadas, com agravamento de estresse, ansiedade e depressão devido à sobreposição de demandas domésticas e profissionais. Essa dualidade reforça a necessidade de políticas que reconheçam o sono como marcador sensível das condições de trabalho remoto, priorizando equidade de gênero. Flexibilização de horários, suporte psicossocial e ambientes domiciliares adequados são medidas essenciais para mitigar riscos e garantir que o teletrabalho seja uma modalidade sustentável, equilibrando benefícios individuais e proteção à saúde coletiva.

Palavras-chave: Home Office. Sono. Teletrabalho.

REFERÊNCIAS

- AROMATARIS, E.; LOCKWOOD, C.; PORRITT, K.; PILLA, B.; JORDAN, Z.; editors. *JBIM* Manual for Evidence Synthesis. **JBIM**; 2024. Available from: <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-24-01>
- AFONSO, P.; FONSECA, M.; TEODORO, T. Evaluation of anxiety, depression and sleep quality in full-time teleworkers. **Journal of Public Health**, v. 44, n. 4, p. 797–804, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdab164>.
- BARROS, M. B. A. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, e2020427, 2020.
- COSTA, C.; TEODORO, M.; MENTO, C.; et al. Work Performance, Mood and Sleep Alterations in Home Office Workers during the COVID-19 Pandemic. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 4, p. 1990, 2022.
- CROWLEY, R.; JAVADI, A.; TAMMINEN, J. Better alignment between circadian preference and sleep and work timings during COVID-19 did not benefit work engagement at home. **Chronobiology International**, v. 40, n. 10, p. 1361–1374, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37840270/>.
- DUONG, D. Is remote work affecting health workers' sleep? **CMAJ**, v. 193, n. 21, p. E780–E781, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1503/cmaj.1095941>.
- HADDAD, C.; ZAKHOUR, M.; SACRE, H.; et al. Perceived advantages and drawbacks of teleworking during the economic crisis and COVID-19: A cross-sectional study among university degree holders. **Archives of Environmental & Occupational Health**, p. 1–15, 2024.
- HALLMAN, D. M. et al. Working from home during the COVID-19 outbreak in Sweden: effects on 24-h time-use in office workers. **BMC Public Health**, v. 21, art. 528, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10582-6>.

HAMADA, S. et al. Association Between Telecommuting Preference-Frequency Mismatch and Insomnia Among Japanese Workers in the COVID-19 Pandemic: A Prospective Cohort Study. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 66, n. 10, p. 446–451, 2024.

HIRASHIMA, K. et al. Association Between Physical Work Environment During Work From Home and Sleep During the COVID-19 Pandemic: A Prospective Cohort Study in Japan. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 66, n. 12, p. 956–961, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1097/JOM.0000000000003216>.

INSCER – Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul. Estudo aponta que 70% dos adultos tiveram alterações no sono durante a pandemia. **PUCRS Notícias**, 2021. Disponível em: <https://portal.pucrs.br/noticias/pesquisa/estudo-aponta-que-70-dos-adultos-tiveram-alteracoes-no-sono-durante-a-pandemia/>.

INSTITUTO DO SONO. Pesquisa revela que 55,1% apresentaram piora do padrão de sono durante a pandemia de COVID-19. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-10/trabalho-hibrido-pode-piorar-qualidade-do-sono-diz-pesquisador>.

JANC, M.; JANKOWSKA, A.; JOZWIAK, Z.; et al. Distribution of sleep components while working remotely. **International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health**, v. 37, n. 1, p. 34–44, 2024.

JUNG, J. et al. The changing dynamics of work from home and its association with sleep disturbance through work–family conflict during the COVID-19 pandemic. **Journal of Occupational Health**, v. 66, n. 1, p. uiae014, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/JOCCUH/uiae014>.

KIM, M.; PARK, I.; AN, H.; et al. Teleworking Is Significantly Associated with Anxiety Symptoms and Sleep Disturbances among Paid Workers in the COVID-19 Era. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 2, p. 1488, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/20/2/1488>.

LIMA, M. G. et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, e00042121, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00042121>.

MATISÃNE, L.; PAEGLE, D.; PAEGLE, L.; et al. Can Occupational Safety and Health Preventive Measures Taken by the Employer Influence Sleep Disturbances in Teleworkers? **Brain Sciences**, v. 14, n. 7, p. 684, 2024.

MATSUMOTO, Y.; KUMADAKI, K.; HINO, A.; et al. Optimal telework frequency in terms of sleep and labor productivity depends on the workers' psychological distress: A cross-sectional study in Tokyo, Japan. **PLOS ONE**, v. 18, n. 6, p. e0286699, 2023.

MOLINO, M. et al. Stop (to Work) and Go (to Recover) During Mandatory Work From Home: A Three-Wave Study. **Health Education & Behavior**, v. 51, n. 1, p. 21–31, 2024.

NOWROUZI-KIA, B.; HARITOS, A.; LONG, B.; et al. Remote work transition amidst COVID-19: Impacts on presenteeism, absenteeism, and worker well-being—A scoping review. **PLOS ONE**, v. 19, n. 7, p. e0307087, 2024.

PAGE, M. J; MCKENZIE, J. E; BOSSUYT, P. M; *et al.* The PRISMA 2020 statement: an Updated Guideline for Reporting Systematic Reviews. **British Medical Journal**, v. 372, n. 71, 2021.

RYOO, S.-W. et al. Telecommuting-related health outcomes during the COVID-19 pandemic in South Korea: a national population-based cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 23, p. 549, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-15271-0>.

SHIMURA, A. et al. Remote Work Decreases Psychological and Physical Stress Responses, but Full-Remote Work Increases Presenteeism. **Frontiers in Psychology**, v. 12, art. 730969, 2021.

WÜTSCHERT, M. S. et al. Working from home: Cognitive irritation as mediator of the link between perceived privacy and sleep problems. **Industrial Health**, v. 59, p. 308–317, 2021. DOI: <https://doi.org/10.2486/indhealth.2021-0119>.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

ENDOMETRIOSE COMO FATOR DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES: Uma revisão integrativa da literatura

MARQUES, Mayra Cristinne Vieira¹
OLIVEIRA, Angelina Nunes Silva²
SANTOS, Adryel Lucas de Farias³
SILVA, Jamilly Mayara dos Santos⁴
ARAÚJO, Sandra Taveiros de⁵

¹ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, mayra.marques@arapiraca.ufal.br;

² Graduanda em Medicina, Centro Universitário de Maceió- UNIMA | Afya;

³ Graduando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁴ Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁵ Mestre em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A endometriose é uma doença ginecológica crônica e inflamatória, que afeta cerca de 1 em cada 10 mulheres em idade reprodutiva e está associada a sintomas como dor pélvica, dismenorreia e infertilidade. Estudos indicam uma possível relação entre a endometriose e maior risco de doenças cardiovasculares. Diante disso, este estudo justifica-se pela necessidade de investigar essa conexão para promover a detecção precoce e a prevenção em mulheres afetadas.

Objetivo: Analisar na literatura as evidências que associam a endometriose ao risco cardiovascular.

Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, realizada entre abril e maio de 2025, a partir de estudos disponíveis nas bases Scopus, PUBMED, ScienceDirect, MedLine e LILACS. O estudo foi conduzido pela pergunta norteadora: “De que forma a endometriose pode aumentar o risco de doenças cardiovasculares em mulheres?”.

Utilizaram-se os descritores "Endometriosis", "Cardiovascular Diseases" e "Women", combinados com o operador booleano “AND”. Foram incluídos estudos de caso-controle e de coorte, nos idiomas inglês e português, sem restrição quanto ao ano de publicação, e excluíram-se duplicatas, artigos indisponíveis na íntegra e os que não responderam à pergunta de pesquisa. **Resultados:**

Foram identificados 5.142 artigos, dos quais apenas 10 foram incluídos no estudo após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Os resultados indicam que a endometriose pode favorecer problemas cardíacos por meio de um processo inflamatório sistêmico, com liberação de citocinas pró-inflamatórias e aumento da proteína C-reativa. Esse quadro, associado ao estresse oxidativo e a alterações no perfil lipídico, com o aumento do LDL, contribui para a aterosclerose e disfunção endotelial, elevando o risco de insuficiência cardíaca, doença coronariana e infarto agudo do miocárdio. **Conclusão:** Dessa forma, constatou-se que os mecanismos envolvidos na endometriose

podem aumentar o risco para eventos cardiovasculares, ressaltando a necessidade de novos estudos que aprofundem essa associação.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Endometriose. Doenças cardiovasculares.

REFERÊNCIAS

Benjamin Marchandot, Anais Curtiaud, Kensuke Matsushita, Antonin Trimaille, Aline Host, Emilie Faller, Olivier Garbin, Chérif Akladios, Laurence Jesel, Olivier Morel, Endometriosis and cardiovascular disease, **European Heart Journal Open**, Volume 2, Issue 1, January 2022, oeac001, <https://doi.org/10.1093/ehjopen/oeac001>.

Li, P. C., Yang, Y. C., Wang, J. H., Lin, S. Z., & Ding, D. C. (2021). Endometriosis Is Associated with an Increased Risk of Coronary Artery Disease in Asian Women. **Journal of clinical medicine**, 10(18), 4173. <https://doi.org/10.3390/jcm10184173>.

Marchandot, B., Faller, E., Akladios, C., Matsushita, K., Bäck, M., Jesel, L., Schini-Kerth, V., & Morel, O. (2024). Promovendo a cardioendometriose: um apelo à ação para uma compreensão abrangente das doenças cardiovasculares na endometriose. **Revista Europeia de Cardiologia Preventiva**, 31(13), 1574–1582. <https://doi.org/10.1093/eurjpc/zwae087>.

Okoth, K., Wang, J., Zemedikun, D., Thomas, G. N., Nirantharakumar, K., & Adderley, N. J. (2021). Risk of cardiovascular outcomes among women with endometriosis in the United Kingdom: a retrospective matched cohort study. **BJOG : an international journal of obstetrics and gynaecology**, 128(10), 1598–1609. <https://doi.org/10.1111/1471-0528.16692>.

Smyk, J.M., Danielecka, Z., Kotowska, M. et al. Cardiovascular risks and endothelial dysfunction in reproductive-age women with endometriosis. **Sci Rep** 14, 24127 (2024). <https://doi.org/10.1038/s41598-024-73841-7>.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

EPIDEMIOLOGIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NO ESTADO DE ALAGOAS (2019-2023)

PAULA, Gisely Lavínia Lourenço de¹
MELO, Hylka Karoline Cavalcante Santos²
FARIAS, Karol Fireman de³

^{1,2}Graduandas em enfermagem, UFAL laviniagisely946@gmail.com

³ Docente do curso de enfermagem, UFAL, campus Arapiraca

RESUMO SIMPLES

Introdução: O trabalho tornou-se mais complexo, exigindo cada vez mais da saúde mental das pessoas, muitas vezes a ponto de gerar sofrimento mental e desenvolver transtornos mentais.

Objetivo: Investigar a epidemiologia dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Alagoas. **Metodologia:** Estudo epidemiológico, a partir dos registros do Sistema de Informação de Agravos e Notificações (SINAN NET) disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) acerca dos transtornos mentais relacionados ao trabalho em Alagoas.

Resultados: Foram encontrados 610 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Alagoas, de 2019 a 2024, divididos de forma equânime entre o sexo feminino (n=306; 50,16%) e masculino (n=304; 49,83%). O ano de maior notificação foi 2022 (n=163; 26,72%) e o de menor, 2020 (n= 49; 8,03%). A população de 29-34, 35-49 e 50-64 foram os mais acometidos, com 208, 301 e 88 casos, respectivamente, enquanto aqueles de 15-19 anos e os idosos a partir de 65 anos somam, juntos, 8(1,31%) notificações. Os Transtornos neuróticos e os relacionados ao “stress” e transtornos somatoformes foram os mais notificados (n=320; 37,70%), dos quais 213(63,53%) tiveram incapacidade temporária e apenas 5(1,56%) evoluíram para cura. Ademais, destes, a comunicação de acidente de trabalho (CAT) foi realizada apenas com 22(6,8%), e a maioria recebeu tratamento ambulatorial. **Conclusão:** Foi possível observar uma grande prevalência de adultos com transtornos mentais por estresse, evidenciados por características físicas, no caso dos somatoformes, e busca médica constante, o que exige maior atenção para a carga de trabalho, demanda e exigência imposta sobre esse profissional. Além disso, observa-se a necessidade de emissão da CAT referente a esses agravos, principalmente para que sejam traçadas medidas eficazes de prevenção e auxílio aos acometidos.

Palavras-chave: Transtornos Mentais. Notificação de Acidentes de Trabalho. Estresse ocupacional.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Saúde. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: MS, 2001. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

FATORES DETERMINANTES DA QUALIDADE DE VIDA EM HOMENS IDOSOS: REVISÃO INTEGRATIVA

SILVA, José Eduardo Ferreira da Silva¹
SANTOS, Eduardo Micael Gomes²
LIMA, Everthon Iziano da Silva³
OLIVEIRA, Maria Eduarda Teixeira⁴
SILVA, Andrey Ferreira da⁵

¹ Discente de Enfermagem, UFAL e e-mail jose.silva12@arapirca.ufal.br;

²⁻³ Discente de Enfermagem, UFAL;

⁴ Discente de Medicina, UFAL.

⁵ Docente de Enfermagem e Medicina, UFAL.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A OMS define qualidade de vida como aquela que envolve o estado psicológico, nível de independência e crenças no contexto da percepção do indivíduo. Ademais, ela vai manter padrões satisfatórios na manutenção da vida, porém, no homem idoso surgem algumas diferenças relevantes que podem ser observadas à incapacidade e dependência. **Objetivo:** Identificar os fatores sociais que influenciam a qualidade de vida em homens idosos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, na qual foi realizada no período de outubro de 2024, por meio dos periódicos Scielo e Lilacs. Utilizando os seguintes descritores: Qualidade de vida, fatores de riscos, saúde e idosos. Foram incorporados artigos com texto completos, disponíveis em português e inglês, publicados nos últimos 5 anos, excluídos artigos pagos e que não se adequam ao objetivo de pesquisa. **Resultados:** Foram selecionados 5 artigos para compor essa revisão. Após leitura, foi observado que a má qualidade de vida é comum em homens idosos devido aos seus hábitos durante sua vida, sendo possível observar que existem fatores sociais associados à essa manutenção de qualidade de vida, por exemplo: comorbidades, sexo, renda, escolaridade, estado nutricional, depressão e outros fatores que afetam a qualidade de vida. Esses estudos demonstram que a proporção de homens idosos com baixa qualidade de vida vem aumentando progressivamente. Assim, fica claro que intervenções que promovam o envelhecimento saudável, como programas de prevenção de doenças crônicas e incentivo à atividade física, são essenciais para essa população. **Conclusão:** Foi evidenciado que a qualidade de vida dos homens idosos é resultado de uma combinação de fatores, incluindo o estado de saúde, estilo de vida e contexto socioeconômico. Além disso, com o aumento da expectativa de vida, torna-se crucial compreender como assegurar

não só a ausência de enfermidades, mas também o bem-estar e a habilidade de executar tarefas cotidianas de maneira prazerosa.

Palavras-chave: Idoso. Qualidade de vida. Saúde. Fatores de Risco.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Rômulo Wanderley Lima et al. Fatores sociais e melhoria da qualidade de vida dos idosos: revisão sistemática. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 7, n. 5, p. 1434–1442, 2013.
- FLECK, M. P. A.; CHACHAMOVICH, E.; TRENTINI, C. M. Projeto WHOQOL-OLD: método e resultados de grupos focais no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 6, p. 793–799, 2003.
- VECCHIA, R. D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; CORRENTE, J. E. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 3, p. 246–252, 2005
- SILVA, A. K. B. da et al. Fatores associados com a qualidade de vida de homens idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 6, p. 885–891, 2015.
- ALEXANDRE, T. da S.; CORDEIRO, R. C.; RAMOS, L. R. Fatores associados à qualidade de vida em idosos ativos. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 4, p. 613–621, 2009.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

FORMAÇÃO, DIVERSIDADES E HUMANIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE EQUIDADES

SANTOS, Cristian Luan dos¹
ERICSON, Sóstenes²

¹ Discente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, cristian.santos@arapiraca.ufal.br;

² Docente do curso de graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), na edição Equidades/2024, tem o intuito de qualificar a formação de trabalhadoras e estudantes através da integração entre ensino, serviço e comunidade, tendo como princípio a formação crítica e humanística das futuras trabalhadoras da saúde. Tem o objetivo de propor práticas voltadas para a promoção da equidade e o enfrentamento das iniquidades no Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa perspectiva, o projeto contribui para que ocorram transformações sociais e a construção de uma atenção focada no sujeito, de modo íntegro e resolutivo.

Ademais, como estratégia de promoção e qualificação das trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS, destaca-se a importância do PET-Saúde enquanto espaço de aprendizagem ativa e emancipatória. Com isso, o contato direto de discentes com as reais demandas sociais e de saúde da comunidade favorece a troca e formação de novos conhecimentos, contribuindo para a consolidação de uma aprendizagem que rompe as barreiras disciplinares. Concretiza-se através da integração entre discentes de diferentes cursos por meio dos grupos tutoriais, assim estimulando o trabalho em equipe nos eixos vinculados à saúde e à prática interprofissional.

Nesta edição, o PET-Saúde é constituído por estudantes de distintos cursos (Enfermagem, Psicologia, Medicina, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Administração Pública), tutores, preceptores, orientadores de serviço e coordenadores. Este cenário contribui para que ocorra o desenvolvimento de práticas interdisciplinares mais eficazes. Trata-se de uma iniciativa que estabelece meios de educação transformadora a partir da abordagem de temas que se relacionam com as populações em situações de vulnerabilidade e marginalização, tais como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, população em situação de rua, entre outras, contribuindo para a preservação da vida em suas diferentes formas, sobretudo através da formação

de trabalhadoras/es mais qualificadas/os para lidarem com as barreiras sociais e preconceituosas presentes no cotidiano dos serviços de saúde. Nesse sentido, questiona-se: de que modo o PET-Saúde Equidades contribui para a formação de futuras trabalhadoras, na perspectiva da valorização da diversidade a partir dos princípios do SUS?

Objetivo

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as contribuições do PET-Saúde Equidades na formação de trabalhadoras e futuras trabalhadoras do SUS para atuar na valorização e preservação da vida nos diversos grupos populacionais.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Vincula-se ao Grupo de Aprendizagem Tutorial 1 (GAT1) no contexto do PET-Saúde Equidades, contando com a participação de estudantes, docentes e trabalhadoras do SUS. As atividades foram realizadas através dos encontros, rodas de conversas e oficinas educativas, enquanto meios que incentivam a participação ativa da comunidade e das trabalhadoras na construção de estratégias de promoção e prevenção em saúde.

O referido grupo realiza atividades semanais e encontros quinzenais, com o objetivo de promover discussões sobre a problemática e/ou o objetivo em foco, a partir da análise de artigos científicos, legislações, editais, entre outros materiais. Esses encontros contribuem para o aprimoramento do conhecimento e para o planejamento de futuras ações, que articulam ensino e serviço de forma integrada.

Inicialmente, foram realizados encontros voltados para discussões sobre temas relacionados à Educação em Saúde, Ensino em Saúde, Educação Continuada e Educação Permanente. Tais momentos contribuíram significativamente para o fortalecimento do conhecimento científico e crítico das pessoas participantes.

Em seguida, as pessoas participantes se reuniram para a leitura e análise de artigos científicos, legislações, editais e outros materiais pertinentes, possibilitando a construção coletiva de conhecimentos e a definição de eixos temáticos a serem aprofundados. A partir dessas discussões, foram organizados subgrupos, de acordo com os seguintes temas: Sistema Único de Saúde, Raça e Racismo, Gêneros e Sexualidades e Pessoas com Deficiência e Anti-Capacitismo.

Cada subgrupo ficou responsável por aprofundar os estudos sobre seu respectivo tema, promovendo debates e elaborando propostas de ações educativas voltadas à comunidade acadêmica e aos serviços de saúde. As atividades foram planejadas considerando o contexto municipal e a atuação das/os trabalhadoras/es em saúde nos diferentes níveis de atenção. Na sequência, foi realizada a Oficina “(Re)existir: Gênero, orientação sexual, sexualidade, raça/etnia e deficiência na Atenção Primária em Saúde”, com o intuito de contribuir para a formação da equipe do GAT1 e das/os trabalhadoras/es do SUS participantes, contando com 28 pessoas.

Os conteúdos discutidos nesses encontros foram, posteriormente, mobilizados nas vivências mensais realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), as quais tiveram como propósito conhecer e caracterizar os espaços de atuação das trabalhadoras em saúde na Atenção Primária. Além disso, como estratégia de implementação dos saberes, foi desenvolvida uma atividade educativa voltada para a segurança no trabalho, direcionada a uma Associação de catadores de resíduos no município de Arapiraca/AL, em parceria com o CEREST. Essa intervenção permitiu a

troca de saberes e a formalização de conhecimentos acerca das práticas de prevenção e promoção da saúde no ambiente de trabalho, reforçando o compromisso social e educativo do projeto, no contexto do território.

Atualmente, alguns pontos abordados durante esses momentos têm servido para uma discussão dessas temáticas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) que fazem parte do PET-Saúde Equidades, tendo sido realizado um seminário de sistematização com o GAT1, estando prevista uma reunião ampliada com as respectivas coordenações dos cursos participantes, numa abordagem interdisciplinar.

Resultados e Discussões

A formação de subgrupos para debater sobre as populações marginalizadas favoreceu o desenvolvimento da criticidade necessária para a criação de abordagens que contribuam para um atendimento mais humanizado, permitindo a ampliação do conhecimento acerca da atuação dos profissionais nos diferentes níveis de complexidade do SUS. Além disso, as discussões fortaleceram a formação de sujeitos com posturas que lutam contra os diferentes tipos de violências existentes, além de oferecer subsídios para a identificação e a denúncia de violências, tanto na sociedade quanto no atendimento à saúde, intervindo conforme as atribuições profissionais e organização dos serviços em rede.

O PET-Saúde Equidades mostrou-se um espaço potente de Educação em Saúde, que proporciona reflexões críticas acerca da valorização da vida de pessoas historicamente marginalizadas. Em se tratando da Educação Permanente, o projeto contribui para a formação de trabalhadoras em Enfermagem mais sensíveis às especificidades e demandas de diferentes públicos, promovendo práticas de cuidado integradas, inclusivas e pautadas na equidade. Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas favoreceram a desconstrução de estigmas e a construção de novos olhares sobre o cuidado em saúde e, especialmente, em Enfermagem.

As ações realizadas pelo GAT1 se caracterizaram pela troca de saberes, favorecendo reflexões acerca do cuidado aos diferentes sujeitos em suas diversas realidades, além da atuação profissional de modo interdisciplinar. Esse intercâmbio de vivências valoriza o saber popular, aproxima a teoria da sala de aula com a realidade social e promove a formação de trabalhadoras/es mais sensíveis às especificidades e necessidades da população adstrita.

Desse modo, a participação no PET-Saúde Equidades contribui, significativamente, para o fortalecimento do SUS através da formação de trabalhadoras/es capazes de atuar de forma crítica, reflexiva e comprometida com a melhoria das condições de vida da população, uma vez que, ainda na vida acadêmica, estes sujeitos estão sendo envolvidos com distintas realidades. Assim, compreende-se que as atividades desenvolvidas pelo GAT1 do PET-Saúde Equidades, em Arapiraca/AL, são relevantes para a formação de discentes, sobretudo da Enfermagem que está base do trabalho no SUS.

Conclusão

A participação no PET-Saúde Equidades promoveu a ampliação de conhecimentos sobre o funcionamento e as diretrizes do SUS, proporcionando reflexões críticas a respeito das desigualdades raciais e dos efeitos do racismo estrutural na saúde. O projeto incentivou a adoção de posturas profissionais antirracistas, ao tempo em que fomentou debates sobre as demandas e

vulnerabilidades da população LGBTQIAPN+ e de Pessoas com Deficiência, contribuindo para a desconstrução de estigmas e para o fortalecimento da humanização entre os integrantes do grupo.

O PET-Saúde Equidades configura-se como um espaço formativo e de transformação social. Ao oportunizar aos discentes o exercício da cidadania e da responsabilidade social, o projeto contribui para a formação de futuras trabalhadoras do SUS, comprometidas com um cuidado integral, humanizado e democrático. As experiências vivenciadas ampliaram a percepção de acadêmicas/os sobre a importância da Educação em Saúde e da Educação Permanente, ressaltando o valor das práticas interdisciplinares e interprofissionais no cotidiano do SUS, favorecendo a consciência sobre o papel social da Enfermagem e sobre estratégias que qualificam o cuidado às pessoas em seus diferentes ambientes. As ações desenvolvidas contribuem para a preservação da vida em seus diferentes contextos, principalmente a partir do combate aos preconceitos, estigmas e lacunas sociais existentes.

Palavras-chave: PET-Saúde. Educação. Trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

- CHAVES RAMOS, T. M.; DE SOUZA COELHO, A. B.; DE OLIVERIA, V.; MILUSKA SUCA SALAS, M. Pet-Saúde em extensão como instrumento de sustentabilidade do enlace ensino-serviço comunidade”: um relato de experiência dos discentes extensionistas de odontologia. **Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 355-361, 2020. DOI: 10.5335/rfo.v24i3.9801.
- FURTADO, Monique de Sousa et al. Refletindo sobre a interdisciplinaridade na formação acadêmica através dos projetos de extensão. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, v. 4, esp., p. 1464-1470, 2010. DOI: 10.5205/reuol.1024-7809-2-LE.0403esp201048. ISSN 1981-8963.
- MORAIS, Fátima Raquel Rosado et al. A importância do PET-Saúde para a formação acadêmica do enfermeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3, pág. 541–551, novembro. 2012.
- SAMPAIO, Clarissa Silva et al. Fortalecendo a Atuação dos Profissionais do Programa Saúde na Escola: interface com o PET-Saúde. **REVISA**, [S. l.], v. 13, n. Esp1, p. 295–304, 2024.
- SANTOS, Tatiane da Silva; LIMA, Antonio Carlos Ferreira. Desafios da interdisciplinaridade no PET-Redes de Atenção Psicossocial e atuação da Enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 12, n. 5, p. 1493-1499, maio 2018.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

HANSENÍASE EM ALAGOAS ENTRE 2020-2024: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA

¹CARVALHO, Rodolfo Rodrigues de

¹SILVA, Rafaela Aquino

²GURGEL, Maria Amélia dos Santos Lemos

³SILVA, Francisca Maria Nunes da

¹Discentes do curso de Medicina da Universidade Federal de Alagoas.

²Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Pará.

³Doutorado em Linguística e Literatura/Análise do Discurso (PPGLL/UFAL).

rodolfo.carvalho@arapiraca.ufal.br

RESUMO SIMPLES

Introdução: A Hanseníase é uma doença infectocontagiosa de caráter crônico, com manifestações dermatoneurológicas e potencial incapacitante, que atinge todas as idades e ambos os sexos. Pode infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), embora poucos adoeçam (baixa patogenicidade). O agente etiológico é o *Mycobacterium leprae*. Em 2023, foram registrados 182.815 novos casos de hanseníase em todo mundo, 13,6% desses ocorrendo nas Américas. Desse percentual, mais de 90% dos casos foram concentrados no Brasil, posicionando este como o país com a maior carga da doença nas Américas e a segunda maior carga global. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico dos casos de hanseníase no estado de Alagoas, no período de 2020-2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo transversal quantitativo, no período de 2020 a 2024, com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). **Resultados:** No Estado de Alagoas ocorreram 1.721 casos novos, sendo observada oscilação ao longo dos anos, com pico em 2023, 471 casos, e 2020 o de menor, com 281 casos. Em todos os anos, a 1ª Região de Saúde destaca-se em relação ao número absoluto (583 casos), tendo o município de Maceió a maior incidência, com 396 dos casos. O perfil epidemiológico se apresentou da seguinte maneira: predomínio de homens (52%), faixa etária 40-59 anos (40,2%), autodeclarados pardos (65%), com apresentação clínica multibacilar (67%) e grau zero de incapacidade (47%). **Conclusão:** O expressivo aumento de casos (43,5%) em 2023, pós-pandemia do Covid-19, pode estar associado, entre outros fatores, à retomada dos serviços básicos de saúde e às campanhas públicas de detecção. O perfil predominante, homens e da forma multibacilar, reflete a média nacional. Além disso, em Alagoas, o grau de incapacidade ao diagnóstico (47%) ficou abaixo da média brasileira (53,6%). Estes aspectos reforçam a necessidade de estratégias regionais de combate à doença.

Palavras-chave: Hanseníase. Epidemiologia. Infectocontagiosa.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Análise da situação de saúde em Alagoas: ASIS 2023**. Maceió: Secretaria Estadual de Saude/AL, 2023. Disponível em: http://cidadao.saude.al.gov.br/wp-content/upload/2024/06/analise_da_situacao_de_saude_em_alagoas_asis_2023.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância em saúde. 5. ed. rev. e atual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_5ed_rev_atual.pdf.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Hanseníase**. [S. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/hanseníase>.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

IMPACTOS DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DE MONITORES DO EIXO DE SAÚDE COLETIVA

BERNARDINO, Victória Fortaleza¹
MELO, Hylka Karoline Cavalcante Santos²
SANTOS, João Elymário de Oliveira³
LEAL, Nathalia Dias⁴
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de⁵

¹Graduanda de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, victoria.bernardino@arapiraca.ufal.br;

²Graduanda de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

³Graduando de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁴Graduanda de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁵Mestre em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A Saúde Coletiva surge como um pilar na educação dos profissionais de saúde, visto que contempla dimensões que vão desde epidemiologia, ciências sociais e humanas, até o planejamento, políticas e gestão dos serviços de saúde. Dessa forma, o ensino de saúde coletiva tem papel fundamental para desenvolver um profissional com perfil crítico-reflexivo, humanista, que ultrapasse o modelo biomédico hegemônico, considerando o cuidado de forma holística. Diante desse cenário, a monitoria acadêmica é inserida como um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo o ensino de Saúde Coletiva. **Objetivo:** Vislumbrar a forma com a qual a prestação de monitorias em saúde coletiva pode engrandecer o desenvolvimento pessoal e profissional dos monitores. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência a partir das vivências e monitorias realizadas durante o período de outubro/2024 a abril/2025, tendo como base o projeto de monitoria “Monitoria: apoio e contribuições ao processo de Ensino - Aprendizagem em Saúde Coletiva” do curso de bacharelado em enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. **Resultados:** A monitoria em saúde coletiva proporcionou aos monitores uma ampliação da visão do sistema único de saúde, determinantes sociais de saúde e dos demais conteúdos trabalhados, fortalecendo o desejo de atuar na saúde pública como multiplicadores de boas práticas em saúde. Além de estimular o comprometimento com as atividades desempenhadas e o desenvolvimento de habilidades docentes, através da participação em conferências e tutorias, organização de conteúdos e didática, elaboração de materiais, e atendimento a alunos. A atuação em grupo foi um fator importante, instigando o trabalho colaborativo entre os monitores. **Conclusão:** Assim, a experiência de monitoria contribuiu para crescimento pessoal e profissional dos monitores,

ao promover um conhecimento mais aprofundado das temáticas de saúde coletiva, senso de responsabilidade e trabalho em equipe, habilidades imprescindível no exercício futuro da profissão de enfermagem.

Palavras-chave: Monitoria. Saúde Coletiva. Enfermagem.

REFERÊNCIA

NETO, João Agostinho et al. O ensino da saúde coletiva no Brasil: uma revisão integrativa. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 281-297, dez. 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E624. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46nspe6/281-297/>. Acesso em: 4 maio 2025.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

INTOXICAÇÕES POR AGROTÓXICOS DE USO EM SAÚDE PÚBLICA ENTRE AGENTES DE SAÚDE PÚBLICA NO NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 2020 E 2023

SILVA, Rafaela Aquino da¹

MACENA, Yasmin de Oliveira²

CARVALHO, Rodolfo Rodrigues de³

SILVA, Francisca Maria Nunes da⁴

GURGEL, Maria Amelia dos Santos Lemos⁵

¹ Graduanda do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca. E-mail: rafaela.aquino@arapiraca.ufal.br

² Graduanda do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca.

³ Graduando do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca.

⁴ Doutora em Linguística e Literatura e docente dos cursos de Medicina e Enfermagem na UFAL - *Campus* Arapiraca.

⁵ Mestre em Saúde Coletiva e docente do curso de Medicina na UFAL - *Campus* Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: No Brasil, os trabalhadores e a população em geral, estão submetidos ao uso intenso dos organofosforados. Entre os trabalhadores expostos, destacam-se os agentes de saúde pública, atuais agentes de combate a endemias (ACE), que há décadas são expostos a diferentes classes de agrotóxicos. Essa exposição contínua tem provocado processos recorrentes de adoecimento e morte, que tem se intensificado nos últimos anos. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico das intoxicações exógenas por agrotóxicos de uso em saúde pública entre ACE expostos ocupacionalmente, em circunstâncias de uso habitual, no nordeste brasileiro, no período de 2020 a 2023. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo, utilizando dados obtidos por meio do DATASUS/TABNET, no período de 2020- 2023. As variáveis estudadas foram: sexo, raça/cor, idade, notificações por estado nordestino e emissão da comunicação de acidente (CAT). **Resultados:** Entre 2020 e 2023, o nordeste registrou 226 notificações de intoxicação por agrotóxicos de uso em saúde pública, em contexto de uso ocupacional e habitual, sendo 139 (61,5%) entre ACE. O pico de casos ocorreu em 2023 (42%), e o menor número em 2020 (9). O sexo masculino foi predominante (32%). Em termos de raça/cor, predominou a parda (40%). A faixa etária dominante foi a de 40- 59 anos (32%), seguida pela de 20- 39 anos (63). Da região estudada, apenas Ceará, Paraíba e Bahia apresentaram notificações, com a Bahia concentrando o número de casos (62%), seguida por Ceará (37%). Em 108 casos, não houve emissão de CAT e em 23 essa variável foi ignorada. **Conclusão:** As notificações no período analisado foram predominantes em homens, pardos, de 40- 59 anos, com maior incidência na Bahia e baixa emissão

de CAT. A escassez de estudos sobre essa exposição reforça a necessidade de mais pesquisas sobre os riscos enfrentados por esses profissionais.

Palavras-chave: Agentes de combate a endemias. Agrotóxicos. Saúde pública.

REFERÊNCIAS

MEIRELLES, Luiz Claudio et al. Agentes de combate às endemias: uma população em risco no enfrentamento da Covid-19. **Série Informação para ação na Covid-19**. Disponível em: <https://encr.pw/cJRil>. Acesso em: 20 Mar. 2025.

SANTOS, Marcus Vinicius Corrêa dos et al. **Avaliação da qualidade do sono, biomarcadores de efeito e condições da exposição em guardas de endemias do estado do Rio de Janeiro expostos a agrotóxicos**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://encr.pw/UnUss>. Acesso em: 20 Mar. 2025.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

ISOLADOS PELO VÍRUS, CONECTADOS NO TRABALHO: O ENSINO REMOTO SUPERIOR E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE E NO TRABALHO DOS DOCENTES DA UFAL/CAMPUS ARAPIRACA

DIAS, Janielle de Araujo¹
CRUZ, Sabrina Ângela França Silva²
MAGALHÃES, Ana Paula Nogueira de²

¹ Enfermeira, Secretaria Municipal de Saúde. E-mail: janiellydias123@gmail.com

² Doutora, Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A pandemia de Covid-19, a maior crise sanitária dos últimos cem anos, impôs mudanças em toda a sociedade. No setor da educação, as universidades brasileiras estão entre as instituições de ensino que foram impactadas pela pandemia, com sérias repercussões para toda a comunidade acadêmica. O ensino remoto se deu como uma estratégia para manter as atividades acadêmicas, entretanto, sem tempo para planejamento e preparação prévia dos trabalhadores envolvidos nesse processo (DA SILVA BERNARDO; MAIA, BRIDI, 2020). Com isso, docentes passaram a trabalhar em tempo integral na própria casa, expostos às condições de trabalho improvisadas e às jornadas extenuantes (SOUZA et al., 2021). O trabalho remoto, sendo desenvolvido no ambiente doméstico, acabou por sobrepor tarefas do âmbito privado e da rotina da casa, com os filhos e outros familiares. Essa nova realidade imposta gerou sobrecarga de trabalho e estresse, afetando a saúde mental dos docentes e levando ao desenvolvimento de transtornos mentais, como a ansiedade e a depressão.

Objetivo

Descrever as implicações do ensino remoto na saúde e no trabalho dos docentes da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, durante a pandemia de COVID-19.

Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico do tipo transversal, realizado com docentes da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. Foi considerado como critério de inclusão, ser docente ativo e trabalhar na sede do Campus Arapiraca. A pesquisa foi conduzida utilizando-se formulário eletrônico aplicado por meio do Google Forms, contendo questões relacionadas às características dos docentes, da instituição de ensino e do processo de trabalho. Quanto ao tratamento estatístico, as variáveis foram analisadas por meio da distribuição de frequências e de medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio-padrão). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob parecer de número 5.163.241.

Resultados e Discussão

Do total de 291 docentes convidados a participar do estudo, 81 responderam ao instrumento de pesquisa, representando uma taxa de resposta de 27,8%. A média de idade de 41,59 anos (dp: +- 7,11 anos) e houve predomínio do gênero masculino entre os participantes do estudo, com 56,79% (n=46). Em relação à escolaridade, 59,26% (n=48) dos docentes tinham doutorado, 20,99% (n=17) tinham mestrado e 12,35% (n=10), pós-doutorado.

Possivelmente, o predomínio do gênero masculino entre os participantes do estudo ocorreu porque a sede do Campus Arapiraca é constituída sobretudo por docentes desse gênero. Entretanto, vale ressaltar que as implicações do ensino remoto foram sentidas especialmente entre as mulheres, visto que os impactos gerados pela pandemia de Covid-19 foram mais severos entre elas. Devido às desigualdades na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres foram impelidas a assumirem jornadas super extensas de trabalho e a laborarem mais dias na semana, principalmente aquelas que possuíam filhos (BRIDI; BEZERRA; ZANONI, 2020).

Verificou-se que, 27,50% (n=22) dos docentes eram do curso de Enfermagem, seguidos por professores dos cursos de Medicina, com 16,25% (n=13), Arquitetura e Urbanismo (11,25%; n=9), Biologia (8,75%; n=7), Matemática (7,50%; n=6), Agronomia e Zootecnia (5,00%; n=4), Física (5,00%; n=4), Administração Pública (5,00%; n=4), Pedagogia (3,75%; n=3), Letras (3,75%; n=3), Enfermagem e Medicina (2,50%; n=2), Biologia e Enfermagem (1,25%; n=1), Ciência da Computação (1,25%; n=1) e Química (1,25%; n=1).

Em relação à infecção por Covid-19, 55,56% (n=45) afirmaram que adoeceram por Covid-19 e 50,00% (n=40) relatam que perderam alguém querido (familiar ou amigo). Entre os docentes, 60,49% (n=49) relataram sentimentos negativos durante o ensino remoto, tais como cansaço, incapacidade, insegurança, falta de concentração, frustração, tristeza, vergonha e medo.

Durante a pandemia de Covid-19, os docentes vivenciaram o medo constante de serem infectados pelo novo coronavírus, pois os números de mortos cresciam diariamente e todo esse contexto de insegurança, o medo da morte e de perder um familiar ou alguém querido trouxeram consequências para a saúde desses profissionais. No estudo de Netto et al., (2021) os autores afirmam que o contexto da pandemia alterou a vida psíquica da população, conduzindo ao aparecimento ou ao aumento do adoecimento mental, a exemplo dos transtornos compulsivos, síndrome de burnout, transtorno de estresse pós-traumático e, principalmente, transtornos ansiosos e depressão.

Mais da metade dos docentes sentiu que houve diminuição do seu desempenho como professor (65,82%; n=52) e se sentiu entristecido pela falta de contato pessoal com os colegas de trabalho e estudantes (86,25%; n=69). Sobre as necessidades de adequar um local na sua casa para realizar o trabalho remoto, 78,75% (n=63) afirmaram que tiveram que fazer adaptações em casa para trabalhar.

Outrossim, além das questões pessoais, os docentes tiveram um agravante a mais durante a pandemia, que foram os sentimentos gerados devido ao afastamento das aulas presenciais. O

presente estudo aponta que mais da metade dos docentes tiveram sentimentos negativos, tais como cansaço, incapacidade, insegurança, falta de concentração, frustração, tristeza, vergonha e medo. Segundo Freitas et al. (2021) no que se refere à depressão, à ansiedade e ao estresse, essas patologias têm se agravado no período da pandemia da COVID-19. Os professores tiveram que reinventar a forma de ensinar, considerando o exercício do trabalho remoto, que evidenciou a precarização da atividade docente, com aumento da carga horária on-line involuntária, já que houve a necessidade de o docente estar conectado e envolvido com suas atividades por um período de tempo muito maior e sem remuneração prevista. Freitas et al. (2021) também afirmam que a ansiedade pode estar associada à relação da pessoa com o ambiente ameaçador em que ela está inserida e é provocada por um aumento inesperado ou previsto de tensão ou desprazer.

Para realizar o trabalho remoto, 50,61% (n=41) dos professores tiveram que comprar roteador, pacote de internet mais veloz, computador/notebook, materiais para escritório, impressora e monitor. Em instrução normativa de nº 65 (BRASIL, 2020), emitida pelo Ministério da Economia em 30 de julho de 2020, cabe aos trabalhadores de instituições públicas federais, providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições. Desse modo, além dos desafios impostos pela falta de preparo para o ensino remoto e da separação entre o ambiente de trabalho e as atividades domésticas, os professores tiveram que arcar, com seus próprios recursos, os equipamentos necessários para ministrar aulas e outras atividades acadêmicas por meio do ensino remoto.

Em relação à presença de diagnóstico médico de ansiedade e/ou depressão realizado durante a pandemia de Covid-19, 15,11% (n=12) dos professores afirmaram que receberam esse diagnóstico. Dentre os professores participantes da pesquisa, 26,25% (n=21) fizeram acompanhamento psicológico e 17,50% (n=14) fizeram acompanhamento psiquiátrico durante a pandemia. Uma pessoa relatou que não teve acesso ao tratamento psiquiátrico. Em relação ao uso de medicamentos para tratar a ansiedade e/ou depressão, 22,50% (n=18) dos professores relataram que faziam uso desses medicamentos.

Além das questões financeiras e emocionais, 27,16% dos docentes (n=22) apresentaram dores musculares, cefaleia, insônia e má postura; 18,52% (n=15) apresentaram cansaço excessivo, aumento/perda de peso, insônia e varizes. Além das consequências para a saúde mental dos docentes, o trabalho remoto também trouxe implicações para a saúde física desses professores, em especial para o sistema musculoesquelético. Em pesquisa realizada com docentes do Instituto Federal Catarinense (GUIMARÃES et al., 2022) para avaliar os sintomas osteomusculares e os riscos ergonômicos do ambiente de trabalho remoto, a prevalência de dor entre os professores foi de 94,7%, e as regiões mais frequentes foram o pescoço, a coluna lombar e o ombro direito. Os principais riscos observados foram: sobrecarga mental (estresse), mesa de trabalho e monitor inadequados. Em pesquisa realizada com 389 docentes de um Centro Universitário do interior de Minas Gerais (MATTOS et al., 2021), a principal queixa osteomuscular dos docentes estava localizada na região das costas, enquanto a queixa menos frequente foi o formigamento nos cotovelos. Observou-se também que, diante das queixas osteomusculares dos últimos 12 meses, os distúrbios osteomusculares localizados na parte inferior das costas foram os que mais fizeram os docentes a buscarem atendimento com profissionais de saúde.

Conclusão

Os resultados deste estudo evidenciam que o ensino remoto imposto pela pandemia de COVID-19 trouxe profundas implicações na saúde física, mental e nas condições de trabalho dos docentes da UFAL – Campus Arapiraca. Com o ensino remoto, a divisão entre o trabalho docente e a vida doméstica deixaram de existir, levando à sobrecarga de trabalho e a outras consequências. Destacam-se o sofrimento emocional, o adoecimento físico e a necessidade de adaptações

estruturais e tecnológicas para o exercício da docência. Tais implicações reforçam a importância de políticas institucionais de apoio à saúde mental e às condições de trabalho dos docentes.

Palavras-chave: Saúde Mental. Ensino Remoto. Pandemia de COVID-19.

Protocolo Comitê de Ética: Número do Parecer: 5.163.241; CAAE: 51744321.1.0000.5013.

REFERÊNCIAS

BRIDI, M. A.; BEZERRA, G. U.; ZANONI, A. P. O trabalho remoto e as condições das mulheres no contexto da pandemia Covid-19. *Remir Trabalho*, 2020

DA SILVA BERNARDO, K. A.; MAIA, F. L.; BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia Covid-19. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 8, n. 14, p. 8–39, 2020.

FREITAS, R. F.; RAMOS, D. S.; FREITAS, T. F.; SOUZA, G. R. de; PEREIRA, É. J.; LESSA, A. do C. Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 283–292, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000348>. Acesso em: 8 maio 2025.

GUIMARÃES, B.; CHIMENEZ, T.; MUNHOZ, D.; MINIKOVSKI, H. Pandemia de COVID-19 e as atividades de ensino remotas: riscos ergonômicos e sintomas musculoesqueléticos dos docentes do Instituto Federal Catarinense. *Fisioterapia em Pesquisa*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 96–102, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-2950/21020229012022PT>. Acesso em: 8 maio 2025.

MATTOS, J. G. S. de; CASTRO, S. de S.; MELO, L. B. L. de; SANTANA, L. C.; FERREIRA, L. A. Dores osteomusculares e o estresse percebido por docentes durante a pandemia da COVID-19. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 6, p. e25110615447, 2021.

NETTO, T. S. et al. COVID-19—Alterando a vida das pessoas em diversos âmbitos COVID-19-changing people's lives in several areas. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 10, p. 96207-96224, 2021.

SOUZA, K. R. de et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trabalho, Educação e Saúde*, [S. l.], v. 19, e00309141, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309>. Acesso em: 8 maio 2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

MANEJO DE PACIENTE VASCULAR COM LESÃO VENOSA EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTANA, Maria Flávia Oliveira de¹
SILVA, Letícia Guedes Canuto Da²
RÊGO, Emily Cristina Brandão³
SILVA, Luana Prissila Caetano⁴
ADRIÃO DOS SANTOS, Adriana Maria⁵
CRUZ, Ingrid Louise Vieira Vera⁶

¹ Discente de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Brasil. maria.santana@arapiraca.ufal.br;

² Discente de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Brasil;

³ Discente de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Brasil;

⁴ Graduada em Enfermagem - UFAL, Especialista em Vigilância em Saúde e Epidemiologia - UFAL, Graduada em Ciências Biológicas - Uenal;

⁵ Enfermeira, Graduada pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Ac. Simões, Coordenação de Enfermagem na UPA 24h Noel Macedo;

⁶ Professora substituta no curso de enfermagem - UFAL, campus Arapiraca. Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-graduada em Saúde e Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Pós-graduada em Enfermagem em UTI pela Faveni.

RESUMO SIMPLES

Introdução: Tromboembolismo venoso (TEV) é o termo empregado para designar duas doenças, a trombose venosa profunda (TVP) e a embolia pulmonar (EP). Diversas doenças podem ser a base da formação de úlcera, as principais causas de úlceras crônicas dos membros inferiores são as doenças vasculares, e cerca de 70% delas são devidas a problemas venosos, caracterizando a chamada úlcera venosa, que são lesões cutâneas crônicas resultantes da insuficiência venosa crônica (IVC). **Objetivo:** Descrever o manejo de paciente com patologia vascular e úlcera venosa em ambiente de pronto atendimento em Arapiraca, Alagoas. **Metodologia:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência obtida durante a vivência prática de estágio obrigatório, do Curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **Resultados:** O cuidado ao paciente com TVP e úlceras venosas em ambiente de pronto atendimento deve ser pautado na avaliação rigorosa da perfusão tecidual, no manejo adequado da dor e na prevenção de complicações infecciosas. Tão logo, a presença de casos como este nas urgências fornece indicador negativo na linha de cuidado e na prevenção de agravos crônicos. A continuidade do cuidado depende da articulação em rede que deságua na regulação de leitos para garantir a integralidade. No entanto, esse processo, embora baseado na equidade, configura-se como um gargalo assistencial que

pode comprometer o acesso e a evolução clínica do paciente, especialmente em unidades com limitações, como a UPA. **Conclusão:** A experiência evidenciou desafios significativos para a adequada evolução clínica do paciente, seja pela escassez de recursos voltados ao tratamento da lesão, seja pela morosidade no processo de regulação. Destacando-se a importância da autonomia da enfermagem no manejo qualificado de lesões vasculares e na identificação precoce de complicações, aspectos essenciais para garantir um cuidado seguro e resolutivo.

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Trombose venosa profunda. Úlcera venosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para Diagnóstico e Tratamento da Insuficiência Venosa Crônica. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAMPOS, Maria Genilde das Chagas Araújo et al. Feridas Complexas e Estomias: aspectos preventivos e manejo clínico. João Pessoa: Ideia, 2016.

SBACV-SP. Úlcera Venosa. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – Regional São Paulo. Disponível em: <<https://sbacvsp.com.br/ulcera-venosa/>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. Brunner & Suddarth Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

ABBADE, L. P. F.; LASTÓRIA, S.. Abordagem de pacientes com úlcera da perna de etiologia venosa. Anais Brasileiros de Dermatologia, v. 81, n. 6, p. 509–522, nov. 2006.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

MANEJO DE PACIENTE COM ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO ISQUÊMICO EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA, Letícia Guedes Canuto da¹
SANTANA, Maria Flávia Oliveira de²
SILVA, Luana Prissila Caetano³
ADRIÃO DOS SANTOS, Adriana Maria⁴
CRUZ, Ingrid Louise Vieira Vera⁵

¹ Discente de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. E-mail: leticia.canuto@arapiraca.ufal.br;

² Discente de Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca;

³ Graduada em Enfermagem - UFAL, Especialista em Vigilância em Saúde e Epidemiologia - UFAL, Graduada em Ciências Biológicas - Uneal;

⁴ Enfermeira, Graduada pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Ac. Simões, Coordenação de Enfermagem na UPA 24h Noel Macedo;

⁵ Professora substituta no curso de enfermagem - UFAL, campus Arapiraca. Enfermeira graduada pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-graduada em Saúde e Ambiente pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Pós-graduada em Enfermagem em UTI pela Faveni.

RESUMO SIMPLES

Introdução: O acidente vascular encefálico isquêmico (AVEi) é uma condição neurológica grave que ocorre devido à interrupção do fluxo sanguíneo cerebral, geralmente causada por obstrução arterial. Crescente em países em desenvolvimento devido ao envelhecimento populacional e ao aumento da prevalência de fatores de risco modificáveis. **Objetivo:** Descrever o manejo de enfermagem frente ao atendimento ao paciente com AVEi, em Unidade de Pronto Atendimento (UPA). **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, obtido durante o estágio curricular realizado em UPA, em Arapiraca, Alagoas. **Resultados:** A consulta de enfermagem em área verde compreendeu anamnese, exame físico geral, monitoramento diário dos sinais vitais e registro completo em prontuário, assegurando a continuidade do cuidado e contribuindo para a prevenção de complicações. Foram prestadas orientações detalhadas ao paciente e à família com atenção especial aos riscos decorrentes do déficit neurológico. Nos casos de AVEi, a janela terapêutica para intervenções como trombólise ou trombectomia, é bastante restrita. Sendo esta definidora ao acesso a terapias de urgência em neurologia, comprometendo significativamente o prognóstico. Nesse contexto, UPA se configura como porta de entrada estratégica para a identificação precoce e o encaminhamento oportuno via regulação de leitos, etapa decisiva para garantir a integralidade do cuidado e a chance de intervenções terapêuticas especializadas.

Conclusão: A experiência no manejo de pacientes com AVEi em ambiente de urgência evidenciou a importância de uma atuação sistematizada, guiada por protocolos clínicos e diretrizes atualizadas, possibilitando a aplicação integrada de conhecimentos teóricos na prática assistencial. Destacando-se, assim, o papel estratégico da enfermagem, tanto na detecção precoce de alterações clínicas quanto na execução de intervenções imediatas. A atuação qualificada contribui para a estabilização do quadro e para a regulação oportuna, aspectos decisivos na redução da morbimortalidade por AVEi e na efetivação de um cuidado seguro, resolutivo e articulado em rede.

Palavras-chave: Acidente Vascular Encefálico isquêmico. Assistência de Enfermagem. Redução da morbimortalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/resumidos/pcdt-resumido-avc.pdf>

CHEEVER, KERRY H; HINKLE, JANICE L. BRUNNER E SUDDARTH: Tratado de enfermagem médico cirúrgica, volumes 1 e 2. Tradução Patrícia Lydie Voeux et al.. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

HOSPITAL DO CORAÇÃO DE SÃO PAULO. Protocolo de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCI). São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.hcor.com.br/wp-content/uploads/2024/05/hcor_protocolo_de_acidente_vascular_cerebral_isquemico.pdf

MORAES, Mariana de Almeida et al.. Mortalidade por acidente vascular cerebral isquêmico e tempo de chegada a hospital: análise dos primeiros 90 dias. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/z97g7Vqn3fgYygZngz3YV7S/?format=pdf&lang=pt>

NUNES, Denyse Lemos de Sousa; FONTES, Wemerson dos Santos; LIMA, Maria Alzete de. Cuidado de enfermagem ao paciente vítima de acidente vascular encefálico. Revista Brasileira de Ciências da Saúde. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/883066/cuidado-de-enfermagem.pdf>

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

MATERIAIS RECICLÁVEIS NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA, Maria Sheyla Pereira¹
ARAÚJO, Maria Valteisa Firmino²
Neto, José Nazário Viana³
SANTOS, Steffany Camilly de Oliveira⁴
CORREIA, Larissa Tenório Andrade⁵
DIAS, Renise Bastos Farias⁶

¹Granduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas – UFAL (maria.sheila@arapiraca.Ufal.br);

²⁻⁴ Granduandos em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas – UFAL;

⁵⁻⁶ Docentes do curso em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A primeira infância é um período muito importante para o desenvolvimento mental, emocional e de socialização da criança. É fundamental estimular a criança nessa fase para favorecer uma relação interativa na infância, adolescência e na vida adulta. Assistir e acompanhar a avaliação do desenvolvimento infantil proporciona o reconhecimento do ritmo individual de cada criança como também facilita o crescimento saudável, contribuindo para o pleno potencial (Ministério da Saúde, 2012).

O desenvolvimento infantil é um processo complexo e contínuo, influenciado por fatores genéticos, ambientais, comportamentais e sociais. No cenário das atividades práticas em enfermagem é primordial analisar as variedades de comportamentos do desenvolvimento como: motor; cognitivo; de linguagem; emocional e social, essas áreas são fundamentais para compreender as particularidades do desenvolvimento de cada criança. Oferecer uma avaliação através dos brinquedos educativos para as crianças é descobrir fatores peculiares que se almejam ao longo do desenvolvimento (Munhoz *et al.*, 2022).

As atividades realizadas para avaliar o desenvolvimento infantil possibilitam constatar precocemente prováveis atrasos ou alterações no desenvolvimento, possibilitando intervenções oportunas e encaminhamentos para serviços especializados quando necessário. Além disso, os profissionais têm o papel de orientar os pais ou responsáveis quando os parâmetros esperados para cada faixa etária. Durante a avaliação, é essencial oferecer ambiente acolhedor e integral (Gomes; Almeida 2023).

A utilização de estratégias lúdicas, como brinquedos confeccionados com materiais recicláveis são instrumentos acessíveis e eficazes no processo de avaliação do desenvolvimento infantil. Além disso, a reutilização e a reciclagem são práticas que ajudam a reduzir os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado de resíduos. A reciclagem, por sua vez, é o ato de aproveitar os resíduos reutilizáveis para fabricar novos produtos de forma sustentável (Silva; Cafê 2019).

A partir deste entendimento, o presente estudo busca relatar a experiência de discentes de enfermagem no uso de materiais recicláveis na avaliação do desenvolvimento infantil. A Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Criança, possui o projeto de extensão: “Produção de Instrumentos de Avaliação do Desenvolvimento Infantil a Partir de Materiais Recicláveis” que visa além da confecção dos instrumentos, oferecer uma avaliação precisa e interativa entre as crianças no intuito de promover autonomia, empoderamento e a capacidade funcional dos mesmos. Assim, este relato visa divulgar a importância da utilização de estratégias lúdicas com materiais recicláveis como ferramenta eficaz na avaliação do desenvolvimento infantil.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo exploratório qualitativo, do tipo relato de experiência, que descreve vivência prática de discentes do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - UFAL - *Campus* Arapiraca, da Liga Acadêmica de Enfermagem em Saúde da Criança - LAESC, durante sua participação na Mostra Científica “Conectando Mentes Brilhantes: Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em Movimento”, ocorrido no shopping de Arapiraca em 29 de março de 2025, promovido pela UFAL.

O evento foi realizado das 10h às 20h, com o objetivo de promover a ciência, a tecnologia e a inovação junto à comunidade. O evento atraiu um público diversificado, incluindo crianças, adolescentes e adultos. A escolha da temática contribuiu significativamente para atrair o público-alvo.

A LAESC foi fundada em março de 2023, por acadêmicos do curso de Enfermagem da UFAL, *Campus* Arapiraca, sob orientação da Prof. Dra. Renise Dias, docente do curso de Enfermagem. Atua de forma integrada nos três pilares do ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas ações de extensão, destaca-se a “Produção de Instrumentos de Avaliação do Desenvolvimento Infantil a Partir de Materiais Recicláveis”, que visa oferecer recursos lúdicos, práticos e sustentáveis para avaliação do desenvolvimento infantil.

Resultados e Discussão

A mostra científica foi organizada por dois docentes da UFAL: o coordenador de pesquisa do *Campus* Arapiraca e o outro, é tutor do Programa Educação Tutorial (PET) de Química. O evento aconteceu em um único dia, com o objetivo de ampliar o acesso às ações públicas e gratuitas de divulgação, despertando o interesse de crianças, jovens e adultos. A atividade da LAESC no evento atraiu principalmente crianças acompanhadas por pais ou responsáveis.

Foram utilizados oito brinquedos confeccionados com materiais recicláveis, entre eles: o labirinto redondo (feito com caixa de pizza, bolinha de desodorante roll-on, palito de picolé e cola de silicone); Disco com prendedor de roupa colorido (papelão, tintas coloridas e pregadores); e o bilboquê (garrafa pet, barbante e rolha), entre outros. Os brinquedos recicláveis ajudam na avaliação do desenvolvimento infantil, estimulam funções motoras e cognitivas e ainda promovem a sustentabilidade num ambiente lúdico e acolhedor (Tibúrcio *et al.*, 2019).

Durante a ação, observou-se que os brinquedos educativos despertaram o interesse e a interação entre as crianças demonstrando habilidades como identificação das cores, coordenação motora rápida, boa associação de pares. Além disso, a atividade promoveu a estimulação visual e auditiva. A atividade mostrou-se eficaz, acessível e importante para as crianças. Segundo os autores Munhoz, *et al.* (2022) a ação do brincar é essencial para o progresso do desenvolvimento infantil,

além de ser a parte ativa, agradável e interativa. Estimular o desenvolvimento físico, cognitivo, criativo e social da criança, potencializa o desenvolvimento da atenção, paciência e concentração.

O projeto de extensão promovido pela liga acadêmica tem o intuito de incentivar a educação ambiental, potencializando a avaliação infantil, especialmente em contexto de poucos recursos financeiros. Além disso, promove a interação da criança com o ambiente contribuindo para a boa convivência com outras crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos, possibilitando assim, um convívio mais social e ambiental (Silva; Cafê 2019).

Durante a avaliação, o entusiasmo das crianças foi evidente diante dos brinquedos, apresentaram grande interesse, satisfação e encantamento com a atividade, chegando a repetir mais de uma vez. Outro aspecto relevante, foi a reação dos pais e responsáveis, que demonstraram surpresa ao notarem que os brinquedos eram feitos com materiais recicláveis simples. Muitos desconheciam essa possibilidade e mostraram interesse em reproduzi-la em casa, reconhecendo os benefícios tanto para o desenvolvimento infantil quanto para a preservação ambiental.

Conclusão

A utilização de materiais recicláveis na avaliação do desenvolvimento infantil mostrou-se uma prática eficaz, criativa e de caráter educativo. A atividade promoveu o engajamento ativo das crianças, estimulando habilidades cognitivas, motoras e sociais por meio da interação lúdica. Nesse contexto, consolidou-se como uma estratégia de baixo custo e fácil a aplicação, a estratégia pode ser adaptada e reproduzida no ambiente familiar. Além de incentivar a sustentabilidade e contribuir para a redução dos impactos ambientais, a ação também se mostrou eficaz na promoção do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Materiais Recicláveis; Avaliação; Desenvolvimento Infantil.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, no 33). ISBN 978-85-334-1970-4.
- GOMES, Luciana Rodrigues Brasil Palheta; ALMEIDA, Luciana Borges. Jogos e Brinquedos: o uso de materiais recicláveis nas brincadeiras para crianças internadas em tratamento de saúde. **Rev. Contemporânea**, vol 3, n. 12. 2023. Disponível em: DOI: 10.56083/RCV3N12-322. Acesso em: 25 abr. 2025.
- MUNHOZ, Tiago N. et al. Fatores associados ao desenvolvimento infantil em crianças brasileiras. **Rev. Cad. Saúde pública**, vol 32, n. 2. 2022. Disponível em: [https://doi: 10.1590/0102-311X00316920](https://doi.org/10.1590/0102-311X00316920). Acesso em: 24 abr. 2025.
- TIBÚRCIO, Nadiana Maria da Silva. et al. Ressignificando objetos: a importância da confecção de brinquedos com materiais recicláveis no processo de desenvolvimento infantil. **Rev. Humanidade e inovação**, v. 6, n. 2. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/966/838>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- SILVA, Natália Juvelina; CAFÊ, Laércio de Jesus. A importância do material reciclável na educação infantil. **Rev. Intercursos**, vol. 18, n. 1. 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/view/4291/2385>. Acesso em: 24 abr. 2025.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

MATERNAGEM EM CRISE: ADAPTAÇÕES DE MÃES ENFERMEIRAS NA PANDEMIA DE COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DE ROY

RIOS, Anne Grazyelle Cunha¹
DANTAS, Gabriel Agostinho²
BARROS, Rwizziane Kalley Pessoa de³
COSTA, Amanda Santos⁴
CRUZ, Sabrina Ângela França da Silva⁵
FARIAS, Karol Firemann de⁶

¹ Universidade Federal de Alagoas, grazyelleanne19@gmail.com;

² Universidade Federal de Alagoas;

³ Secretaria Municipal de Saúde de Arapiraca;

⁴ Secretaria Municipal de Saúde de Arapiraca;

⁵ Universidade Federal de Alagoas;

⁶ Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A maternagem, profundamente relacionada ao trabalho e à dinâmica familiar, manifesta-se de forma desigual para mulheres trabalhadoras, especialmente as mães enfermeiras. A pandemia de COVID-19 intensificou essas desigualdades, gerando estresse, sobrecarga, sofrimento emocional e escasso suporte. Este estudo analisou os impactos da pandemia no cuidado materno e familiar dessas profissionais, à luz do Modelo de Adaptação de Roy. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, desenvolvida no âmbito do grupo PET-Saúde: Equidade. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os descritores “maternidade”, “maternagem” e “enfermagem”. Foram incluídos artigos originais completos, publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. A análise temática permitiu identificar padrões sobre os efeitos da pandemia na vivência da maternagem e nas estratégias adaptativas adotadas. **Resultados:** Os resultados revelaram que a pandemia agravou a sobrecarga imposta pela tripla jornada — profissional, doméstica e materna —, com repercussões no bem-estar físico e mental. Estressores como medo de contaminação, acúmulo de tarefas e isolamento social exigiram das enfermeiras estratégias de adaptação para preservar o equilíbrio físico, emocional e social. A reorganização da rotina, a intensificação da dependência de redes de apoio e a ressignificação do vínculo materno foram recursos mobilizados diante da crise. **Conclusão:** As mães enfermeiras buscaram, de forma constante, estratégias de enfrentamento frente às pressões da pandemia, evidenciando a urgência de políticas públicas e institucionais que reconheçam e respondam às especificidades dessas profissionais. Os achados reforçam a importância de ações de cuidado integradas e sensíveis às múltiplas dimensões da vida das mães enfermeiras, visando à promoção de seu bem-estar e à qualidade do cuidado prestado em contextos adversos.

Palavras-chave: Maternagem. Enfermagem. Pandemia de COVID-19.

Protocolo Comitê de Ética: Não se aplica.

Apoio Financeiro: Não se aplica.

REFERÊNCIAS

CARLOS, D. M. et al.. THE DIALOGICAL EXPERIENCE OF BEING A MOTHER OF A CHILD AND A NURSE IN THE COVID-19 PANDEMIC. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, p. e20200329, 2020.

DE MENDONCA, Maria Collier. MATERNIDADE E MATERNAGEM: OS ASSUNTOS PENDENTES DO FEMINISMO. **Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades**, v. 31, n. 1, 2021.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO II - “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

MEMÓRIA E ARQUIVO: EFEITOS DE SENTIDO NA HISTÓRIA DE UM CURSO DE ENFERMAGEM

SANTOS, Ellen Morgana Nunes¹

SILVA, Maria Sophia de Lima²

SANTOS, Cristian Luan dos³

SILVA, Marllon Nascimento da⁴

ERICSON, Sóstenes⁵

¹ Acadêmico(a) do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, ellen.santos@arapiraca.ufal.br;

²⁻⁴ Acadêmico(a) do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁵ Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Este trabalho parte dos pressupostos teóricos da Análise materialista do Discurso, inaugurada na França a partir dos estudos de Pêcheux (2011), para quem o discurso não se configura como simples transmissão de informações, tampouco se origina do psiquismo individual do falante. Conforme Florêncio et al. (2009), o discurso “não se confunde com a língua, nem com a fala, nem com o texto” (p. 26). Para os referidos autores, o discurso é produzido socialmente, situado em um momento histórico específico, com a finalidade de responder às demandas das relações sociais e, por isso, carrega as marcas históricas e ideológicas dessas relações.

Segundo Pêcheux (2008), o discurso é um acontecimento que articula uma atualidade a uma rede de memória. por esta razão, Orlandi (2015) considera que a Análise do Discurso busca compreender a língua enquanto trabalho simbólico, que integra o trabalho social mais amplo, constituindo o sujeito e sua história. Segundo Amaral (2007), uma análise do discurso implica em descrever e interpretar o funcionamento discursivo. Deve haver, portanto, “uma mediação na relação linguagem/pensamento/mundo que se materializa pela interpretação [...] e que se liga, teoricamente, ao funcionamento da ideologia” (Orlandi, 2015, p. 26).

Para a análise de uma materialidade discursiva, são mobilizados dispositivos teóricos, como implícitos e silenciamentos, e construídos dispositivos analíticos, que possibilitam apreender as condições de produção do discurso. Conforme Pêcheux e Fuchs (1997), tais condições abrangem tanto os aspectos concretos da situação de enunciação (sentido estrito), quanto os elementos sócio-históricos que determinam o dizer (sentido amplo). Nessa perspectiva, o discurso é um objeto sócio-histórico que relaciona língua e ideologia, produzindo sentidos para os sujeitos. Ele é uma representação do real e reflete as condições de identificação do sujeito singular, socialmente personificado (Amaral, 2007), inserido na formação social capitalista. Assim, o discurso expressa as dificuldades e possibilidades impostas a esse sujeito. Todavia, essa representação escapa ao discurso, e é a partir dela que são investigados os vestígios da exploração e expropriação do trabalho.

As sociedades, baseadas no antagonismo entre classes opressoras e oprimidas, veem no trabalho, que antes era atividade autônoma, uma mercadoria no contexto do capitalismo, alterando radicalmente a relação entre humanidade e natureza (Antunes, 2018). No discurso, a conversão do trabalho em mercadoria pode ser compreendida na análise de sentidos que, embora adormecidos, são despertados pela interpretação, apontando as formações discursivas às quais pertencem. Não se pode controlar os efeitos de sentido, e, devido à incompletude da linguagem, discurso e sujeito não estão encerrados em si mesmos. O discurso está sempre aberto a novas interpretações, oscilando entre o mesmo e o diferente, a paráfrase e a polissemia, a identificação e a resistência.

Por sua vez, no dizer de Orlandi (2003), o arquivo é compreendido como memória institucionalizada, estabilização e atestação de sentidos que produz um efeito de fechamento. É nesta perspectiva que situamos a relação memória e arquivo pela mediação do discurso, pondo em funcionamento as condições históricas da produção de sentidos no campo da Enfermagem. Para tanto, entendemos a mediação do discurso, abrindo possibilidade para interpretar, ao tempo em que pelo gesto de interpretação põe em relação o linguístico e o histórico. Tais noções serão aqui mobilizadas, enquanto entremeio na interface da História da Enfermagem com a Análise do Discurso, de onde se pretende analisar como o arquivo contribui na organização e atualização da memória discursiva do Curso de Enfermagem em Arapiraca/AL.

Objetivo

Contribuir para os estudos em História da Enfermagem a partir das noções discursivas de memória e arquivo, considerando as duas primeiras décadas do Curso de Enfermagem em Arapiraca/AL.

Metodologia

A produção de conhecimento, em diversas situações, ocorre em campos nos quais observamos o embate da luta entre capital e trabalho – questões de cunho social – isto é, os seres humanos experienciam situações que estão diretamente relacionadas à luta por sua sobrevivência e que fazem parte de sua cotidianidade, na relação vida-trabalho. Nessa perspectiva, trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, cujo recorte das materialidades de análise foi extraído de documentos oficiais e científicos ou de divulgação do Curso de Enfermagem da UFAL/*Campus* Arapiraca, disponíveis na coordenação do Curso e dispersos em ambiente virtual como sites, redes sociais, acervo pessoal, entre outros, a serem analisados segundo uma perspectiva discursiva materialista.

Sob este prisma, o cenário de pesquisa é composto pelo Curso de Enfermagem da UFAL/*Campus* Arapiraca. O referido curso foi implantado em 2006 através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, desde 2018, está instalado no Complexo de Ciências Médicas e de Enfermagem. O curso atualmente conta com um corpo docente composto por 29 professores, tendo em 2023.2 (nov.2023-abr.2024), 168 discentes matriculados/as e contabilizado 249 egressos/as. Quanto ao local da pesquisa, considera-se o *Campus* da Universidade Federal de Alagoas, uma vez que todas as atividades compreendidas nas etapas que compõem o estudo foram realizadas nesse espaço.

A perspectiva da Análise do Discurso Pecheutiana não trabalha com dados, mas com materialidades discursivas dispostas em formulações verbais e/ou imagéticas, que são selecionadas pelo analista e submetidas aos procedimentos de organização do *corpus* de análise. No presente estudo, as materialidades serão compostas por documentos de diferentes formatos que, uma vez identificados, serão sistematizados seguindo os procedimentos teórico-analíticos da Análise do Discurso e o método dialético, numa perspectiva materialista.

Resultados e Discussão

Até o momento, a pesquisa tem demonstrado a importância da memória discursiva e do arquivo na construção da História da Enfermagem e da identidade profissional, tendo em vista que os arquivos não apenas registram fatos históricos, mas também funcionam como mecanismos de legitimação de determinados discursos, ao mesmo tempo em que podem excluir ou marginalizar outras narrativas. Os resultados propõem maior destaque à memória discursiva e ao arquivo, como elementos teórico-analíticos insubstituíveis para a história e memória profissional da Enfermagem.

Dessa forma, identificou-se que os documentos institucionais, como Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) - 2006 e 2018, atas e relatórios institucionais, desempenham papel central na preservação da memória do curso. Contudo, determinados discursos, especialmente os que reforçam uma visão normativa e institucional da Enfermagem, são historicamente privilegiados, enquanto outros, como debates críticos sobre formação e exercício profissional, aparecem de forma secundária ou fragmentada.

Observou-se que os PPCs de 2006 e 2018 refletem transformações nos discursos sobre o ensino da Enfermagem, apontando uma mudança gradual de um modelo técnico-assistencialista para uma abordagem crítica e interdisciplinar. Entretanto, essa transição não é linear, pois elementos do discurso tradicional ainda estão presentes e se articulam com novas concepções pedagógicas e filosóficas.

Com isso, aponta-se que o discurso sobre Enfermagem, presente nos documentos analisados, tem passado por diferentes processos de legitimação, ao longo dessas duas décadas. A formalização do curso na UFAL/*Campus* Arapiraca foi acompanhada por um esforço de consolidação de um discurso institucional, que buscava alinhar a formação em Enfermagem às diretrizes nacionais de educação e saúde. No entanto, foram identificadas tensões entre a valorização da prática clínica e a necessidade de fortalecimento da pesquisa na Enfermagem.

Além disso, os resultados indicam a necessidade de ampliar a documentação sobre temas emergentes na Enfermagem, como a inserção de novas tecnologias no cuidado, as mudanças nas políticas de saúde e a diversificação dos campos de atuação do enfermeiro. Essa perspectiva pode subsidiar futuras pesquisas e fortalecer a construção de uma memória institucional mais inclusiva e representativa da complexidade da Enfermagem, enquanto campo do conhecimento e prática social.

Conclusão

Este estudo demonstra a importância do discurso enquanto prática social e histórica, que reflete e responde às demandas ideológicas e sociais de uma determinada época. Ao considerar o discurso como uma materialização simbólica de sentidos, que articula a memória e o arquivo, buscamos investigar como o Curso de Enfermagem da UFAL/*Campus* Arapiraca, ao longo de suas duas primeiras décadas, tem construído e atualizado sua memória discursiva.

A partir da análise, observamos que o arquivo, longe de ser apenas um repositório de registros, desempenha um papel fundamental na estabilização de determinados discursos, ao mesmo tempo em que silencia ou marginaliza outras vozes. Nesse sentido, os documentos oficiais do referido curso, como PPCs, atas e relatórios, materializam um processo de normalização do discurso, em que abordagens críticas e alternativas, especialmente no que se refere a questões de equidade racial e de gênero, dentre outras, são frequentemente omitidas.

Portanto, há necessidade de um olhar crítico sobre os arquivos e os discursos que eles perpetuam. Para que a História da Enfermagem possa ser compreendida de forma mais ampla e representativa, é fundamental problematizar os critérios de seleção e a natureza dos registros documentais, ampliando-os para contemplar a diversidade e a complexidade do referido campo. O trabalho contribui para os estudos em História da Enfermagem, ao evidenciar como a memória discursiva e o arquivo são instrumentos essenciais na formação do conhecimento e na constituição de identidades profissionais, refletindo as tensões ideológicas e históricas que marcam as práticas e os saberes da Enfermagem no Brasil.

Palavras-chave: Memória. Arquivo. História da Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Maria Virgínia Borges. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Edufal: Maceió, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e seus sentidos**. In: MENDES, René (Org.). Dicionário de saúde e segurança do trabalhador: conceitos, definições, história, cultura. Novo Hamburgo: Proteção Publicações Ltda, 2018.
- FLORENCIO, Ana M^a Gama; MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávia da; CAVALCANTE, M^a do Socorro Aguiar de. **Análise do Discurso**: fundamentos e prática. Maceió: Edufal, 2009.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OGUISSO, Taka (Org.). **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri/SP: Manole, 2007. Série Enfermagem.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas/SP: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni P. **Para uma enciclopédia sobre a cidade**. Campinas/SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: Estrutura ou acontecimento. 5. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso**: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 1997.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV- “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

MULTIMORBIDADES EM PACIENTE IDOSA À LUZ DA TEORIA DO CONFORTO DE KATHARINE KOLCABA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SILVA, Beatriz Gomes da¹
LEAL, Nathalia Dias²
SANTOS, Ana Caroline Melo dos³

¹Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, beatriz.gomes@arapiraca.ufal.br;

²Discente de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

³Doutora em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A multimorbidade refere-se à presença de múltiplas doenças crônicas em um único indivíduo. Com o aumento da expectativa de vida e a prevalência crescente das doenças crônicas, a multimorbidade tem se tornado um desafio comum, especialmente entre a população idosa. **Objetivo:** Descrever a experiência de cuidado a uma paciente idosa com multimorbidades à luz da teoria de conforto de Katharine Kolcaba. **Metodologia:** Este relato de experiência foi realizado durante visita domiciliar na prática profissional integrada (PPI) em uma Unidade Básica de Saúde, do município de Arapiraca/AL. A atividade ocorreu com a presença da agente comunitária de saúde e orientação docente, permitindo o acompanhamento de uma paciente idosa com multimorbidades, com foco na aplicação da Teoria do Conforto no cuidado ofertado. **Resultados:** A paciente idosa, com multimorbidades (hipertensão, artrite, artrose e labirintite), apresentava dificuldades significativas nas práticas de autocuidado e limitações físicas. A partir das necessidades identificadas, foi elaborado um plano de cuidados baseado na Teoria do Conforto de Katharine Kolcaba, que propõe um cuidado holístico centrado na promoção do conforto em três estados: alívio, tranquilidade e transcendência e em quatro contextos: físico, psicoespiritual, sociocultural e ambiental. Foram orientadas práticas que envolveram estratégias para a adesão ao uso da medicação, aumento da ingestão hídrica e atividades físicas leves, respeitando uma das maiores queixas da paciente, a presença de labirintite. A aplicação da teoria proporcionou maior segurança e conforto à paciente. Além disso, foi interessante conhecer e aplicar uma teoria de médio alcance nova, ampliando a percepção do cuidado de enfermagem como prática técnica e científica. **Conclusão:** A experiência evidenciou a importância de um cuidado integral para pacientes idosos com multimorbidades. A aplicação da Teoria do Conforto auxiliou na promoção do bem-estar, alívio da dor e segurança da paciente, possibilitando melhorias significativas na sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Multimorbidades. Enfermagem. Visita domiciliar.

REFERÊNCIAS

GUSMÃO, M. S. F. et al.. Multimorbidade em idosos comunitários: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 25, n. 1, p. e220115, 2022.

NUNES, Bruno Pereira. Multimorbidade em idosos: ocorrência, consequências e relação com a Estratégia Saúde da Família. Pelotas, 2015.

SILVA, D. A.; NASCIMENTO, S. S.. Teoria do conforto de Kolcaba no cuidado de enfermagem: uma revisão integrativa. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 946–969, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8065092. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/599>.

MARTINS, A. G.; SOUSA, P. P.; MARQUES, R. M.. Conforto: Contributo Teórico Para A Enfermagem. *Cogitare Enfermagem*, v. 27, p. e85214, 2022.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV- “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

O CUIDAR DE ENFERMAGEM À PESSOA COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA, DIABETES MELLITUS E DEPRESSÃO A LUZ DA TEORIA DE TIDAL MODEL

LEAL, Nathália Dias¹
SILVA, Beatriz Gomes da²
NASCIMENTO, Mariana³
SANTOS, Ana Caroline Melo dos⁴

¹ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, nathalia.leal@arapiraca.ufal.br;

² Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

³ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

⁴ Doutora em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Alagoas;

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

Ao longo dos anos, observou-se o crescente aumento na expectativa de vida, e alicerçado a isso é essencial uma ampliação dos serviços e de pesquisas direcionados ao atendimento das demandas de saúde mental do segmento idoso no Brasil. Assim como afirmado por Tortosa (2002), o processo de envelhecimento é uma condição inerente à natureza humana e as mudanças ocorrem, de maneira dinâmica, nos âmbitos biológico, psicológico e social do indivíduo, em função do tempo.

Segundo Aline P. et al. (2022), na população idosa, merecem destaque a área da saúde mental, atribuídos a eventos estressantes, presença de doenças, incapacidades e isolamento social. No presente relato de experiência, foi realizado visita domiciliar de enfermagem a uma paciente com diagnóstico de depressão moderada, com manifestações como isolamento social e tentativa de suicídio, ansiedade generalizada, Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus.

Saliento que a relação entre saúde mental e as doenças crônicas não transmissíveis caracteriza-se por uma dinâmica complexa e bidirecional, na qual a presença de condições crônicas aumenta a vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos mentais, enquanto pessoas com transtornos mentais estão mais suscetíveis ao surgimento ou agravamento de enfermidades crônicas, especialmente aquelas que possuem hábitos de vida não saudáveis, isolamento social e limitações no acesso aos serviços de saúde (Soares 2025; Botelho 2025).

Diante deste cenário, é de suma importância esclarecer o papel da equipe de enfermagem em saúde mental, visando instigar a discussão referente a assistência nesta área de atuação, o preparo da

equipe de enfermagem, e principalmente, a importância de uma conduta humanizada e acolhedora, livre de estigmatização e preconceito a uma pessoa em sofrimento psíquico.

Objetivo

Relatar a experiência da aplicação do cuidado a assistência de enfermagem prestada durante visita domiciliar a uma pessoa em sofrimento psíquico com doenças crônicas à luz da teoria de Tidal Model.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa. A visita domiciliar foi realizada durante o mês de Abril de 2025 em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) situada na cidade de Arapiraca no estado de Alagoas. Tal atividade foi solicitada como prática da disciplina de Gerência/assistência de enfermagem em saúde do adulto I, ministrada no curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca. A visita foi acompanhada por uma agente comunitária de saúde e pela docente responsável pela supervisão na respectiva UBS. Durante a prática foram coletados dados relacionados a anamnese e exame físico para estruturar as informações e consecutivamente construir um plano de cuidados individualizado e holístico de acordo com as necessidades da paciente. Foi utilizado como aporte teórico a teoria de Tidal Model, tem como abordagem de recuperação voltada para a saúde mental, consiste no respeito à história de vida de cada pessoa como primeiro passo para o enfrentamento de transtornos mentais.

Resultados e Discussão

Durante a visita domiciliar em conjunto com agente comunitário de saúde (ACS) da UBS, esteve presente a docente responsável pelo campo prático e um grupo de estudantes do curso de enfermagem do quinto período. A ACS relatou que a paciente/cliente idosa apresentava diagnóstico de depressão e outras doenças crônicas (hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus), e teria negado a visita da ACS durante aproximadamente um ano, e além disso, teria cometido tentativa de suicídio há poucos dias antes da presente visita, como resultado desse ato, a paciente se encontrava com queimaduras de primeiro e segundo grau.

Através de um resgate histórico a assistência de enfermagem em saúde mental, pode-se observar na literatura que é marcada pelo modelo médico disciplinador de sujeitos e de comunidades, no entanto, após a reforma psiquiátrica brasileira a atuação dessa categoria profissional também passou por reorganização e reorientação, aliada a perspectiva do cuidado em liberdade e humanizado, ampliação da compreensão dos transtornos mentais e das estratégias frente ao sofrimento psíquico.

Para a discussão do melhor direcionamento do cuidado a paciente da visita domiciliar, fomos guiados pela Teoria das Marés de Tidal Model, tendo como abordagem de recuperação voltada para a saúde mental, consiste no respeito à história de vida de cada pessoa como primeiro passo para o enfrentamento de transtornos mentais, pois somente após ouvir e compreender o indivíduo, o profissional de saúde pode desenvolver um plano de cuidado com intervenções que visem colaborar em sua recuperação (Olivia G. L. Silva, 2021). Assim sendo, ao realizar o atendimento a pessoas em sofrimento mental utilizando a Teoria das Marés, colabora-se com as práticas em saúde mental que viabilizam novas possibilidades de cuidado em que o sujeito é considerado em todas as suas dimensões.

Deste modo, a atuação de enfermagem voltou-se para a implementação do processo de enfermagem respeitando as limitações das informações fornecidas pela paciente, orientando o cuidado com as queimaduras e durante o banho. Além do aconselhamento e aplicação da escuta

acolhedora, durante a visita, foi possível a aplicação dos conhecimentos técnicos adaptados a uma realidade singular e, principalmente, desenvolver um cuidado integral a paciente, visando atender as necessidades apresentada pela mesma. Esse momento proporcionou uma importante reflexão sobre a importância da sensibilidade e da empatia no cuidado em saúde mental, permitindo, que enquanto futuros profissionais, compreende-se que escutar, acolher e respeitar o tempo e a dor do outro, são atitudes fundamentais para uma prática verdadeiramente humanizada.

Conclusão

É evidenciado que a atuação de enfermagem em saúde mental está direcionada na promoção da saúde mental, na prevenção do sofrimento psíquico, no cuidado ao paciente com quadro característico de transtornos ou sofrimentos mentais auxiliando-o a enfrentar as pressões do seu estado mental e na capacidade de assistir ao paciente, à família e à comunidade, ajudando-os a encontrarem o verdadeiro sentido durante esse processo singular de adoecimento.

Diante disso, o presente relato evidenciou a importância da abordagem multidisciplinar, do vínculo com a equipe de atenção primária e do cuidado individualizado em situações de risco psicossocial. Além disso, buscou valorizar o papel do processo de enfermagem adaptado à realidade encontrada, respeitando os limites impostos pela própria paciente e garantindo a preservação de sua dignidade e autonomia. Além disso, a escuta acolhedora e a abordagem humanizada possibilitaram que a paciente fosse ouvida em sua dor e reconhecida em sua condição subjetiva de sofrimento, o que é especialmente relevante diante do contexto de isolamento social, presença de comorbidades e ausência de uma rede de apoio ampliada.

Palavras-chave: Saúde mental. Enfermagem. Visita domiciliar.

REFERÊNCIAS

VILLELA, S. de C., & Scatena, M. C. M.. (2004). A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. **Revista Brasileira De Enfermagem**, 57(6), 738–741.
<https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000600022>

OLIVEIRA A.G.B de, ALESSI N.P. O trabalho de enfermagem em saúde mental: contradições e potencialidades atuais. **Rev Latino-Am Enfermagem** [Internet]. 2003May;11(3):333–40. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000300011>.

Silva, Olivia Gabrielly Laranjeira. Guia teoria das mães: aplicação do modelo das mães como recurso de atenção à saúde mental de adolescente com transtorno de ansiedade no ensino médio integrado / Olivia Gabrielly Laranjeira Silva. – 2021.

SILVA, A. R. et al.. Doenças crônicas não transmissíveis e fatores sociodemográficos associados a sintomas de depressão em idosos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 66, n. 1, p. 45–51, jan. 2017.

SILVA, D. de O., et al. Depressão em idosos com hipertensão arterial e ou diabetes mellitus: revisão integrativa da literatura. *Revista de Casos e Consultoria*, v. 12, n. 1, e27306, ISSN 2237-7417, 2021.

SOARES, C. M. da Silva., et al. Transtornos psiquiátricos em pacientes com doenças crônicas: Estratégias para um tratamento integrado. *Journal of Medical and Biosciences Research*. v. 2, n. 2, p. 751 -757, 2025.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV- “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DO CONTROLE DE INFECÇÕES E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA BACTERIANA

BANDEIRA, Taciana Freitas Alves¹

ALMEIDA, Thaís Noronha²

DANTAS, José Eduardo Ferreira³

FEITOZA, Christiane Cavalcante⁴

¹ Acadêmica de Medicina, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Taciana.bandeira@arapiraca.ufal.br

² Acadêmica de Medicina, Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca

³ Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões

⁴ Doutora em Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A resistência bacteriana é uma ameaça crescente à saúde pública global, especialmente em países de baixa e média renda, onde o uso indiscriminado de antibióticos, a precariedade dos sistemas de vigilância e o acesso limitado a tratamentos adequados favorecem a disseminação de microrganismos multirresistentes (Castro-Sánchez et al., 2019; Shah et al., 2024). Diante desse cenário, o controle de infecções torna-se uma estratégia essencial, e os profissionais de saúde desempenham papel central nesse processo (Bakouny et al., 2023).

Eles são responsáveis tanto pela aplicação de medidas de prevenção quanto pela orientação da população e uso racional de antimicrobianos (Cañon-Montañez et al., 2021; Chua et al., 2020). Assim, torna-se fundamental investigar suas práticas e desafios no enfrentamento de surtos microbiológicos (Silva et al., 2021). Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar lacunas no manejo prático e educativo adotado por esses profissionais, contribuindo para intervenções mais eficazes em contextos de vulnerabilidade (Castro-Sánchez et al., 2019).

O controle de infecções é essencial e os profissionais de saúde desempenham um papel central nesse contexto, visto que devem aplicar corretamente medidas como a higiene das mãos e o uso racional de antimicrobianos (Bakouny et al., 2023; Shah et al., 2024). No entanto, falhas na prática favorecem a resistência bacteriana, um problema crescente na saúde pública. Assim, faz-se necessário entender como esses profissionais contribuem para o controle de infecções e a contenção

da resistência bacteriana, visando fortalecer estratégias de prevenção e segurança nos serviços de saúde (Cañon-Montañez et al., 2021).

Objetivo

Delimitar o papel dos profissionais de saúde na promoção do controle de infecções e sua relação com a resistência bacteriana

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que teve como base de dados consultadas o PubMed, Scopus e Lilacs. A construção da questão de pesquisa se baseou no acrônimo PICO, com P: profissionais de saúde, I: abordagens práticas de controle de infecção, C: ausência de controle e O: redução de incidência de infecções hospitalares, buscando delimitar o papel dos profissionais de saúde no controle de infecções e de resistência bacteriana. Foram utilizados os descritores "Healthcare personnel" AND "Infection Control" AND "Drug Resistance". Além disso, foram incluídos artigos completos publicados nos últimos 10 anos, disponíveis gratuitamente, que abordassem projetos de biocontenção e capacitações específicas em hospitais, com avaliações quantitativas e qualitativas dos resultados e excluídos artigos pagos e não condizentes com o assunto abordado.

Resultados

A busca nas bases de dados resultou em 21 artigos, dos quais 3 duplicados foram removidos. Após a leitura de títulos e resumos, 18 seguiram para triagem, sendo 9 lidos na íntegra e 8 incluídos na revisão final. Com base na análise dos artigos, identificou-se que os profissionais de saúde exercem papéis múltiplos e interdependentes no combate à resistência bacteriana. Destacam-se os enfermeiros, que estão na linha de frente da assistência direta, sendo responsáveis pela execução de medidas como a higienização das mãos e o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Apesar de 98,3% afirmarem conhecer os "Cinco Momentos para Higienização das Mãos", muitos não souberam descrevê-los corretamente, comprometendo a efetividade das práticas preventivas (Mello; Oliveira, 2021).

Essa fragilidade entre o conhecimento e a prática é evidenciada por estudos que demonstram falhas técnicas mesmo após a aplicação de álcool gel. Oliveira et al. (2021) relataram que 24,3% das amostras de mãos de profissionais de saúde não apresentaram redução significativa da carga microbiana após a higienização, evidenciando a importância da técnica correta. Tal discrepância evidencia não apenas uma falha operacional, mas também um possível relaxamento comportamental diante de procedimentos considerados rotineiros. Em setores críticos como UTIs, essa negligência torna-se ainda mais preocupante, pois a presença de pacientes imunocomprometidos exige medidas rigorosas e eficazes.

Além dos enfermeiros, o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) exerce função estratégica na vigilância epidemiológica, promovendo auditorias, visitas técnicas e orientações para o uso racional de antimicrobianos (Silva et al., 2021). Já os coordenadores assistenciais atuam na articulação entre diretrizes institucionais e a prática clínica, acompanhando o cumprimento das políticas e formulando planos de ação para conter surtos (Fernandes et al., 2014). A atuação integrada da equipe multiprofissional requer constante capacitação, como forma de garantir adesão efetiva às práticas seguras.

Nesse cenário, é evidente que a higienização das mãos, embora essencial, não é suficiente por si só. A literatura aponta que o combate à resistência bacteriana exige uma abordagem sistêmica

que envolva o uso racional de antimicrobianos, o isolamento de pacientes colonizados ou infectados, a vigilância ativa de surtos e, principalmente, a educação permanente dos profissionais de saúde (Sousa et al., 2023). Medidas institucionais rigorosas, como as implementadas no Paraguai para o manejo de bactérias produtoras de carbapenemases, demonstraram eficácia na prevenção de surtos (Vega Bogado et al., 2017).

Assim, o sucesso no enfrentamento da resistência bacteriana depende da soma entre técnica, engajamento e políticas sustentadas por protocolos sólidos. Reforça-se, portanto, a necessidade de supervisão ativa e de uma cultura institucional voltada para a segurança do paciente, integrando conhecimento, prática e compromisso coletivo com o controle de infecções.

Conclusão

O controle da resistência bacteriana é um dos maiores desafios para as instituições de saúde. O uso racional de antimicrobianos, a adesão adequada à higienização das mãos e a implementação rigorosa das precauções padrão e de contato são medidas padrão-ouro para essa contenção. Dessa forma, destaca-se a importância dos treinamentos contínuos, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas dos profissionais da saúde. O fortalecimento das políticas de segurança do paciente, o envolvimento da alta gestão hospitalar e a consolidação de práticas baseadas em protocolos são fundamentais para reduzir os riscos e enfrentar o impacto humano e financeiro associados à resistência bacteriana.

Palavras-chave: Profissionais de Saúde. Controle de Infecções. Resistência a Medicamentos.

REFERÊNCIAS

- FARIA, G.; MENEZES, R.; ALVES, P.; MARQUES, L.; SILVA, N.; BESSA, M.; SILVA, F.; RÖDER, D.; PEDROSO, R.; PENATTI, M. Impacto do álcool gel nas bactérias das mãos de profissionais de saúde. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, v. 11, n. 3, 5 jul. 2021.
- JAMUNA TAMRAKAR SAYAMI et al. A nursing and midwifery training program in Kathmandu on antimicrobial resistance and stewardship and infection prevention and control: a qualitative and quantitative outcomes and process evaluation. **Frontiers in Public Health**, v. 13, 23 jan. 2025.
- MAYORYK, S. et al. Optimizing the implementation of Enhanced Barrier Precautions in community-based nursing homes. **American Journal of Infection Control**, set. 2024.
- MELLO, Mariana Sanches de; OLIVEIRA, Adriana Cristina. Overview of the actions to combat bacterial resistance in large hospitals: Panorama das ações de combate à resistência bacteriana em hospitais de grande porte: Panorama de acciones para combatir la resistencia bacteriana en hospitales de gran porte. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** (Online), v. 29, e3407, 2021.
- ZINGG, W. et al. Technology for the prevention of antimicrobial resistance and healthcare-associated infections; 2017 Geneva IPC-Think Tank (Part 2). **Antimicrobial Resistance & Infection Control**, v. 8, n. 1, 22 maio 2019.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO II- “Educação transformadora como caminho para preservação da vida nas suas diversas formas”.

ORIENTAÇÕES DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

MELLO, Débora Heloísa da Silva¹
SANTOS, Eduardo Micael Gomes²
TAVARES, Karolinnny dos Santos³
SILVA, José Eduardo Ferreira da⁴
SILVA, Tony Daniel dos Santos⁵
GONZALEZ, Gisselle Rodriguez⁶
ALMEIDA, Thayse Gomes de⁷

¹ Discente de Enfermagem, UFAL e e-mail debora.mello@arapiraca.ufal.br;

²⁻⁶ Discente de Enfermagem, UFAL;

⁷ Docente de Enfermagem, UFAL.

RESUMO SIMPLES

Introdução: As Infecções Sexualmente Transmissíveis são causadas por vírus, bactérias ou quaisquer outros microrganismos. A forma de transmissão mais comum é por meio de contato sexual e de mãe para filho, transmissão vertical. **Objetivo:** Relatar a experiência de educação em saúde sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST) realizada em um Centro de Saúde de Arapiraca-AL. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência, sobre uma educação em saúde realizada em uma Prática Profissional Integrativa (PPI) proposta pela disciplina de Gerência e assistência de Enfermagem em doenças transmissíveis, executada no mês de março de 2025. Foi aplicada por discentes do 5º período de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - *campus* Arapiraca com pacientes e familiares que estavam na recepção do Centro de Saúde de Arapiraca-AL. Para o desenvolvimento da atividade, utilizamos a roda de conversa, *folders* e dinâmicas de mitos e verdades a respeito das (IST'S). **Resultados e Discussão:** O tema de Infecções Sexualmente Transmissíveis foi passado de forma leve e interativa. Para a apresentação do tema, utilizamos os *folders* como auxiliares constantes da apresentação. O *folder* continha os tópicos: “O que são IST'S”, “Principais IST'S”, “Formas de transmissão”, “Diagnóstico e tratamento” e “Formas de transmissão”. A partir desses tópicos, foi conduzida a roda de conversa, dessa forma a discussão manteve-se alocada nos objetivos desenvolvidos previamente. Ao final da atividade, recolhemos um feedback interativo através das perguntas da dinâmica, foi percebido uma boa interação mesmo com um tema que é visto por muitos como um tabu social. **Conclusão:** A educação em saúde mostra-se uma estratégia de grande importância para os profissionais da área devido a sua eficácia em combater informações sem embasamento científico. Assim, o desenvolvimento destas práticas durante a graduação torna-se fundamental pois promove um olhar crítico do discente frente à sociedade e os usuários do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde. Enfermagem. Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

PERCEPÇÃO DA ENFERMAGEM QUANTO AO PAPEL DO PARCEIRO NA CONDUÇÃO DO PRÉ-NATAL DE MULHERES VIVENDO COM HIV: RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTOS, Laryssa¹
ANDRADE, Maria²
SOUZA, Luana³

¹Acadêmica em Enfermagem; Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas; laryssa.santos@academico.uncisal.edu.br.

²Doutorado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

³Mestre em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: O pré-natal consiste em ações preventivas e de promoção à saúde materno-infantil, com recomendação mínima de seis consultas, conforme diretrizes brasileiras. Nesse processo, a participação do parceiro é fundamental para a adesão ao acompanhamento, redução da transmissão vertical e fortalecimento do vínculo com os serviços de saúde. **Objetivo:** Relatar a percepção da enfermagem quanto ao papel do parceiro na condução do pré-natal de mulheres vivendo com HIV. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência baseado na vivência da enfermagem durante a coleta de dados de uma pesquisa de doutorado, no período entre 2024-2025, em um Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS de Maceió, Alagoas. **Resultados:** Durante as entrevistas realizadas no acompanhamento pré-natal de gestantes vivendo com HIV, observou-se uma significativa ausência dos parceiros nas consultas, além de uma evidente falta de conhecimento por parte deles sobre questões relacionadas à gestação, à prevenção da transmissão vertical do HIV e aos cuidados necessários com o binômio. As gestantes, por outro lado, demonstraram um bom nível de informação, relatando conhecer os procedimentos do parto, a importância da terapia antirretroviral para si e para o bebê, a contraindicação da amamentação e a garantia de recebimento da fórmula infantil, bem como a necessidade de acompanhamento da criança até os dois anos de idade. A ausência do parceiro nas consultas e seu desconhecimento sobre o tema impactam negativamente na adesão ao tratamento, uma vez que a mulher se sentia desmotivada em dar seguimento e no suporte emocional à gestante, fatores essenciais para a redução da transmissão vertical. **Conclusão:** A participação dos parceiros no pré-natal deve ser incentivada com estratégias educativas. A equipe de enfermagem, pela proximidade com as gestantes, exerce papel essencial ao promover orientações, estimular o envolvimento dos parceiros e fortalecer o vínculo com o serviço de saúde.

Palavras-chave: Cuidado Pré-Natal. HIV.

Protocolo Comitê de Ética: Parecer consubstanciado no 6.828.403.

Apoio Financeiro: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

SILVA, M. et al. Pré-natal de mulheres que vivem com HIV: cuidados de enfermagem frente a transmissão vertical. Revista Científica da FAMINAS, v. 18, n. 1, p. 42-49, 2023.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

PERFIL DE USUÁRIOS ATENDIDOS EM UM SERVIÇO DE REFERÊNCIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE

LEITE, Luzia Karoline Teixeira¹
DANTAS, José Eduardo Ferreira²
OLIVEIRA, Jarbas Ribeiro de³
SERBIM, Andreivna Kharenine⁴

¹Discente do curso Bacharelado em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca. E-mail: karolineleite20k@gmail.com;

²Enfermeiro e Mestrando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas - Campus A. C. Simões.

³Doutor em Saúde Pública, Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca.

⁴Doutora em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A hanseníase é uma doença milenar que impacta os seres humanos numa perspectiva biopsicossocial, se caracterizando como uma das infecções mais antigas já documentadas na história, encontrada até mesmo em textos sagrados (Araújo, 2024). Ela se caracteriza enquanto uma doença infectocontagiosa de caráter crônico, que pertence ao grupo de doenças tropicais negligenciadas. A relevância para a saúde pública pode ser observada devido a sua inserção na lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública do Brasil (Brasil, 2024).

Durante o ano de 2023, foram notificados 182.815 novos casos de hanseníase no mundo. Nesse cenário, o Brasil corresponde ao segundo país com maior número de casos da doença, dividindo a tríade com Índia, em primeiro lugar, e Indonésia, em terceiro (OMS, 2024). Retrospectivamente, entre os anos de 2014 e 2023, foram registrados 247.139 novos casos de hanseníase no Brasil. Somente em 2023 foram registrados 22.773 casos, sendo a maioria dos sujeitos afetados do sexo masculino (55,4%), pretos e pardos (72,0%), seguidos por brancos (23,0%), e, no que se refere ao quesito escolaridade, destacaram-se o quantitativo de sujeitos com ensino fundamental incompleto ou completo (41,3%), seguido pelos com ensino médio incompleto ou completo (22,6%) (Brasil, 2025).

O reconhecimento do perfil epidemiológico da hanseníase, em níveis nacional, estadual e regional é necessário para orientar a construção e condução de ações de intervenção voltadas as necessidades dos sujeitos afetados. Assim, considerando a relevância da referida doença para a saúde pública e a escassez de dados sobre o perfil epidemiológico no município de Arapiraca/AL, o presente trabalho teve como pergunta de pesquisa “Qual o perfil de usuários atendidos em um serviço de referência para tratamento da hanseníase no município de Arapiraca/AL?”.

Objetivo

Analisar o perfil de usuários atendidos em um serviço de referência para tratamento da hanseníase.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de descritiva, transversal com abordagem quantitativa. Os sujeitos da pesquisa foram os pacientes diagnosticados com hanseníase, usuários do Centro de Referência Integrado de Arapiraca (CRIA), localizado no município de Arapiraca, no estado de Alagoas. A coleta de dados foi realizada no período de outubro de 2023 a janeiro de 2024 e os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado elaborado pelos autores referentes aos dados sociodemográficos dos pacientes, no qual foram abordadas questões relacionadas à idade, sexo, raça/cor, escolaridade e renda.

Foram considerados critérios de inclusão: ser usuário do CRIA com idade acima de 18 anos e estar presente no serviço de saúde no momento da coleta de dados. Foram considerados critérios de exclusão: usuários que, estando no local de estudo, declararam não possuir condições de responder à entrevista (como por exemplo problemas de audição ou cognitivos, que impeçam uma interação adequada com o entrevistador).

Resultados e Discussão

Ao todo, 30 usuários do CRIA que participaram do estudo. No que se refere ao perfil sociodemográfico, 50% (n=15) eram do sexo masculino e 50% (n=15) eram do sexo feminino. A maioria dos entrevistados, 60% (n=18), tinha entre 40 e 59 anos, seguido por 20% (n=6) na faixa etária de 20 a 39 anos e 20% (n=6) com 60 anos ou mais. Ademais, no que tange à raça/cor, 80% (n=24) eram pretos e pardos e 20% (n=10), brancos. Além disso, constatou-se que 60% (n=18) dos participantes possuíam ensino fundamental incompleto, 16,6% (n=5) possuíam ensino médio completo, 10% (n=3) possuíam ensino superior completo, 6,6% (n=2) nunca haviam estudado, 3,3% (n=1) concluiu apenas o ensino fundamental, e 3,3% (n=1) tinha o ensino médio incompleto.

Com relação à renda, a maior parte dos entrevistados nesse estudo, 30% (n=9), recebia um salário-mínimo, 23,3% (n=7), possuíam uma renda mensal menor que um salário-mínimo, 23,3% (n=7), possuíam uma renda mensal de dois salários-mínimos, 10% (n=3), não possuía renda fixa mensal, 6,6% (n=2) possuíam uma renda mensal maior que um salário-mínimo e menor que dois salários-mínimos e 6,6% (n=2) não soube responder.

Portanto, os dados demonstram que metade dos pacientes era do sexo feminino e metade do sexo masculino, dados que diferem de outros estudos em que a maior incidência da hanseníase se encontra entre pessoas do sexo masculino (Carvalho; Gonçalves, 2022; Prado; Cavalli, 2023). Essa divergência pode estar relacionada ao fato de a pesquisa ter sido desenvolvida em um centro de

referência especializado, sendo assim é característico que nesses espaços sejam encontrados um maior número de mulheres (Miranda; Araújo; Oliveira, 2022).

Esse processo de feminização do autocuidado encontra seu cerne nas questões de gênero, pois, historicamente, foram atribuídas as mulheres funções de reprodução, no aspecto biológico e social, enquanto aos homens foram atribuídas funções relacionadas a produção (Dantas *et al.*, 2024). Sob essa perspectiva, de naturalização de uma construção sociocultural, o cuidado é observado como inerente ao feminino, o que faz com que homens, na tentativa de performar uma masculinidade hegemônica, se distanciem do cuidado e do autocuidado, por serem socialmente reconhecidos como femininos, mesmo que isso repercuta em afetações em sua saúde física e mental (Barral; Zanello, 2021).

O estudo de Schermerhorn e Vescio (2023) analisou a realidade de homens norte-americanos durante a pandemia de Covid-19, identificando que homens adotaram comportamentos de riscos / exposição a infecção pelo vírus Covid-19 na tentativa de performar a masculinidade hegemônica que a sua imaginação julgava ser necessária, se distanciando do cuidado / autocuidado que são práticas consideradas femininas. Fenômeno semelhante pode explicar os dados que evidenciam um menor grau de acesso a serviços especializados de saúde para o tratamento da hanseníase, como o analisado pelo presente estudo, mesmo com dados consistentes que apontam para a maior prevalência entre sujeitos do sexo masculino.

Com relação faixa etária e à escolaridade, a maioria dos pacientes tinha entre 40 e 59 anos, e possuía ensino fundamental incompleto, esses dados entram em concordância com outros trabalhos desenvolvidos (Carvalho; Gonçalves, 2022; Ferreira *et al.*, 2024), nos quais é destacado que a baixa escolaridade é considerada um dos fatores de risco para o bacilo da hanseníase até a atualidade. Além disso, a baixa escolaridade possui relação direta com a progressão da hanseníase, tendo em vista que se o paciente não compreende como deve realizar o manejo do seu cuidado, pode não haver uma evolução efetiva do quadro. Dessa forma, a escolaridade está associada a maior incidência de incapacidades físicas em indivíduos diagnosticados com a referida enfermidade (Lages *et al.*, 2018; Araujo *et al.*, 2024).

Além disso, no que se refere à raça/cor e a renda, a maior parte dos participantes foi da cor parda, com renda de até um salário-mínimo. Pessoas declaradas pretas e pardas estão sujeitas a uma maior incidência de desigualdades sociais, menor acesso a serviços essenciais como saneamento básico e saúde, estando dessa forma, mais vulneráveis a ocorrência de diversas doenças. Vale salientar que a hanseníase é associada à vulnerabilidade social, afetando principalmente indivíduos com baixa escolaridade, e renda de até um salário-mínimo características que são frequentemente atreladas a indivíduos pretos ou pardos, que representam a maior parte da população brasileira (Melo *et al.*, 2024; Ferreira *et al.*, 2024; Carvalho; Gonçalves, 2022).

O processo de adoecimento de pessoas negras (pretas e pardas) não é aleatório, a maior predisposição ao desenvolvimento de determinadas doenças se dá por uma conjuntura que foi alicerçada em raízes históricas de desigualdade ocasionada pela escravização colonialista europeia dos sujeitos negros. O fim da escravidão no Brasil não foi planejado, o que levou os sujeitos negros, agora livres, a marginalização, passando a permanecerem expostos a ambientes insalubres, sem saneamento e com acesso limitado a direitos fundamentais, vulnerabilidade que tem como origem o racismo estrutural (Oliveira *et al.* 2024).

Conclusão

A compreensão do perfil epidemiológico dos sujeitos afetados pela hanseníase colabora com a compreensão da conjuntura de disseminação da doença no contexto analisado. A contradição entre a prevalência paritária entre homens e mulheres encontrada na amostra e a literatura que versa sobre o perfil epidemiológico da hanseníase revela que no contexto analisado as questões de gênero são intensificadas, evidenciando que as mulheres, mesmo sendo estatisticamente menos afetadas tendem a buscarem o tratamento mais frequentemente que os homens. Paralelamente, o predomínio

da infecção entre sujeitos negros aponta para o racismo e as suas repercussões como determinantes sociais importantes para a infecção pelo agente etiológico da hanseníase.

Palavras-chave: Hanseníase. Saúde de Gênero. Perfil Epidemiológico.

Protocolo Comitê de Ética: Nº CAAE: 68278723.0.0000.5013.

REFERÊNCIAS

AMADOR, E. O. *et al.* Determinantes sociais em saúde como fator de impacto na assistência em saúde para populações quilombolas: uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. e14922, 2024.

ARAUJO, L. B. S. *et al.* Avaliação do Letramento em Saúde de Pessoas com Hanseníase em uma Referência Secundária do Piauí. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 23, n. 01, 2024. DOI: 10.36925/sanare.v23i01.1788. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1788>. Acesso em: 06 abr. 2025.

BARRAL, D. de C.; ZANELLO, V. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 52, p. 672-688, dez. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: hanseníase**. 2025. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública**. Brasília, 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria/lista-nacional-de-notificacao-compulsoria-de-doencas-agrivos-e-eventos-de-saude-publica>. Acesso em: 06 mar. 2024.

CARVALHO, K. A.; GONÇALVES, S. J. C. Perfil epidemiológico dos pacientes portadores de hanseníase no brasil, entre 2015 e 2019. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 7, p. 821-833, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6240/2445>. Acesso em: 09 abr. 2025.

DANTAS, J. E. F.; SILVA, J. H. da; PEREIRA, R. I. P.; ERICSON, S. RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NA ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. In: RAMOS FILHO, A. F.; GUSMÃO, L. G. R. de (org.). **Gênero em contexto: entre significados e desigualdades**. Arapiraca: Eduneal, 2024. Cap. 1. p. 9-22.

FERREIRA, J. I. D. *et al.* Perfil Epidemiológico de Pacientes Diagnosticados com Hanseníase no Estado do Maranhão Entre os Anos 2019-2023. **Revista da Faculdade Supremo Redentor**, 2024. Disponível em: <https://revista.facsur.net.br/index.php/rf/article/view/36/35>. Acesso em: 09 abr. 2025.

LAGES, D. S. *et al.* A baixa escolaridade está associada ao aumento de incapacidades físicas no diagnóstico de hanseníase no Vale do Jequitinhonha. **Hu Revista**, v. 44, n. 3, p. 303-309, 2018.

Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/14035>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MELO, G. A. S. et al. Cenário sociodemográfico de pacientes com Hanseníase no Estado do Pará, Brasil no período de 2013 a 2022. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 9, p. e75428-e75428, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75428/52549>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MIRANDA, J. F.; ARAÚJO, M. P.; OLIVEIRA, K. G. Z. O homem na busca dos serviços de atenção primária em saúde na cidade de Imperatriz-MA. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e56011124946-e56011124946, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24946>. Acesso em: 09 abr. 2025.

OLIVEIRA, L. G. F. et al. Reflexões e perspectivas das desigualdades raciais e a saúde da população negra. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, [s. l.], v. 7, n. 15, p. e151188, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Global leprosy (Hansen disease) update, 2023: Elimination of leprosy disease is possible – Time to act!. in **Weekly Epidemiological Record**, [s.l.], v. 99, n. 37, p. 497 – 522, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-wer9937-501-521>. Acesso em: 03 mar. 2025.

PRADO, N. O.; CAVALLI, L. O. Perfil Epidemiológico dos Pacientes com Hanseníase no Município de Cascavel-Pr no Período de 2018 a 2022. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 3257-3272, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10084/6131>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SCHERMERHORN, N. E. C; VESCIO, T. K. Men's and women's endorsement of hegemonic masculinity and responses to COVID-19. **Journal of Health Psychology**, v. 28, n. 3, p. 251-266, 2023.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

PERFIL DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL EM 2020

MACENA, Yasmin de Oliveira¹
SILVA, Rafaela Aquino da²
CARVALHO, Rodolfo Rodrigues de³
SILVA, Francisca Maria Nunes da⁴
GURGEL, Maria Amelia dos Santos Lemos⁵

¹Graduanda do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca. E-mail: yasmin.macena@arapiraca.ufal.br

²Graduanda do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca.

³Graduando do Curso de Medicina - UFAL *Campus* Arapiraca.

⁴Doutora em em Linguística e Literatura e docente do curso de Medicina e Enfermagem na UFAL - *Campus* Arapiraca.

⁵Mestre em Saúde Coletiva e docente do curso de Medicina na UFAL - *Campus* Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: O Brasil é o quarto colocado, entre os países, com maior quantidade de acidentes de trabalho. Esse agravo resulta em invalidez, temporária ou permanente, impacto psicológico e até morte, assim configurando-se como problema de saúde pública. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico dos acidentes de trabalho no Brasil em 2020. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo, utilizando dados obtidos por meio do DATASUS/TABNET, em 2020. O estudo considerou sexo, raça/cor, idade, escolaridade, tipo de acidente e emissão da comunicação de acidente (CAT). **Resultados:** Em 2020, o Brasil registrou 176859 notificações de acidentes de trabalho. O sexo masculino foi predominante (68,94% dos casos). Em termos de raça/cor, predominou a branca com 46,34%, seguida pela parda com 32,98%. A faixa etária dominante foi a de 20 a 39 anos (55,82%), seguida por a de 40 a 59 anos (35,27%). A maioria dos acidentados possuíam ensino médio completo (30,68%). O acidente mais frequente foi o típico, representando 75,63% dos casos. Quanto à emissão de CAT, 43,81% das notificações tiveram essa variável ignorada, e apenas 20,34% dos casos geraram a emissão desse documento. **Conclusão:** As notificações de acidentes de trabalho no Brasil em 2020 foram predominantes em homens, brancos, de 20-39 anos e ensino médio completo. A maioria dos acidentes ocorreram no ambiente do trabalho e poucas CAT's foram geradas. Considerando que muitos desses acidentes são evitáveis, conhecer o perfil dos acidentados é fundamental na formulação de políticas públicas e estratégias que visem a redução desse agravo.

Palavras-chave: Acidente de trabalho. Brasil. Epidemiologia.

REFERÊNCIA

KAMMOUN, N. de A. C.; CARMONA, R. T.; SILVA, C. M.; BARBOSA, J. de S. P. Perfil dos acidentes de trabalho no Brasil entre os anos de 2006 e 2022: um estudo ecológico. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 5974–5989, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n1-482. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/67322>. Acesso em: 17 Dez. 2024.

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TOXOPLASMOSE GESTACIONAL E CONGÊNITA EM ARAPIRACA/ALAGOAS

MACÊDO, Nayara Rafaella Holanda Oliveira de¹
SILVA, Meirielly Kellya Holanda da²
CHALUB, Danielle Siqueira³
MONTEIRO, Valéria Cavalcante Tavares⁴

¹Mestre em Saúde Materno-infantil. Universidade Federal Fluminense – UFF, naholanda@uff.com

²Doutora em Biotecnologia. Universidade Federal de Alagoas – UFAL

³Mestre em Saúde Materno-infantil. Universidade Federal Fluminense – UFF

⁴Especialista em Enfermagem do Trabalho - UNINTER

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A toxoplasmose é uma doença infecciosa causada pelo *Toxoplasma gondii*. Ocorre por meio ingestão de oocisto presentes nas fezes de felinos, que podem contaminar a água e alimentos, e também pela ingestão de cistos pelo consumo de carne crua ou malcozida. Durante a gravidez, a infecção pode ser transmitida ao feto, resultando em toxoplasmose congênita (TC) (Moraes, 2022; Oliveira, 2024).

Apesar de sua elevada prevalência e distribuição mundial, na maioria dos casos não provoca repercussões importantes para a saúde do paciente, exceto em indivíduos imunocomprometidos e fetos, podendo acarretar graves sequelas e abortamentos, representando assim importante problema de Saúde Pública, com potencial impacto negativo na Saúde Materno-Infantil (Moraes, 2022).

Objetivo

Determinar o perfil epidemiológico da toxoplasmose gestacional e congênita no município de Arapiraca/Alagoas, no período de 2019 a 2024.

Metodologia

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e retrospectivo. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados na plataforma TABNET do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As variáveis coletadas na Toxoplasmose gestacional (TG) foram: ano, faixa etária, raça, escolaridade, gestante (trimestre gestacional), critério diagnóstico, classificação e evolução. Para a TC foram as seguintes variáveis: ano, raça, sexo, diagnóstico, classificação e evolução.

As informações coletadas foram organizadas em planilhas no software Microsoft Office Excel 2013®, e foram analisadas mediante ao cálculo dos valores de frequência absoluta (n) e relativa (%).

Resultados e Discussão

No período analisado foram notificados 117 casos de TG, destes, 80 (68,37%) foram confirmados. As gestantes eram em sua maior parte da raça parda (68,37%). O diagnóstico em sua maioria foi laboratorial (65,81%) e ocorreu cura em 73,50% dos casos (Tabela 1).

A maior parte dos diagnósticos ocorreram no segundo trimestre gestacional (43,58%) seguido pelo terceiro trimestre (28,20%). O risco de infectar o feto é de 15% se ocorrer no primeiro trimestre, 25% no segundo e 65% no terceiro. Mas, as manifestações clínicas e consequências mais graves ocorrem no primeiro trimestre (Oliveira, 2024; Rosa, 2024).

Filho et al, 2023, ao estudar a TG e TC na I região de saúde de Pernambuco, demonstrou que a maior parte das notificações foram em gestante com idade superior aos 19 anos (78,27%). Mas, destacou que houve um número expressivo (21,73%), de gestantes adolescentes (10-19 anos), enfatizando a importância de ação intersetorial entre os programas de saúde e o setor de educação, por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), possibilitando acesso a informações, além dos atendimentos de planejamento familiar. Cenário similar é observado em Arapiraca onde houve uma maior prevalência da toxoplasmose em gestantes entre 20 e 39 anos (71,79%) e com significativo número de gestantes adolescentes, de 10 a 19 anos (26,49%).

O grau de escolaridade pode influenciar indiretamente na prevalência de TG, visto que mulheres com menor nível de instrução podem ter menos acesso as informações referentes à prevenção (Rosa, 2024). Nossos resultados com maior prevalência das notificações no grupo Ignorado/branco (19,65%) prejudica a análise. À exceção do grupo Ignorado/branco, a maioria das gestantes possuíam ensino médio incompleto (16,23%) ou completo (16,23%).

A alta incidência de TG em 2024 (32,47%) pode ser atribuída, além da exposição ao agente causador, também ao diagnóstico e notificação mais eficientes. Apesar de ter sido o ano com maior número de TG, apenas uma destas gestações (2,63%) resultaram em TC, podendo representar o impacto positivo de Políticas Públicas, envolvendo a testagem precoce as gestantes e a garantia do tratamento, visto que a maior ocorrência de transmissão vertical e infecção está associada com a não realização de tratamento durante a gestação (Righi, 2021; Filho, 2023).

Tabela 1 – Caracterização epidemiológica dos casos de Toxoplasmose gestacional em Arapiraca / Alagoas no período de 2019 a 2024.

Características	n (%) (n = 117)	n (%) (n = 117)
Anos de notificação		
2019	09	7,69%
2020	04	04 (3,41%)
2021	17	17 (14,52%)
2022	23	23 (19,65%)
2023	26	26 (22,22%)
2024	38	38 (32,47%)
Faixa etária		
10 a 14	03	03 (2,56%)
15 a 19	28	28 (23,93%)
20 a 39	84	84 (71,79%)
40 a 59	02	02 (1,70%)
Raça		
Amarela	01	01 (0,85%)
Branca	24	20,51%
Parda	80	68,37%

Preta	07	5,98%
Ignorado/Branco	05	4,27%
Critério Diagnóstico		
Clínico epidemiológico	27	23,07%
Laboratorial	77	65,81%
Ignorado/Branco	09	7,69%
Trimestre gestacional no diagnóstico		
1º trimestre	30	25,64%
2º trimestre	51	43,58%
3º trimestre	33	28,20%
Idade gestacional Ignorada	03	2,56%
Escolaridade		
1ª a 4ª série incompleta do EF	04	3,41%
4ª série completa do EF	18	15,38%
5ª a 8ª série incompleta do EF	18	15,38%
Ensino fundamental completo	07	5,98%
Ensino médio incompleto	19	16,23%
Ensino médio completo	19	16,23%
Educação superior incompleta	02	1,70%
Educação superior completa	07	5,98%
Ign/Branco	23	19,65%
Classificação		
Confirmado	80	68,37%
Descartado	25	21,36%
Inconclusivo	08	6,83%
Evolução		
Cura	86	73,50%
Ign/Branco	22	18,80%

Fonte: DATASUS, 2025

Evidenciou-se que 13,67% dos casos de TG evoluíram para TC. As consequências da TC podem prejudicar a qualidade de vida das crianças acometidas e suas famílias, além disso, pode resultar em elevados custos para o sistema de saúde em virtude do tratamento e manejo das sequelas tardias (Brasil, 2018).

Com relação aos casos de TC, foram notificados 16 casos, sendo 14 (87,5%) confirmados (Tabela 2). O maior número de notificações foi no ano de 2022 (37,5%). Os recém-nascidos, em sua maioria, eram do sexo masculino (62,5%), da raça parda (87,5%). O diagnóstico destacou-se o laboratorial (56,25%) e 75% dos casos evoluíram para cura.

As medidas de prevenção, controle e intervenção terapêutica adequada precoce, produzem redução de complicações, sequelas e óbitos (Brasil, 2018). Neste estudo, 73,5% das gestantes com toxoplasmose e 75% dos recém-nascidos com TC evoluíram para cura, provavelmente refletindo o acesso oportuno a tratamentos eficazes recomendados pelo Ministério da Saúde (Nota Técnica ou Ofício SMS 2022).

Tabela 2 – Caracterização epidemiológica dos casos de Toxoplasmose congênita em Arapiraca/Alagoas entre os anos de 2019 a 2024

Características	(n = 16)	n (%)
Anos de notificação		
2019	04	25%
2020	01	6,25%

2021	02	12,5%
2022	06	37,5%
2023	02	12,5%
2024	01	6,25%
Raça		
Branca	01	6,25%
Parda	14	87,5%
Ign/Branco	01	6,25%
Sexo		
Masculino	10	62,5%
Feminino	06	37,5%
Critério Diagnóstico		
Clínico epidemiológico	05	31,25%
Laboratorial	09	56,25%
Ignorado/Branco	02	12,5%
Classificação		
Confirmado	14	87,5%
Inconclusivo	02	12,5%
Evolução		
Cura	12	75%
Ign/Branco	03	18,75%

Fonte: DATASUS, 2025

Observou-se que houve preenchimento inadequado das fichas de notificações tanto de TG quanto de TC, tendo em algumas variáveis número inferior de informações comparado ao total de casos notificados.

Conclusão

O perfil epidemiológico da TG está associado a maior prevalência em mulheres pardas, com idade entre 20 e 39 anos, que possuem ensino médio incompleto ou completo. Na TC houve predominância de recém-nascido do sexo masculino e pardo. Esses achados ressaltam a importância de direcionar esforços de prevenção para esses grupos específicos, visando reduzir a transmissão vertical e melhorar os desfechos gestacionais e fetais. Implementar estratégias de prevenção primária para toda população, como a educação sobre hábitos alimentares seguros e o manejo adequado de gatos domésticos, pode ser crucial para diminuir a incidência de TG.

Além disso, deve-se investir em sensibilização e capacitação profissional, referente à importância do preenchimento adequado da ficha de notificação.

Palavras-chave: Toxoplasmose gestacional. Toxoplasmose congênita. Epidemiologia.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, S. G.; RODRIGUES, G. M. M.; ANJOS, L. F. Consequências da toxoplasmose na gestação. **Revista Liberum Accessum**. 2024 outubro;16(2): 150- 155. Disponível: <https://doi.org/10.29327/2417778.16.2-9>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MORAES, C. F. G.; SAENZ, E. C. T. Toxoplasmose congênita. **ACiS**. São Paulo. vol. 10 n. 4. p. 16-27. dezembro 2022 p. 17. Disponível: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ACIS/article/view/2670/1733>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ROSA, V. H. J. *et al.* Perfil epidemiológico da toxoplasmose gestacional no estado do Amazonas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**. Volume 6, Issue 1 (2024), Page 981-991. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v6n1p981-991>. Disponível em: <https://bjihb.emnuvens.com.br/bjihb/article/view/1250>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RIGHI, N. C. *et al.* Perfil epidemiológico dos casos de toxoplasmose gestacional e congênita decorrentes do surto populacional. **Scientia Medica Porto Alegre**. v. 31, p. 1-7, jan.-dez. 2021 | e-40108. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-6108.2021.1.40108>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/article/view/40108>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FILHO, C. A. L. *et al.* Perfil epidemiológico da toxoplasmose adquirida na gestação e congênita no período de 2019 a 2021 na I região de saúde de Pernambuco. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. ISSN 2178-2091. Vol. 23(5). 2023. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e11828.2023>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/11828>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Notificação e Investigação: Toxoplasmose gestacional e congênita**. Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_notificacao_investigacao_toxoplasmose_gestacional_congenita.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025

Categoria: Pesquisa

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

PREVALÊNCIA DOS CASOS DE AIDS NA 7ª REGIÃO DE SAÚDE DE ALAGOAS NOS ANOS DE 2018 A 2023

BRITO, Isaque Lima de¹
SILVA, Marllon Nascimento da²
SILVA, Meirielly Kellya Holanda da³

¹Discente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca, isaque.brito@arapiraca.ufal.br

²Discente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca.

⁶Docente do Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus Arapiraca.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) permanece como um dos principais desafios da saúde pública após mais de 40 anos do surgimento dos primeiros casos, apesar dos avanços expressivos no diagnóstico precoce do HIV, terapia antirretroviral e medidas preventivas. **Objetivo:** Analisar a prevalência dos casos de AIDS na 7ª região de saúde de Alagoas nos anos de 2018-2023. **Metodologia:** Estudo quantitativo baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação SINAN, ofertados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), abrangendo os 17 municípios da 7ª Região de Saúde de Alagoas, com análise das notificações de AIDS entre 2018 e 2023, segundo município, sexo e ano de notificação. **Resultados:** No período estudado, o número de notificações de AIDS na 7ª região de saúde foi de 38 casos, com predominância do sexo masculino (71%, n=27) em relação ao feminino (28,9%, n=11). Quanto ao município notificante, apenas quatro realizaram tal registro, com destaque para Arapiraca (89,4%, n=34), seguido por São Sebastião (5,2%, n=2), Taquarana (2,6%, n=1) e Jaramataia (2,6%, n=1). Quanto ao ano de notificação, constatou-se que em Arapiraca houve prevalência de 35,2% (n=12) das notificações no ano de 2020, seguido pelo ano de 2018 (26,4%, n=9), 2019 (17,6%, n=6), 2021 (14,7%, n=5) e 2022 (5,8%, n=2) dos casos confirmados. São Sebastião notificou um caso em 2021 (2,6%) e outro em 2023 (2,6%); Jaramataia registrou um caso em 2018 (2,6%) e Taquarana (2,6%, n=1) em 2022. **Conclusão:** Os resultados evidenciam uma baixa taxa de notificações de AIDS, indicando a necessidade de intensificação das estratégias de diagnóstico e o fortalecimento das ações preventivas, com ênfase na população masculina.

Palavras-chave: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Notificação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Boletim Epidemiológico HIV e Aids 2023*. Número Especial. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Aids/HIV*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>.

Ministério da Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Dados Epidemiológicos de AIDS. Disponível em: <http://www2.aids.gov.br/cgi/deftohtm.exe?tabnet/br.def>. Acesso em: 1 maio 2025

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

PROMOVENDO CONHECIMENTO E PREVENÇÃO NA ATENÇÃO BÁSICA - O USO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS PARA REDUÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E DAS ISTS

GONZALEZ, Gisselle Rodriguez¹
TAVARES, Karolinnny dos Santos²
SILVA, José Eduardo Ferreira da³
SANTOS, Eduardo Micael Gomes dos⁴
SILVA, Tony Daniel dos Santos⁵
MELLO, Débora Heloísa da Silva⁶
ALMEIDA, Thayse Gomes de⁷

¹ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, (gisselle.gonzalez@arapiraca.ufal.br);

²⁻⁶ Discente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁷ Docente de enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO SIMPLES

Introdução: A educação em saúde é essencial para promover o conhecimento e a autonomia da população. Nesse contexto, realizou-se uma ação educativa sobre Métodos Contraceptivos no Terceiro Centro de Saúde, em Arapiraca, Alagoas. A escolha do tema deve-se à sua relevância, considerando a elevada incidência de gravidezes na adolescência em áreas de coberturas do serviço.

Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, baseado na vivência de acadêmicos de enfermagem durante uma ação de educação em saúde. A atividade ocorreu de forma participativa na sala de espera do serviço, com aproximadamente 40 pessoas. Inicialmente, realizou-se uma apresentação oral explicando o que são métodos contraceptivos, como atuam no organismo e suas principais modalidades. Foram abordados métodos de barreira (camisinha masculina e feminina), hormonais (pílula oral, injeção e implante subdérmico), o dispositivo intrauterino (DIU) e a esterilização cirúrgica. Para reforçar as informações transmitidas, entregou-se aos participantes um folder ilustrativo e explicativo contendo os principais pontos discutidos. **Resultados:** Após a apresentação inicial, foi realizado um jogo de verdadeiro ou falso com perguntas sobre o tema. Os participantes usaram plaquinhas coloridas (verde para “verdadeiro” e vermelha para “falso”). A cada pergunta, houve uma breve discussão para esclarecer as respostas e sanar dúvidas. Observou-se grande participação e engajamento. Alguns participantes procuraram os acadêmicos individualmente para tirar dúvidas mais pessoais, que não se sentiam à vontade para perguntar em público. A dinâmica permitiu identificar conhecimentos prévios, corrigir equívocos e reforçar as informações sobre métodos contraceptivos. **Conclusão:** A atividade foi proveitosa,

promovendo a troca de saberes, desmistificando conceitos errôneos e conscientizando sobre o uso de métodos contraceptivos. A ludicidade e o diálogo foram essenciais para o sucesso, finalizando com um lanche aos participantes.

Palavras-chave: Educação em saúde. Enfermagem. Métodos contraceptivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Caderno de Atenção Básica: Saúde Sexual e Reprodutiva. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2013. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf, acessado em 10/04/2025.

BRASIL. Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2014.

Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.p df](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf), acessado em 10/04/2025.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

PROSATEH: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

RODRIGUES, Warlla Ticyanne Barros¹
SOUZA, Diego de Oliveira²

¹Graduanda em enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. Email: warlla.rodrigues@arapiraca.ufal.br

²Prof. Dr. no Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca

RESUMO SIMPLES

Introdução: O Programa de Pesquisa e Extensão de Saúde do Trabalhador e Emancipação Humana (PROSATEH), foi fundado no segundo período de 2024 com o propósito de articular a produção acadêmica com ações práticas voltadas à promoção da saúde dos trabalhadores. Um dos pilares do programa é a realização de ciclos de estudos, que funcionam como espaços formativos e reflexivos, que fortalece o diálogo entre saberes acadêmicos e experiências vividas pelos trabalhadores. O PROSATEH tem como foco central a valorização da dignidade humana, a melhoria das condições de trabalho e a transformação social. **Objetivo:** Relatar a experiência e importância dos ciclos de estudos do PROSATEH, possibilitando reflexões sobre integração extensão-pesquisa. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência. Consiste em um tipo de publicação que descreve detalhadamente uma vivência, seja ela acadêmica, profissional ou pessoal. Neste caso, descreve-se a vivência de extensão e pesquisa no PROSATEH. **Resultados:** No âmbito da pesquisa, foram realizadas entrevistas com entregadores de aplicativo, em seguida foi produzido um artigo acerca da precarização do trabalho desses indivíduos, além de uma cartilha educativa para esses trabalhadores. No âmbito de atividade extensão, o programa estabeleceu parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Arapiraca, e a partir da necessidade de compreender a relação trabalho-saúde, foram realizados ciclos de estudos sobre os seguintes temas: Saúde dos entregadores de aplicativo e Burnout. Como resultado do grupo dos ciclos de estudos, além da produção de conhecimento crítico, novas pesquisas foram desenvolvidas acerca dos temas debatidos. Dessa forma, o espaço permitiu uma valiosa interação entre extensão e pesquisa de forma mutualista, além de permitir integração entre a universidade e o CEREST.

Palavras-chave: Extensão. Pesquisa. Saúde do Trabalhador

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

SAÚDE DA MULHER: CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS NO CONTATO COM AS DIMENSÕES DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

SILVA, Luiz Edilio Honório da ¹
SANTOS, Adriele Maria Adrião dos ²
SILVA, Weverson Timóteo da ³
ARAÚJO, Sandra Taveiros de ⁴

¹ Graduando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas; luiz.honorio@arapiraca.ufal.br

² Graduanda em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

³ Graduando em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas;

⁴ Docente em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A ausência de um planejamento e de uma articulação adequada por parte do professor comprometem a eficácia da ação pedagógica. Quando as aulas são apenas expositivas e centradas no docente, isso pode afetar negativamente o desempenho do profissional no campo de trabalho, uma vez que não há incentivo à construção ativa de conhecimento. Nesse sentido, o conteúdo é frequentemente transmitido de forma pronta e pré-definida, o que desencoraja o aluno a ser participativo, questionar e interagir. Essa postura passiva está desalinhada com a realidade prática exigida de um enfermeiro no exercício de sua profissão (Weber; Firmini; Weber, 2019).

A inserção de atividades de extensão no currículo acadêmico é de grande importância para a formação dos estudantes, pois além de ampliar o aprendizado além das salas de aula, promove uma maior integração com a comunidade. De certo, as atividades de extensão permitem que os alunos apliquem na prática os conhecimentos adquiridos, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades sociais, de comunicação e resolução de problemas. Elas fortalecem o compromisso social da educação superior e contribuem para a formação de cidadãos críticos, preparados para atuar em diferentes contextos (Pinheiro; Narciso, 2022).

Logo, a junção entre teoria e prática disponibilizada a partir da extensão universitária pode se dar de diversos modos, sendo um deles a educação em saúde. Costa e et al (2020), trazem que a educação em saúde é uma prática fundamental para a promoção de cuidados preventivos e melhoria da qualidade de vida. Seu objetivo é empoderar os indivíduos e comunidades, capacitando-os com conhecimento sobre saúde e bem-estar, adaptando-se às necessidades do público para promover mudanças comportamentais sustentáveis e positivas na saúde.

Torna-se claro que os sujeitos da educação em saúde são, essencialmente, os indivíduos e grupos que participam ativamente dos processos educativos. Eles podem ser pacientes, famílias, estudantes ou comunidades inteiras que recebem informações e práticas para aprimorar sua saúde. Os agentes, por outro lado, são os profissionais que conduzem e implementam essas ações, como enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde e educadores. De fato, esses profissionais têm o papel de facilitadores, transmitindo conhecimento de forma acessível e culturalmente adequada, além de atuar como guias para transformar o conhecimento em ações concretas que melhorem a saúde coletiva (Júnior; et al, 2020).

Rios e Vieira (2007), corroboram que durante o pré-natal, uma educação em saúde de qualidade faz toda a diferença, oferecendo às mulheres informações essenciais sobre cuidados durante a gestação, parto e pós-parto. Ela ajuda a reduzir complicações, garantindo que as gestantes estejam preparadas para lidar com questões como nutrição adequada, sinais de alerta de complicações, e importância de consultas regulares de pré-natal, é fundamental que a educação em saúde para gestantes vá além da simples transmissão de informações.

Deve promover um espaço de diálogo, onde as gestantes possam compartilhar suas preocupações e experiências, e receber orientações práticas que respeitem sua individualidade e contexto social. A prática educativa centrada apenas na teoria e nos procedimentos biomédicos pode falhar em empoderar as mulheres para tomar decisões informadas sobre seu corpo e sua saúde. Assim, a educação em saúde precisa adotar uma abordagem holística e participativa, que respeite a autonomia das gestantes e as prepare, tanto física quanto emocionalmente, para as diferentes fases da maternidade (Fonseca; et al., 2020).

Objetivo

Relatar a experiência de uma ação curricular de extensão no contexto da saúde da mulher no ciclo gravídico puerperal em uma Unidade Básica de Saúde do agreste alagoano.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva, referente à disciplina Atividade Curricular De Extensão 6 (ACE) da Universidade Federal de Alagoas, efetuado pelo grupo D, que se passou durante os meses de agosto e setembro, ocorrendo uma quarta-feira por semana. Sendo de 14 horas às 16 horas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada no Município de Arapiraca, Alagoas.

A experiência tratou em si de Educação em Saúde voltada para as mulheres que vivenciam o ciclo gravídico e posteriormente irão vivenciar o puerpério e as implicações dessa fase. Os temas abordados em cada uma das ações foram: Autocuidado durante a gestação; Aleitamento materno e cuidados com a mama; Direitos das gestantes para o parto; Mobilograma; Cuidados puerperais e Cuidados com o recém nascido. Para a exposição de cada um dos temas utilizou-se banners, cartazes, folders e rodas de conversa.

Foi elaborado um documento word compartilhado alimentado com toda teoria das temáticas que posteriormente seriam trabalhadas na unidade. Essa teorização mantinha a seguinte estrutura: introdução, abordagem metodológica, materiais necessários e método de avaliação que mensura a efetividade da ação. Dessa forma, cada semana foi desenvolvido uma temática, com dimensionamento entre próprios integrantes, reduzindo sobrecarga.

Resultados e Discussão

O primeiro contato com a unidade básica ocorreu por meio de uma visita técnica, que serviu como período de ambientação e aproximação com as equipes assistenciais. Nessa etapa, foi possível

compreender o funcionamento da agenda avançada de atendimento e o perfil predominante das gestantes de cada equipe. A UBS abriga duas equipes 1 e 2, as quais possuem uma enfermeira responsável pela prestação de assistência, cada uma possui um grupo de gestantes com perfil similar. São mulheres de classe média baixa, com dupla jornada trabalhista e na sua segunda ou terceira gestação.

O grupo D esteve sob supervisão da enfermeira da equipe 1, que acompanha 46 gestantes. A baixa adesão aos encontros educativos foi um dos principais desafios, atribuída a dificuldades de deslocamento até a UBS, elencado a horários restritos e compromissos trabalhistas das participantes, para complementação da renda familiar. Isso resulta em impactos negativos não somente para execução das atividades programadas, como também prejudica a preparação dos discentes para letramento de populações específicas que compõem territórios adscritos. Logo, um quantitativo satisfatório produz uma transmissão efetiva e saudável para ambas partes.

Além disso, as temáticas escolhidas revelam que é necessário que haja uma periodização da abordagem deles com as gestantes. Existia uma perpetuação em suas falas da qual o aleitamento e cuidados com as mamas ou mesmo o cuidado com Recém Nascido seria algo intrínseco à maternidade, surgiria de forma genuína para cada uma delas o processo do saber e implementar. Com a demonstração prática da pega correta, posicionamento do recém-nascido e orientações para prevenção de lesões nos mamilos ajudou a desconstruir crenças populares que são prejudiciais para a relação psicofísica do binômio.

Devido à baixa adesão das gestantes inicialmente prevista, optamos por realizar rodas de conversa durante a explanação dos temas abordados. Essa abordagem permitiu um diálogo enriquecedor, marcado pela troca de saberes entre os participantes. Ademais, o momento foi valioso para que as gestantes expressassem seus medos e inseguranças, transformando a educação em saúde em uma experiência de lazer e alívio emocional. Embora os desafios tenham sido postos, a condução deles também qualificou o grupo para uma adequação à rotina do serviço, posto que, há singularidades que estão relacionadas com as condições na localidade em que serviço está implementado e suas demandas.

Conclusão

De modo geral, inserir modelos pedagógicos que descentralizam o processo de ensino e aprendizagem, com imersão dos futuros profissionais nos problemas reais das comunidades, moldando em agentes transformadores para além das técnicas na resolução dos problemas, permite o desenvolvimento da humanização dos mesmos. Torna-se necessário estar imerso nesses serviços assistenciais, os quais resultam em uma melhor formação, facilita a inserção no mercado de trabalho e possibilita a visualização das funções desempenhadas, enfatizando adaptabilidade e habilidade técnica de elaborar planos de intervenções que flui com a demanda. Destarte, todos os desafios que apresentados durante o percurso de implementação das educações possibilitaram ao grupo D uma lapidação do profissionalismo que a enfermagem exerce.

Palavras-chave: Gestação. Educação em saúde Enfermagem.

REFERÊNCIAS

COSTA, Daniel Alves da; et al. Enfermagem e a Educação em Saúde. Revista Científica Da Escola Estadual De Saúde Pública De Goiás "Cândido Santiago", v. 6, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/234>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

FONSECA, Maria Joselandia Ferreira da; et al. Educação em saúde como ferramenta para o cuidado às gestantes e puérperas: revisão de literatura. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 10, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/18047>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

JÚNIOR, Adilson Mendes de Figueiredo; et al. Percepção de acadêmicos de Enfermagem sobre educação em saúde na perspectiva da qualificação do cuidado. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v.12, n.1, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1964>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

PINHEIRO, Jonison Vieira; NARCISO, Christian Silva. A Importância Da Inserção De Atividades De Extensão Universitária Para O Desenvolvimento Profissional. Revista Extensão & Sociedade, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

RIOS, Claudia Teresa Frias; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação em saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HDzzLTnLSG4KfLmTZxJRdbH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

WEBER, Amanda Paula Tigre; FIRMINI, Fernanda; WEBER, Lídia Catarina. Metodologias Ativas No Processo De Ensino Da Enfermagem: Revisão Integrativa. Revista AJES, v. 2, n.2, 2019. Disponível em: <https://revista.ajes.edu.br/revistas-noroeste/index.php/revisajes/article/view/20>. Acesso em: 30 de set. de 2024.

Categoria: Relato de experiência ou de reflexão teórica
Eixo temático: EIXO III - “As mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na sobrevivência planetária”.

TRABALHO, SAÚDE E EXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO: A DEGRADAÇÃO DA VIDA SOBRE A LÓGICA DO LUCRO

OLIVEIRA, Samily Barbosa¹
SOUZA, Diego de Oliveira²

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Ufal, Campus Arapiraca, samily.oliveira@arapiraca.ufal.br;

² Docente do Curso de Enfermagem da Ufal, Campus Arapiraca, diego.souza@arapiraca.ufal.br;

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O trabalho em seu sentido genérico manifesta-se a partir da relação do homem com a natureza. O processo de trabalho é um fator fundamental para a transformação da natureza, possibilitando a produção de bens que possuem a capacidade de satisfazer as necessidades humanas. Como afirma Marx, “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]” (Marx, 2013, p. 301). O trabalho é uma forma universal, existindo nos diferentes modos de produção, é o elemento que permite ao ser humano não só a transformação da natureza, como também criar e modificar as relações sociais e sua relação direta com a sociabilidade.

A saúde, sob a ótica marxista, não pode ser reduzida ao aspecto biológico ou fisiopatológico, pois está profundamente imersa na totalidade social, marcada pelas contradições e conflitos inerentes à luta de classes. Assim, no capitalismo, é necessário desenvolver uma apreensão crítica da lógica do trabalho e de sua correlação com a saúde, evitando abordagens gnosiológicas baseadas em superficialidades ou conceitos engessados.

Em contrapartida, a perspectiva da determinação social, fundamentada em Marx e aprofundada por Lukács, direciona a uma análise da saúde como expressão das condições sociais. É mediante a forma de trabalho vigente no capitalismo, voltada à valorização do capital, que a classe trabalhadora sofre os efeitos imediatos da degradação, expressando, assim, o caráter social da saúde como um todo.

Objetivo

Tem por objetivo evidenciar e refletir o debate da relação trabalho e saúde, e sua implicação na saúde do trabalhador, em correlação com o modo de produção capitalista.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com o objetivo de reunir contribuições teóricas que apresentam a discussão do trabalho enquanto categoria ontológica do ser social, tal qual sua relação com a saúde e as implicações.

Resultados e Discussão

O cuidado (cuidado em saúde) em sua essência é uma práxis particular no universo humano, faz parte do conjunto de atividades humanas sensíveis. Esse entendimento traz duas implicações principais: (1) o cuidado faz parte do vasto e complexo universo das atividades humanas, cuidar é um elemento da práxis social. Nesse contexto, há tanta objetividade (as coisas concretas que existem) quanto subjetividade (pensamentos e sentimentos). O que ocorre no mundo material direciona para a compreensão do todo. (2) O trabalho é o modelo original de onde o cuidado se desenvolve. Uma vez que todo o desenvolvimento de uma sociedade depende do trabalho, responsável por fundar o ser social (SOUZA; MENDONÇA, 2017).

O fundamento do cuidado está consignado ao trabalho, já que o trabalho é o alicerce de tudo na vida social. Essa prática existe desde o início da humanidade, protegendo o legado de indivíduos ou grupos, permitindo ao ser humano lutar contra aquilo que é hostil à sua saúde, como os processos de adoecimento e de acidentes. Por isso, o cuidado é inerente ao ser social, feito espontaneamente, e só faz sentido entre pessoas que convivem em sociedade, não em nível puramente instintivo.

De acordo com esta perspectiva, o trabalho é a atividade pela qual os seres humanos transformam a natureza para suprir suas necessidades, e não sendo entendido apenas como meio de sobrevivência, mas basilar da existência humana e construção da sociedade. Desta forma o trabalho mostra sua dimensão fundante da sociabilidade humana, já que ao produzir bens e modificar a natureza, se faz necessário que os seres humanos estabeleçam relações entre si, e novas práxis, que inaugura uma nova forma de ser diferente da natureza inorgânica e vida biológica.

O cuidado assume formas particulares, assim como o trabalho nas diferentes formações econômicas sociais, o cuidado acompanhou os modos de produção estando adaptado a cada um deles. No comunismo primitivo as ações de cuidado eram baseadas em obviedades naturais; na escravista pode ser denominado de práticas de cuidado mágico-sacerdotais, o saber pertencia a alguns indivíduos; no modo feudal as práticas de cuidado eram motivadas por sentimentos de caridade, com forte conotação religiosa; no modo de produção capitalista o capital precisa se apropriar das diversas práxis particulares com a intenção de submeter à lógica mercantil para valorização e extração da mais valia.

No capitalismo, o cuidado se torna uma mercadoria, sujeito à lógica do valor e da mais-valia. O antagonismo entre capital e trabalho reflete-se na saúde dos trabalhadores, evidenciando que o trabalho no modo de produção capitalista afeta diretamente a saúde do trabalhador, e deste modo a saúde não deve ser explicada a partir do deslocamento dos processos de trabalho e reprodução social, mas evidentemente precisa ser analisada em sua relação com o processo de trabalho e reprodução social.

Segundo Souza e Mendonça (2017) no capitalismo, o cuidado se torna uma mercadoria, sujeito à lógica do valor e da mais-valia. O profissional que cuida, se torna um agente de cuidado, e este, reificado, passa a servir à valorização do capital, e o indivíduo que é cuidado em meramente consumidor de mais uma mercadoria.

Além disso, quando visto sob a ótica positivistas dos DSS, esses elementos afastam-se cada vez, da totalidade proposta pela Saúde Coletiva, indo na contramão, aproximando-se de uma abordagem reducionista que contraria os fundamentos críticos do campo. Por isso, em vez dos DSS, a Saúde Coletiva fala em processo de determinação social da saúde, entendendo a saúde plasmada na totalidade social.

A perspectiva positivista dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) mostra-se limitada ao tratar a saúde de forma fragmentada. Segundo Souza (2020), “com o surgimento do sistema capitalista, o sujeito é levado à condição de polo regente social [...]”, o que reforça uma visão gnosiológica centrada na subjetividade. Essa abordagem se distancia da concepção marxista de determinação social da saúde, aproximando-se de uma lógica reducionista, contrária aos princípios da Saúde Coletiva.

Esse debate, feito afastado da realidade das forças de produção e relação de produção, apresentam-se fragmentados e dissociados. Assim, ignora, sobretudo, os efeitos imediatos da degradação da saúde pelo trabalho, a exemplo do que ocorre com a saúde dos trabalhadores. Isso direciona a discussão para um caminho gnosiológico dissociado dos marxismos, e aproximando-se do tradicional conceito de epidemiologia e outros que resultam no modelo biomédico e homogeneização da dimensão social.

Não é levado em consideração a apreensão do movimento dialético das lutas de classes diante das contradições, antagonismos que incidem no processo da sociedade de classes, bem como no processo de trabalho do modo de produção capitalista que gera estes antagonismos. Assim sendo, ao ser retirado da realidade estes fatores resulta em um processo de retrocesso ao que diz respeito ao retorno gnosiologismo.

Conclusão

Assim sendo, no capitalismo é necessário compreender sua lógica frente ao trabalho, bem como essa lógica se expressa na saúde e sua permanente relação com a doença e a degradação. Diferentemente de uma apreensão gnosiológica superficial, baseada em conceitos engessados, a abordagem marxista permite aprofundar a ideia de determinação da saúde a qual apresenta a saúde como objeto a ser estudado. Nesta perspectiva, a saúde enquanto parte de uma totalidade para um caminho de investigação com a base teórica de Karl Marx e Lukács.

Ao deslocarem o termo “determinação”, existe uma apreensão que retira a compreensão de coletivo, a qual a saúde e as doenças fazem parte, e deste modo esvaziando as noções que possibilitam a investigação da saúde em sua totalidade, reduzindo-a para investigação de fatores individuais que não contemplam a totalidade. A nossa saúde é determinada, sobretudo, pelas relações sociais entre essas, a relação principal é o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo. Saúde. Trabalho.

REFERÊNCIAS

Souza DO, Mendonça HPF. **Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács**. Interface [Botucatu]. v. 21, n. 62, p. 543-52, 2017.

SOUZA, Diego de Oliveira; LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo. **A saúde dos trabalhadores em O Capital**. SER Social, Brasília, v. 24, n. 51, p. 490–506, 2022. DOI: 10.26512/sersocial.v24i51.37057 Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37057. Acesso em: 23 mar. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

SOUZA, A. (2020). **O caráter ontológico da determinação social da saúde**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 137, p. 174-191, 2020.

Categoria: Revisão

Eixo temático: EIXO IV - “Temas livres relacionados à Enfermagem, em suas diferentes áreas de atuação”.

OS DESAFIOS DO ENFERMEIRO NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

SANTOS, Itala Daniely Pereira dos¹

¹Secretaria Municipal de Saúde de Arapiraca.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

A princípio os sistemas de Urgência e Emergência (SUE) tem como propósito o atendimento preferencial mediante da atenção intra-hospitalar e pré-hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de avaliar e identificar os pacientes com mais necessidade de atendimento imediato e que podem esperar de acordo com o seu potencial de risco, além do mais, há excessos de desafios enfrentados pelo enfermeiro, como demanda excessiva, problemas na estruturação, escassez e desajustes no dimensionamento de recursos materiais. Nessa mesma lógica, a sociedade busca o SUE sem ter agravos urgentes, colaborando na sobrecarga dos serviços (Souza et al. 2019).

Nesse sentido, as políticas têm como objetivo reordenar a atenção à saúde em situações de Urgência e Emergência, definindo fluxos adequados, sendo constituída pela Promoção, Prevenção e Vigilância em Saúde; Atenção Básica; SAMU 192; Sala de Estabilização; Força Nacional do SUS; UPA 24h; Unidades Hospitalares e Atenção Domiciliar. Nessa lógica, sua complexidade se dá pela necessidade do atendimento 24 horas com às diferentes condições de saúde: agudas ou crônicas agudizadas; sendo elas de natureza clínica, cirúrgica, traumatológica entre outras (Brasil, 2024).

Ademais, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), em seu artigo 1º, na Resolução nº 661/2021 diz que: “No âmbito da equipe de Enfermagem, a Classificação de risco e a priorização da assistência em serviços de Urgência é privativa do Enfermeiro, observadas as disposições legais da profissão.” Desse modo, os pacientes são classificados pelo Enfermeiro em que realiza o fluxograma de atendimento de acordo com a necessidade de saúde do indivíduo, mostrando a importância desse sistema ser colocado nas esferas da gestão federal, municipal e estadual para garantir o acesso rápido, segurança e cuidado da gestão. (Cofen, 2021).

Por isso, o enfermeiro é fundamental na Classificação de risco, sendo respaldado pelo Ministério da Saúde para realizar a classificação. Em razão disso, é importante os mesmos serem capacitados para esse protocolo para atender a Urgência e Emergência dos clientes, que infelizmente na prática muitos Enfermeiros não sabem conduzir e atender os usuários de acordo com a sua emergência e classificá-los rapidamente (Silva et al., 2023).

Ao considerar os desafios enfrentados, é importante destacar a responsabilização das instituições para que o setor de urgência e emergência disponha de condições necessárias para a realização de um bom trabalho por parte da equipe de saúde, pois este setor impõe um esforço fora do comum para os profissionais que nele atuam (Silva et al., 2019).

Portanto, o presente estudo é de suma relevância uma vez que, identifica os problemas que interferem para o Enfermeiro realizar uma Classificação de risco podendo contribuir para o aprimoramento da tomada de decisão, prevenção de riscos, apoio à educação, capacitação e inovação tecnológica levando a segurança ao paciente.

Objetivo

Este estudo tem como objetivo identificar os desafios enfrentados pelo enfermeiro na realização da classificação de risco nos serviços de urgência e emergência, considerando os aspectos técnicos, estruturais e humanos envolvidos nesse processo, tornando possível reconhecer as fragilidades do sistema e buscar soluções concretas que contribuam para a segurança do paciente, eficácia do atendimento e melhores condições de trabalho.

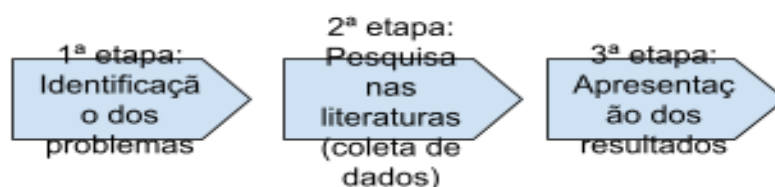
Metodologia

Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa de pesquisa exploratória, fundamentada nos desafios do Enfermeiro na Classificação de risco nos serviços de Urgência e Emergência.

Para a construção deste trabalho, foram realizadas pesquisas sobre os desafios encontrados pelo profissional Enfermeiro na Classificação de risco nos serviços de saúde de Urgência e Emergência a fim de evidenciar a importância do enfermeiro nesse setor.

Assim sendo, a coleta de dados foi realizada por meio do marco temporal dos últimos cinco anos, entre os anos de 2019 a 2024 e a pesquisa iniciou-se com a escolha dos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), em seu endereço eletrônico, vendo quais seriam os mais adequados para obter uma boa base de dados para a discussão do trabalho, empenhando-se os seguintes descritores: classificação de risco; enfermagem; serviços de saúde. E para uma melhor sistematização da pesquisa o estudo foi dividido em etapas.

Fluxograma das etapas do estudo:



Ademais, foram utilizados como critérios de inclusão: artigos disponíveis em português e inglês, publicados entre os anos de 2019 e 2024, que abordassem o tema no campo da Enfermagem com os desafios enfrentados pelos Enfermeiros na Classificação de risco e cujos artigos escolhidos com acesso on-line.

Assim, excluíram-se com critério de exclusão artigos com o ano de publicação inferior a 2019, como resumos de conferências, editoriais, artigos de opinião, revistas com material incompleto, restrito ou que não possuíam as informações específicas, estudos que se tinham foco em outros profissionais de saúde.

Conclui-se que, por se tratar de dados secundários de autoridade pública, não promovendo danos e riscos, não houve a necessidade da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Resultados e Discussão

Por ser um tema que aborda diversos fatores, após os filtros e triagem dentro da discussão que será abordada, foi selecionada uma amostra de 06 estudos para compor nossa revisão de forma coerente dentro dos objetivos propostos, filtrado nos últimos 5 anos, 2019 a 2024.

Quantitativo dos resultados de pesquisa por fonte de busca.

Distribuição da fonte de pesquisas		
Biblioteca Virtual da Saúde (scielo, revistas e repositórios)	Ministério da Saúde	COFEN
04	01	01

A predominância de estudos oriundos da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), especialmente de bases como SciELO, revistas científicas e repositórios institucionais, evidencia a forte produção acadêmica em torno das dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros nos serviços de Urgência e Emergência. Este dado sugere uma crescente preocupação da comunidade científica em compreender e aprimorar as condições de trabalho e o papel do enfermeiro nestes ambientes de alta complexidade e exigência técnica.

A menor frequência de publicações encontradas em fontes institucionais, como o Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), com apenas uma entrada cada, pode indicar a necessidade de maior incentivo à produção e divulgação de diretrizes e estudos técnicos diretamente voltados à prática profissional.

Conclusão

A presente revisão destacou que os desafios que o enfermeiro encontra nos serviços de Urgência e Emergência, especialmente no setor de Classificação de Risco (CR), é um tema de grande relevância científica e prática. A seleção dos seis estudos mais recentes, permitiu uma análise crítica sobre os principais desafios enfrentados por esses profissionais, destacando aspectos como a sobrecarga de trabalho, a necessidade de capacitação contínua e a importância da normatização da prática.

Ficou evidente que a maior parte da produção científica está concentrada em revistas multidisciplinares da área da saúde, o que demonstra o interesse acadêmico sobre o tema. Esse cenário reforça a necessidade de maior investimento em políticas públicas e na produção de diretrizes específicas por órgãos reguladores, como o Ministério da Saúde e o COFEN.

Conclui-se que é fundamental investir na capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, bem como promover melhores condições de trabalho e respaldo legal para sua atuação, especialmente em ambientes de alta pressão como o atendimento de emergência. A valorização do enfermeiro na CR é estratégica para garantir segurança, agilidade e qualidade no cuidado aos usuários do sistema de saúde.

Palavras-chave: Classificação de risco. Enfermagem. Serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. Rede de atenção às urgências e emergências. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/samu-192/rau>. Acesso em: agosto 2024.

COFEN (Brasília). Conselho Federal de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN Nº 661/2021: Atualiza e normatiza, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, a participação da Equipe de Enfermagem na atividade de Classificação de Risco. Brasília: COFEN, 2021.

RICCIULLI, F. M. O papel da estratégia da saúde da família e comunidade na rede de urgências e emergências. Repositório Institucional Unesp, Universidade Estadual Paulista, 2021.

SILVA, L. A. S. et al. Atuação da enfermagem em urgência e emergência. Revista Extensão - 2019 - v.3, n.1. Disponível em: <file:///C:/Users/Italadaniely/Downloads/1688-Texto%20do%20artigo-5847-1-10-20191002.pdf>. Acesso em maio de 2025.

SILVA, M. J. et al. A atuação do enfermeiro na classificação de risco nos serviços de emergência. Revista Contemporânea, v. 3, n. 8, 2023.

SOUSA, K. J. F. et al.. Humanização nos serviços de urgência e emergência: contribuição para o cuidado de enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 40, p. e20180263, 2019.